



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA
CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE**

PRESIDENTE: SONINHA FRANCINE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - TEMA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29-08-19

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Lista de participantes não fornecida
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – São 13h03. Sem mais delongas, vamos iniciar nossa audiência pública. Anuncio a presença do Vereador Celso Giannazi, que faz parte da Comissão da Criança, Adolescente e Juventude.

Eu, Vereadora Juliana Cardoso, também faço parte da Comissão e fiz o requerimento desta audiência para dialogarmos sobre dois assuntos: primeiro, o CCA, e a segunda, sobre os conselhos tutelares. A ideia é fazer uma audiência longa, com início às 13h, até 17h, sendo que a discussão sobre o CCA nós vamos fazer das 13h às 15h.

Estou dizendo até 15h porque já vi que tem muita gente inscrita para falar, mas sabemos tem um horário em que não vamos conseguir ficar aqui no centro, vamos ter de sair. Então, num determinado momento, nós vamos pedir desculpas às pessoas que não tiverem conseguido falar e solicitar que façam por escrito, para que a Comissão ajude nas respostas.

Também peço às pessoas que vão falar que não se alonguem tanto, para não prejudicar quem vai ficar por último. Podemos combinar assim?

Gostaria de agradecer ao Ministério Público, ao Promotor Eduardo Dias, que já se encontra conosco. Vamos recebê-lo com uma salva de palmas (Palmas). Ele nos ajudou a ter o *link* para fazer esta audiência pública aqui, porque a Câmara está com as salas cheias, tem muitas atividades acontecendo lá. Mas quero deixar claro que é uma reunião da Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal e o Ministério Público aqui nos recebe. Dr. Eduardo Dias, muito obrigada.

Gostaria de agradecer à Mira, aqui ao meu lado, que é secretária da Comissão e nos ajudou a organizar este espaço; à GCM da Câmara Municipal, que também está presente nos auxiliando; à assessoria do gabinete que nos ajudou a dialogar com mais pessoas; e principalmente a vocês que são os principais atores deste encontro. Parabéns. Uma salva de palmas a todos vocês. (Palmas)

Hoje a ideia é dialogar também com o Governo. Sabemos que houve uma audiência pública na Comissão de Finanças, alguns de vocês participaram, estiveram presentes os secretários, mas não tivemos ainda respostas mais objetivas. Então ainda

estamos tentando ter um diálogo com o Governo em conjunto, com diversos atores, Câmara, comunidade, Ministério Público, Prefeitura. O que queremos mesmo é o não fechamento dos nossos serviços. (Palmas)

Gostaria de chamar os componentes da Mesa. Quero chamar um “ator” e uma “atriz”, vamos dizer assim, porque não adianta os adultos ficarem aqui falando sobre a vida dede vocês. Por isso convidamos a Amanda Celestino para iniciar os nossos trabalhos. (Palmas)

Eu não sei se já tem aqui um adolescente da zona Leste, que gostaria de participar da nossa Mesa. Gostaria muito que alguém deles pudesse estar aqui. Sente-se comigo, Amanda. Uma adolescente da Leste Yasmin, que também é uma adolescente que vai participar da nossa Mesa. Gostaria de chamar o Alan e a Regina, do FAS para estarem presentes na Mesa. (Palmas)

Gostaria de chamar também um representante do Tribunal de Contas do Município, solicitamos a presença do Tribunal de Contas para esse encontro, que pediu para que o Douglas Souza, funcionário, para fazer parte da Mesa.

Gostaria de chamar – não sei se já está conosco – Dr. Felipe B. Torres, do Ministério Público, que também fará parte do nosso encontro; Dr. Eduardo Dias, Promotor do Ministério Público, que eu já havia chamado. Da Secretaria de Assistência Social, a notícia é que o Dr. Marcelo viria, mas não sei se já chegou. Também na Mesa, por favor, a Vereadora Soninha Francine, Presidente da nossa comissão. Não sei se o Dr. Marcelo já chegou.

Gostaria de chamar, então, a Dra. Marisa, da Secretaria de Direitos Humanos, que já está conosco na Mesa e vem acompanhando os nossos trabalhos; a servidora Amélia, da Secretaria de Finanças, que vem participar desta Mesa, não sei se já chegou.

Quanto à Secretaria Municipal de Educação, até o momento não tínhamos o nome da pessoa para representar o Secretário, que não poderá vir. Não sei se já tem algum representante da Secretaria Municipal de Educação, pois ainda não se apresentou a nós. Gostaria de chamar a Dra. Ana Carolina, da Defensoria Pública, ela já se encontra conosco.

O representante do CMDCA, Carlos, que eu já tinha visto. Alguém pode pedir para liberarem a entrada do Carlos, que está lá fora, representante do CMDCA?

Do Comas, queria chamar a Darlene, que já se encontra conosco. Uma salva de palmas. (Palmas)

Da minha organização em relação à Mesa acho que já estão todos aqui. Os que faltarem e as secretarias que estiverem presentes, por favor anunciar para compor a mesa: Kely Belatti, Presidente do CREAS, nos acompanhe na mesa de composição. Farei a leitura sobre como vai se o nosso encontro.

A Vereadora Soninha Francine será a nossa presidenta. Não sei se ela vai querer conduzir os trabalhos. Ela deu uma saída e volta logo. Está bem.

Bom, eu gostaria de chamar para fazer a abertura do nosso encontro a Amanda Celestino. A ideia é de a gente tentar se organizar para falar no plenário. O certo seriam 10 minutos, mas a nossa mesa já dá as duas horas do encontro. Então, gostaria que, se pudessem ser muito objetivos, em cinco minutos, trazendo para que a comunidade que se inscreveu também tenha oportunidade.

Em outras audiências públicas, para garantir a fala de todo mundo, eu tenho feito assim: uma pessoa da mesa e duas do plenário. O que vocês acham disso? (Pausa) Vamos tentar assim. Se virmos que não deu certo, a gente retoma.

A SRA. AMADA DE ARAÚJO – Boa tarde, meu nome é Amanda de Araújo. Tenho 13 anos. Sou do CCA Jardim Santo Antônio, da Associação Santa Cecília. Vim aqui para falar com vocês sobre a importância do CCA.

O CCA é importante para todas as crianças e adolescentes que estão aqui. Pra mim mesma, se eu não tivesse o CCA, eu não aprenderia muita coisa.

Se vocês me permitem, farei uma apresentação com minhas colegas, um slam que a gente fez em conjunto com os adolescentes do CCA ontem. (Palmas)

O nome do nosso slam é iluminados.

- Apresentação de slam.

“Alunos sem luz, alunos sem voz, alunos sem vez, mas essa é diferente, vou contar para vocês. Aqui não é escolinha, parem de ladainha. Vou falar com esperança, não somos depósito de crianças”. (Palmas) “Em casa, nada para fazer. Aqui. Projetos, oficinas e lazer, no CCA nunca estou sozinho, faço amigos e fortaleço o meu caminho. Ai, Bruno Covas, se liga no que u vou dizer, antes eu sofria *bulliyng* e foi no CCA que eu encontrei apoio para me defender”. (Palmas) “Sobre o CCA eu poderia falar a tarde inteira. Tenham certeza de que lá não acontece só brincadeira. Direito e política é que são debatidos. No CCA eu tenho voz e também somos ouvidos. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – É no CCA que eu posso me expressar, questionar, desenvolver e aprender. E também foi lá que os direitos minha família aprendeu a conhecer. E com certeza eu posso falar que a função do CCA é bem diferente do papel escolar. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – Alunos, não: crianças e adolescentes iluminados, com voz e com vez, aqui, na frente de vocês, para defender o nosso lugar, com o direito que está lá. Gritem, galera, porque tudo isso é CCA! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito obrigada. Iniciamos bem, aqui, a nossa Audiência Pública. Gostaria de chamar, então, a Yasmin, para poder fazer a sua intervenção. Já chegou aqui o Carlos Churras (?), que é do CMDCA e vai participar da Mesa. Em algum momento, vamos conseguir uma cadeira, mas já o chamaremos, para poder anunciar. Gostaria, também, de chamar, agora, para poder falar, a Yasmin, para fazer sua intervenção com a Jovem Leste, representando os adolescentes.

A SRA. YASMIN – Boa tarde. Meu nome é Yasmin e eu sou do CCA Vila Yolanda. Eu não estou aqui para representar só ele, mas, sim, a todos da Leste. Quero dizer que o fechamento do CCA é um erro deles, porque o CCA não é apenas um lugar onde possamos ficar a tarde toda e a manhã toda, para não ficar dentro de casa – e sim para nós aprendermos. O que a escola não ensina o CCA ensina. Quando eu entrei no CCA, eu aprendia muita coisa que a escola não pôde me ensinar.

O CCA não é só para nós, adolescentes, e sim para as crianças que estão a nascer

e crescer, para ficar no nosso lugar, para ter os direitos delas. Então, eles têm de ter a consciência do fechamento, do que eles vão fazer com as crianças. Eu estou há três anos no CCA e eu não estou lá só para ficar parada a tarde toda, sem fazer nada, mas sim para ter a consciência do que fazer para o nosso futuro.

Temos de lutar pelos nossos direitos. Temos de pegar o que é nosso e não dar para eles. Temos de ter voz. Temos de ter autoridade, porque é tudo nosso, praticamente.

É isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ok. Então, fizemos dois, aqui, e, agora, há muita gente inscrita. Não vai dar tempo. Então, vamos, aqui, nos primeiros que se inscreveram.

Tem a palavra o Sr. Júlio César, da Ação Social CREAS, Movimento da Infância.

O SR. JÚLIO CÉSAR – Boa tarde a todos. O fechamento dos CCAs nessa atual conjuntura e a redução das vagas significa um projeto de um Estado que vem materializando cotidianamente um projeto de genocídio da infância, da adolescência e da juventude. Discutir a contemporaneidade e o fechamento não só dos serviços, mas do desmonte de uma política pública social garantida pela Lei Orgânica de Assistência, garantida pela Constituição Federal de 1988, garantido pelo sistema Único de Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, as 1.500 vagas reduzidas significam 1.500 crianças e adolescentes a menos, nesta Cidade, que estão sem proteção social.

Estar aqui hoje, nesta audiência, significa para nós, militantes do movimento da infância, um espaço primeiro de criarmos estratégias junto aos órgãos aqui representantes, para o não fechamento dos serviços das políticas públicas, pois são os nossos meninos e meninas, pobres, negros e periféricos, que, quando não há política pública de Estado, morrem cotidianamente às balas da Polícia e do tráfico. (Palmas)

Então, a gente precisa, enquanto sociedade civil, enquanto militantes... Aí eu falo aqui em nome do movimento da infância, como Assistência Social, que tenham, como claro, o objetivo da defesa intransigente dos Direitos Humanos, não deixando de defender os direitos

fundamentais de nossas crianças e nossos adolescentes na cidade de São Paulo.

No passado, foram fechadas cinco escolas e a gente não abriu a boca. Recentemente foram CJs, MSEs, a redução de vagas dos SPVVs, e agora querem transferir um serviço de uma política pública construída a lutas históricas da classe trabalhadora, chamada à Assistência Social, transferindo para a educação.

A natureza é de que técnica? Do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo é trabalhar, com a criança, a sua autonomia, a sua emancipação e os seus direitos fundamentais e políticos, baseados na lei 8.069, de 1990, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Palmas)

Então, a questão é pensar a convivência familiar e comunitária, por meio de atividades de acordo com a política nacional, que potencializem, que desenvolvam as suas potencialidades sociais, civis e críticas; e as crianças e adolescentes que me antecederam já deram um recado aqui. O serviço de convivência e fortalecimento de vínculo é um serviço de natureza da política e da assistência, e é nela que ele tem que ficar.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Luís Donizete, Educador Social do Fórum M'Boi Mirim.

O SR. LUÍS DONIZETE – Boa tarde. É tão difícil imaginar um momento como esse, quando nós temos que estar com nossas crianças e adolescentes nas ruas e temos que estar com nossas crianças e adolescentes na luta, para garantir o óbvio. Garantir o óbvio porque recentemente o Brasil voltou a ser o primeiro lugar na desigualdade social, e como o Brasil chega a estar.

Em primeiro lugar na desigualdade social. Enquanto o Brasil está em primeiro lugar na desigualdade social, a Prefeitura Municipal de São Paulo resolve, então, retirar vagas de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Vagas essas que, no passado, quando havia alguma discordância, era retirada de alguma organização e, ao mesmo tempo, havia editais, audiências públicas para que outra mantenedora pudesse garantir as vagas no

território. Hoje essas vagas somem, deixam de existir, nossas crianças vão para as ruas.

Pessoas, é muito triste quando a gente vem a uma audiência dessas e as nossas crianças têm que defender o óbvio. As nossas crianças têm que garantir os seus direitos. Que adultos nós somos? Que Prefeitura Municipal é essa que elegemos, como foi dito em alguns vídeos, elegemos para massacrar as nossas crianças.

Estivemos com grupos de crianças pela cidade de São Paulo e fizemos a seguinte pergunta: “o que vocês acham da escola integral?” A maioria das respostas foi: “por que querem nos aprisionar? Por que querem nos deixar nessas salas que têm mais celas do que educação, respeito, valores? Por que querem tirar de nós o mínimo?”

Pode ser que os modelos não sejam tão perfeitos como a vigilância esteja exigindo; pode ser que nossos prédios precisem de adaptações, mas digam um prédio da Prefeitura Municipal de São Paulo que não precise. Diga um prédio da Prefeitura que esteja adequado 100%. Digam-me, por gentileza, porque deixar crianças e adolescentes nas ruas, desprotegidos, cortando vagas, isso parece barbárie. Não, não parece. É.

Nós, do Fórum de Assistência do M'Boi Mirim, repudiamos veementemente essa gestão e todos os cortes que estão acontecendo. Nenhuma vaga a menos! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vou passar a palavra para a mês. Pelo FAS, a Regina.

A SRA. REGINA – Boa tarde, pessoal. E, aí, depois da nossa foto no Viaduto do Chá, para mostrar onde está o dinheiro da Assistência Social, a gente está aqui, reivindicando os nossos direitos.

Aproveitando que a Globo está aqui, a mídia está aqui, vamos dar uma organizada: nós pedimos para a Comissão da Criança receber a nossa pauta porque nós somos totalmente contra a passagem do CCA da Educação para a Assistência. É isso, não é? (Pausa) Ao contrário, da Assistência para a Educação. Viram que estão prestando atenção.

- Qualidade do áudio prejudicada.

A SRA. REGINA – Boa tarde, Julio já colocou o porque; eu peço um protocolo,

também, pra o Ministério Público, pedindo que, como nós estamos aqui, temos que olhar para a política da assistência social como um todo. Nós ocupamos as ruas, quando SMADS disse que não ia ter os 32 CEDESPs, se lembram disso? CEDESPs Norte, Sul, Leste e Oeste que, inclusive, estão tendo audiências públicas hoje, e SMADS voltou atrás e está realizando os CEDESPs, mas isso não quer dizer que está 100% livre.

Antes de tudo isso, tinha a política de defesa da mulher. Existem centros que atendem mulher vítima de violência nos nossos territórios, e a Prefeitura quer mudar de pasta sem comunicar parceiros. Então, a nossa proposta para o Ministério Público ajudar, para representantes da Coodenadoria, a Darlene que é do Conselho Municipal, os Vereadores presentes e o Conselho da Criança, é que a gente suspenda.

Vamos suspender qualquer reestruturação dentro da Secretaria da Assistência, de todos os serviços, porque se somos parceiros, precisamos ser comunicados, precisamos ser orientados, precisamos debater qualquer tipo de mudança. E o que a Prefeitura está fazendo? “Resolvi que vou mudar. CCA vai para a Educação”. E quem está sabendo? Ninguém está sabendo. Aí, começamos a receber visita das DREs, nas unidades.

O servidor público, que é o nosso gestor de parceria, não está sabendo. A Organização, muito menos.

Então, o nosso pedido, é que suspendamos qualquer adequação, reestruturação neste momento, sem diálogo com a sociedade civil.

Eu quero ilustrar que não vamos nos esquecer de que o Secretário da Fazenda está pedindo para ter cortes em todas as secretarias e por isso que está esse jogo de vai serviço, volta serviço, corta vaga, não corta vaga, e não podemos aceitar. E, aí, uma pergunta que temos debatido muito: em nosso território a maioria das escolas são estaduais ou municipais? (Pausa) Estaduais. Que relação será essa? Como se dará se o nosso público de CCA vai ter integral. Que integral? Começa por aí. Porque o Municipal tem o integral até tal hora e o Estado até tal hora. E, hoje, saiu na *Folha de S.Paulo* que o governo estadual quer trazer toda a rede do Estado, de 1ª à 5ª, para o Município! E como se dará se a rede é maior?

Como se darão os recursos? Por isso que estamos aqui, para pedirmos reestruturação.

Não queremos fugir do debate. Em outras gestões já estamos discutindo Educação de tempo integral. Em outras gestões, temos conversado como o CCA, como o CJ podem somar e é por isso que estamos aqui. Queremos dialogar, queremos conversar. Nós conhecemos o território e essas conversas do Prefeito e da Secretária de que CCA é depósito de criança nos ofendeu muito – trabalhadores, organizações, familiares, crianças e adolescentes. E também há uma outra fala que nos incomoda muito: só vai para o CCA quem recebe tal benefício. Esperem aí, CCA é direito de criança e adolescente. Escola integral é direito de criança e adolescente e é por isso que precisamos conversar.

Eu quero terminar, e eu já pedi licença para o pessoal de Capela do Socorro, pedindo para a plenária para que nos atentemos. A nossa luta é pela assistência. Foi no Centro de Defesa da Mulher; os Cedesps; a nossa pauta social. Qual será a próxima? Não podemos deixar que o SUAS acabe. A Assistência Social, no meu entender, precisa diminuir desigualdades sociais. E da forma como está sendo posto, vai aumentar, vai afetar todo mundo. E, aí, é só na luta,

O pessoal de Capela fez um poema que mexe muito conosco, para refletirmos. E, aí, eu termino e vou protocolar essa carta com o pedido de suspensão.

Olhem só que bacana:

“Primeiro levaram os Cedesps, mas eu não me importei com isso: eu não era jovem.

Em seguida, levaram alguns serviços de medida socioeducativa, mas não me importei com isso: eu também não era menor infrator.

Depois, prenderam os CCAs, mas não me importei com isso, porque não sou nem criança, nem adolescente.

Depois, agarraram os SASFs, mas como tenho a minha família estruturada, também não me importei com isso.

Agora, estão me levando, mas já é tarde. Como eu não me importei com ninguém,

ninguém se importa comigo”. Releitura do poema de Bertolt Brecht para mexer conosco, para somarmos na luta.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Gente, está cheio mesmo! Olhem que lindo! Já temos 400 pessoas lá fora, esperando para entrar. Então, uma salva de palmas para as pessoas que está lá fora.

- Aplausos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vamos combinar aqui na mesa que uma pessoa fica responsável de me trazer as informações, porque já é a terceira pessoa que fala sobre o mesmo assunto.

Os conselheiros do CMDCA estão lá fora. Isso procede? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Porque eu já vi aqui um. (Pausa) Têm três lá fora? A nossa GCM está aqui? (Pausa) Então, tem um assessor da Secretaria. (Pausa) Feijó, vá lá fora e fale para a GCM para deixar os conselheiros entrarem.

Também não sei se estão lá fora os representantes da Educação e da Assistência Social. (Pausa)

O doutor está me pedindo é para que as pessoas que ainda estejam na pauta do Conselho, se puderem fazer a troca, isso ajudará.

Acabou de chegar o Secretário-Adjunto de Assistência Social, que convido a fazer parte da mesa. Também está conosco o Vereador Toninho Vespoli.

Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento a Mesa, na pessoa da Vereadora Juliana Cardoso, que teve a excelente ideia de fazer esta audiência neste momento complicado. Cumprimento todos e saúdo, de forma especial, o Dr. Eduardo Dias, Promotor, que viabilizou esta audiência aqui, no Ministério Público, que acompanha o desenrolar desse desmonte da Assistência Social na

cidade de São Paulo.

Pergunto: quem acha que o CCA é importante, levante a mão. (Pausa) Isso mesmo. Importantíssima é a presença de vocês também.

- Manifestações fora do microfone – inaudíveis.

O SR. CELSO GIANNAZI – Isso mesmo. Importantíssima a presença de vocês, crianças, jovens, adolescentes, porque vocês são os protagonistas dessa luta. Vocês são a fonte dessa luta. A parte mais importante dessa luta são vocês. Então, a participação de vocês, neste movimento, é fundamental. E estou lá na Câmara Municipal, na Comissão da Criança e do Adolescente e nós, desde o começo do ano, temos acompanhado o desmonte da Assistência Social.

A Assistência Social, aqui no Município de São Paulo, tem um orçamento muito pequeno, ridículo, muito ridículo, e o Prefeito, o atual Prefeito - o anterior também, mas este é mais ainda -, além de ter o orçamento muito pequeno, o atual Prefeito cortou o orçamento da Assistência Social e sabem onde ele está cortando? A Regina já falou. Está cortando agora nos CCAs, no fechamento dos CCAs sem discussão, de improviso.

Estivemos agora, recentemente, na Cidade Tiradentes, onde foram fechados cinco CCAs, sem nenhuma explicação, de um dia para o outro. As famílias ficaram sabendo desse fechamento no dia seguinte. Ninguém ficou sabendo de nada. E, por mais absurdo que pareça, a menina que falou aqui sobre o CCA, e falou muito bem...

Vereador Suplicy.

- Manifestações fora do microfone, aplausos.

O SR. CELSO GIANNAZI – Saudação ao Vereador Suplicy.

- Manifestação no recinto.

(NÃO IDENTIFICADO) – Dizer para vocês que no CCA, as crianças não ficam lá sem fazer nada. No CCA tem cultura, esporte, lazer, artes, educação. O CCA é um equipamento completo que dá às crianças essa possibilidade da convivência e a Prefeitura do Município de São Paulo, faz cortar as vagas de CCA sem uma discussão com a sociedade,

com as famílias. Então isso não pode acontecer de forma alguma. E qual é o argumento do fechamento dos CCAs? O argumento é que o Sr. Prefeito Bruno Covas está olhando só para o orçamento. Olha números. Não está olhando as pessoas; as crianças, os adolescentes. Então ele está tirando os recursos da Assistência Social, dos CCAs, para colocar no Plano de Metas para o ano que vem. Ano que vem ele vai pintar as ruas, tapar os buracos aqui da região central e se preparar para a eleição.

- Manifestação na galeria.

(NÃO IDENTIFICADO) – Vai perder. Vai perder porque ele não olha para as pessoas. Ele não olha para as crianças, para o jovem. para o adulto ele para os idosos. Nessa situação da Cidade Tiradentes, por incrível que pareça, eles fecharam o CCA e colocaram as crianças no CCinter, com os adultos, idosos. Sabemos que são serviços, totalmente, diferentes. Isso não vamos admitir de forma alguma. Vamos lutar para reverter, e essa passagem do CCA para a Secretaria Municipal da Educação é um completo equívoco. Porque a Secretaria já não tem o quadro de profissionais e professores no quadro de apoio para a Educação, quanto mais abarcar a Assistência Social? Isso não permitir. Vamos lutar!

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Gente sucesso total, por um lado, e por outro a acomodação é muito ruim, quem estão lá fora, estão bravos.

A Mesa, acredito, que seja isso. O objetivo era estar todos órgãos aqui na Mesa. Então temos vereadores, como falei o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, e Toninho Paiva, o Secretário Marcelo.

Vamos passar a palavra à nossa plateia. Com a palavra a Sra. Lucilena, do CCA Broto Cidadão.

A SRA. LUCILENA - Boa tarde pessoal! Sou muito tímida, mas vim aqui representar todas as mães de onde moro que os filhos estão no CCA.

Vou contar um pouquinho do que aconteceu em minha vida, fico até emocionada. Eu tenho uma filha que foi abusada, no passado, antes de ter o CCA. A importância do CCA hoje é muito grande, se no passado tivesse CCA lá, não teria acontecido o que aconteceu com

minha filha. Hoje eu tenho o meu filho pequeno; em conjunto, todos estão lá. Então, hoje eu posso pensar em trabalhar, porque na época eu trabalhava e não tinha onde deixar os meus filhos. Como hoje existe, imaginem a importância de haver um espaço para deixar as crianças para os pais trabalharem tranquilamente. Falam da escola *etc.*, mas não é isso: é um espaço que existe, que deixa você trabalhar despreocupada.

Gente, estou com muita timidez. Além disso, eu fico emocionada. Moro em uma comunidade, que as pessoas veem como favela, só que não é. É uma comunidade onde muitas crianças precisam de espaços. Em vez de eles quererem diminuir, tirar dinheiro e fazerem praça e bonitezas ali, não poderiam criar mais espaços para as crianças, mais projetos de CCA, para acomodar todos? Porque muitas mães ali precisam, muitas crianças ali precisam de apoio nessa parte de CCA. É o que eu posso dizer.

Não pode haver o fechamento do CCA, porque ele ajuda muitas mães e também ajuda muitos jovens e crianças a não se perderem, a não irem para o tráfico de drogas. Então, para mim é muito importante, porque minha filha sofreu abuso por não tido essa oportunidade. Agora, o serviço social vai à minha casa, me ajuda levando minhas crianças.

Para mim é isso. Obrigada, e me desculpem o meu jeito de falar. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Chamo agora a Juliana.

A SRA. JULIANA – Boa tarde a todos. Falo primeiramente como criança e adolescente que fui entre 1991 a 1995. Hoje trabalhadora da Assistência, defensora dos CCAs, eu deixo aqui a minha indignação. Indignação é a palavra. Não vou me alongar, os colegas e companheiros contemplam minha fala; mas eu quero que todos aqui, trabalhadores, crianças, adolescentes e famílias comecemos a ter outra narrativa em relação aos CCAs.

O CCA não é um espaço para a criança brincar. Não é um espaço que existe porque as famílias não têm com quem deixar os filhos. Estamos reduzindo o nosso trabalho, gente. Porque, se fosse um espaço para cuidado, qualquer outra política poderá fazer. O CCA é o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, tipificado nacionalmente. Ele está dentro de todas as questões legais – Sistema Único de Assistência, Lei Orgânica de

Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente. Se continuarmos deixando a grande mídia e muitas vezes o desconhecimento – inclusive da nossa Secretária, quando falou sobre o que é o CCA -, se permitirmos que continue essa narrativa, vamos reduzir nosso trabalho e seremos engolidos.

Somos um espaço que fortalece vínculos. Um espaço de convivência que fortalece vínculos familiares e comunitários. Temos, além de tudo, um trabalho importantíssimo de fortalecimento familiar. Não é só a criança que está lá dentro. Sabemos que, como a educação pública infelizmente está sucateada, se o CCA muda de passo – o que é totalmente ilegal, mas no governo do jeito que está, não podemos duvidar -, só perderemos. A periferia vai continuar sangrando. Nós pobres, pretos e periféricos é que sofreremos.

Levanto outra questão. Faço parte também do GT do CCA. O representante de SMADS falou que essa história da transição estava sendo discutida por eles com a Educação. Chamem-nos! Chamem quem faz o serviço lá na ponta. Chame quem vive diariamente o CCA. Vocês não podem discutir esse serviço público dentro de um gabinete. É isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigado, Juliana. Dando sequencia, chamo o Dr. Felipe Bazo Torres.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Boa tarde a todos. Sou servidor municipal, trabalho na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e faço parte da Frente Municipal em Defesa do SUAS. Havíamos pensado aqui em apresentar alguns dados a respeito da evolução da gestão municipal da Assistência desde o início do governo Doria/Bruno Covas. Como o tempo é um pouco limitado, não vou conseguir apresentar esses dados, mas depois podemos disponibilizar para todo o público presente, pois são dados importantes.

Todos esses dados foram recolhidos da Transparência, de pedidos de informação à Administração Municipal, que tratam justamente do desmonte que hoje está sendo promovido contra o SUAS na cidade de São Paulo e que agora podemos dizer que se trata verdadeiramente de um desmonte.

Quando começamos o trabalho na Frente, não tínhamos a dimensão de até que

ponto esse desmonte iria chegar na cidade de São Paulo. É exatamente disso que se trata. Quando se avança na proposta de transferir para a Educação uma rede de serviços que é típica da Assistência Social, que está tipificada na Resolução 109/2009 do CNAS; que tem uma correspondência na tipificação dos serviços socioassistenciais da cidade de São Paulo; que tem correspondência nas normas técnicas dos serviços da proteção básica na cidade de São Paulo, que são os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, estamos falando de uma rede que representa um terço dos usuários de todos os serviços de assistência e quase 40% de todos os serviços.

Então, permitir que uma rede dessa, que está dentro do marco legal de uma estrutura feita para ela funcionar, migre para uma área como a da Educação significa, de fato, o desmonte do SUAS. Porque esse vai ser o primeiro dos exemplos; depois disso virão os Cedesp's, que vão para o Trabalho, depois serão os serviços de mulheres, os serviços de idosos que irão para Direitos Humanos. Isso significa, na prática, não apenas a dissolução formal, mas a dissolução física do SUAS.

- Qualidade da gravação incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. FELIPE - Eu queria chamar a atenção para alguns dados. Não vou poder expô-los como gostaria, mas são relevantes para vocês.

Esta Administração Municipal é a primeira desde que o SUAS foi estruturado na cidade de São Paulo que reduziu o número de serviços. Nós começamos essa Administração com 1.280 serviços. Hoje, nós temos 1.253 serviços. Esta Administração retirou da proteção básica CCAs, CJs, SAFs, num período de 30 meses, mais de 10 mil vagas. Só dos CCAs foram 1.820 vagas, e, não bastasse isso, pretende cortar mais 1.500 vagas, ou seja, esta Administração passou a motosserra nos serviços de Assistência, onde, de modo nenhum, poderia nos serviços de convivência, que trata de crianças, adolescentes e população mais vulnerável. (Palmas)

Eu queria também falar de outro aspecto, para a gente demonstrar de outras formas, no que diz respeito à questão do gasto. O Governo Municipal tem um discurso da crise,

diz que não tem dinheiro, certo? É fato que a maioria da população, inclusive, aqueles que precisam dos serviços da assistência, estão vivendo uma crise. Entretanto, nós não podemos dizer do erário municipal.

Quando a gestão se iniciou, se gastava 41 milhões com serviços da proteção básica; hoje, 30 meses depois, se continua gastando 41 milhões e até menos com os serviços da proteção básica. Pois bem, a Administração Municipal nesse período teve sua arrecadação evoluindo de 42 bilhões para 50 bilhões, ou seja, teve um incremento de 8 bilhões, descontada a inflação, teve um incremento de 4 bilhões. Ora, daria para pagar três orçamentos da Assistência Social. Quatro bilhões dá para pagar quatro orçamentos no que diz respeito a todos os serviços em parceria que são mantidos pela SMADS.

Então, absolutamente, não existe falta de dinheiro; não existe crise fiscal, mas existe uma opção desta Administração de cortar onde não deve ser cortado. (Palmas)

Eu só quero terminar, desculpe avançar no tempo, com um aspecto que acho importante, porque é um completo absurdo dizer-se que existe ociosidade na rede de CCAs ou de qualquer dos serviços de assistência social. Ociosidade não existe. As vagas estão lá e estão ocupadas. A demanda da assistência social é a demanda, sobretudo, daqueles que estão presentes no CAD único.

Só para dar um dado fundamental: em 2017, nós atendíamos somente 12%, ou seja, quase 90% da nossa demanda não é atendida.

Cortar vaga é um crime. Cortar vaga é fazer o contrário, o oposto do que rege a política socioassistencial. (Palmas)

- Assume a presidência dos trabalhos o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado, Dr. Felipe.

Agora, vamos chamar o Ivan, Gerente do CCA Guaianases.

O SR. IVAN – Saudações. Estão ouvindo? Saudações a todas e todos que estão presentes; saúdo, também, à Mesa, em especial, as pessoas que estão do lado de fora nessa resistência. Eu sou da Zona Leste e também como todos faço parte da periferia de São Paulo.

Antes de começar minha fala eu queria recitar um trecho de uma canção da Elza Soares que dizia: “A carne mais barata do mercado é a carne negra.” Essa gestão municipal vinda do Doria e agora para o Bruno Covas está provando isso para a gente, dá essa sensação quando vejo os cortes na Assistência Social. Quando eu vejo o Orçamento da Assistência Social e é importante ressaltar que a Assistência Social tem o Orçamento baixo, pequeno.

Recentemente peguei uma propaganda divulgando a requalificação e reurbanização do Vale do Anhangabaú e o entorno. Está sendo gasto aqui quanto? Qual a necessidade? Oitenta milhões para começar. Quanto custa uma vida digna aqui? Não tem preço, mas estão querendo tabelar. Recentemente a Secretária da pasta da Assistência Social, a Sra. Berenice, deu uma entrevista na rádio CBN em que fala que está fazendo os cortes para ter uma economia. Isso para gente não é economia. Um corte aproximadamente de 1500 vagas na periferia de São Paulo isso tem cheiro de desproteção da nossa juventude, tem cheiro de violência, de sangue, de morte. Cadê o investimento? Quantos dos nossos adolescentes e crianças na periferia vão atingir a maioridade? Quantos vão chegar na Casa dos 30 anos? Passados 18? Então, não tem valor, não tem preço uma vida digna.

Estamos nesse processo de dizer o óbvio porque eu senti na fala dessa entrevista um tremendo desconhecimento da causa e da questão dos CCAs. E não é só CCA, que fique bem claro. É a transferência do CCA para educação. Eu ouvi que também a transferência dos Cedesp para a Secretaria do Trabalho. Eu ouvi sobre a transferência dos CDCNs para Direitos Humanos e aí vai. O que significa isso? Querem excluir por acaso as Smads, a Secretaria Municipal da Educação? Essa gestão está querendo fazer isso com a nossa população? É sério? Algo tão importante para gente?

Hoje não por acaso que saímos cedo de casa do fundão de São Paulo, zona Norte, zona Leste, Oeste, zona Sul, pessoal da Centro-Oeste, pessoal de toda a região de São Paulo está aqui hoje presente lutando pelo óbvio, por manter e dizer que as nossas vidas são importantes, que as nossas crianças são importantes E que o Orçamento da cidade, que a administração da cidade não deve ser feita com o Prefeito está fazendo. A sensação é que

está querendo administrar a cidade como se fosse uma empresa, cortam gastos aqui, para focar no lucro e não é assim que deve ser feita. A administração da cidade deve ser feita como se administra uma empresa. Tem que se administrar uma cidade em prol das vidas, para melhorar a qualidade da vida de cada um que aqui vive nela.

Para concluir eu ouvi uma fala que dizia que os cortes nos serviços foi por causa das demandas porque as vagas estavam ociosas. Como assim vagas ociosas? Se a gente for olhar tem mais gente querendo acessar os CCAs. Se tiver algum problema com a organização vamos investigar, verificar. O dinheiro público tem que ser bem usado, sim, mas não adianta vir com falas com pouca propriedade.

Disseram que iam para os CCAs demandas que os CRAS mandam. O CRAS manda uma lista, e, aí, o serviço faz a busca ativa. Detalhe: chegam nas mãos de alguns gerentes listas desatualizadas. Porém, também sabemos que os CRAS e os CREAS nem chegam. Eu sou prova viva disso. Daqueles poucos serviços que receberam, foram listas desatualizadas. Mas precisamos denunciar que tem um CRAS, que tem um CREAS que também está sendo sucateado, que também está precisando de profissionais lá dentro, e que precisam ser chamadas as pessoas que passaram no concurso público. (Palmas)

Para concluir a fala, quero dizer que não é tão simples trocar CCA, que está na assistência social, para educação. Por quê? Não somos contra a educação – que fique claro. Somos a favor de educação integral, não uma educação de período integral, porque a educação de período integral está se revelando para nós uma tremenda armadilha. A educação de período integral é uma sacanagem com a população. (Palmas) Deixam crianças lá dentro porás horas sem aulas, sucateando também o trabalho dos professores. E é complementar, viu, Vereador, porque a educação tem um papel importante na sociedade, a assistência social também, e é complementar. Quando a criança acessa o CCA, ela também acessa o SUAS, e vai acessar outros direitos que ela tem. É importante deixar isso claro.

Peço para que esta Mesa leve em consideração que não vamos mais deixar que a carne barata do mercado continue sendo a carne negra. (Palmas)

P- Muito obrigado, Ivan. Muito bom.

Pessoal, vamos nos organizar. Tem muita gente inscrita, o assunto é muito importante, então vamos tentar manter esse nosso cronograma do tempo, nos limitando ao tempo de cinco minutos, cada.

Para completar a fala do público, vou chamar a Marcelina Paim, do Bompar.

A SRA. MARCELINA PAIM – Boa tarde a todos e a todas.

Eu venho falar o quanto de força que nós temos, que é muito bonito, e que não nos unamos somente nesse momento.

O trabalho do CCA é um trabalho de muitos anos, tem uma essência, tem uma *expertise*, trabalha com a educação social, trabalha com o atendido, que é a criança, o adolescente, que tem nome, sobrenome, família, história. Cada corte de vaga não é uma criança que você deixa de atender, não são 30, serão 90, serão 120, serão muito mais. Se esses cortes vierem a acontecer, eu ficarei me lamentando, porque deixaremos de ser seres humanos para passarmos a ser números. E a partir do momento que cada criança e cada adolescente da cidade de São Paulo virar um capital, a essência humana fica fragilizada. Eu não posso olhar um menino como um gasto, porque, quando eu mexo com essa população de criança e adolescente, eu estou mexendo com o futuro, porque eles serão os adultos de amanhã, eles serão, quiçá, os Vereadores de amanhã, os políticos de amanhã. Eles serão quem amanhã? Qual vai ser o maior prejuízo com o corte de tudo isso?

Venho pedir que possamos ter um diálogo, e que a parceria seja cumprida. Cadê a parceria? Que não venha somente uma canetada, que não venha somente uma publicação no Diário Oficial com data marcada para o dia 1º de outubro. O que eu digo para as crianças? Quem eu escolho? Quem em tiro? Quem eu mantenho? Qual o trabalhador que eu vou tirar da minha equipe? Como vai ficar a família desse trabalhador? Há uma cumplicidade muito grande, e não podemos simplesmente achar que eles são dinheiros gasto. É uma fala muito triste essa de que há vagas ociosas, que as ONGs não estão cumprindo devidamente a sua parceria porque estão gastando dinheiro. Nós não estamos gastando dinheiro, nós estamos investindo,

nós fazemos um trabalho de qualidade. Quando fazemos a diferença lá na periferia, você dizer para o sujeito de direito que ele tem direito, sim, é muito interessante. Viemos com um grupo de crianças, e eles falavam: “Tia, por que aqui é diferente? A cidade aqui é mais bonita. Por que lá é feio?” Porque não se investe na periferia. E, cada vez mais, vão tirando cada vez mais e mais. É o preto, é o pobre, é o periférico. É muito triste ouvir o adolescente dizer que ele foi parado só porque ele é preto. Mas eu disse para ele: “Você estava com o seu RG? Beleza, fale o seu nome, o seu nome e sobrenome, fale que você é atendido lá no CCA, ‘vamos conversar’”, porque é lá que a família tem lugar para conversar, é lá que você vai atender o menino. E quando ele falta, ele não falta somente porque ele quer, ele falta, muitas vezes, porque ele não consegue chegar no CCA. Semana passada, uma família foi embora. Fomos visitar. A mãe sofria violência doméstica, teve que sair na calada da noite. Não deu tempo. Ou ela saía com os seus filhos ou ela iria morrer. Então os CCAs trabalham nessa proteção básica, mas dando dignidade humana, dizendo a eles seus direitos, o que eles podem fazer, e que isso não se perca, que essa essência não se perca.

Solicito a consideração desta minha fala e a dos demais colegas, para que haja um diálogo e uma parceria quanto à sua real função.

Obrigada. (Palmas)

P – Chamo o Vereador Toninho Vespoli, membro da Comissão de Educação da Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde ao pessoal que está lá fora fazendo a resistência, que é muito importante.

Se depois puder responder na sua fala, Secretário, porque eu não sei se eu vou conseguir estar aqui o dia inteiro, porque vou para outra atividade.

Em dois anos, diminuiu em 2100 o atendimento nos CCAs, em termos de vagas. Só que, no mesmo período, o orçamento em torno de 15%. E aí, quando foi falado por esta mesa que vocês estão fazendo uma opção política, é uma opção política. Se o orçamento subiu nesse período, e vocês estão diminuindo vagas, é porque vocês estão fazendo uma opção

política.

Eu moro na Vila Industrial, no Sapopemba, e, lá, na Comunidade São Pedro, junto com a Dora Mancini, da Pastoral do Menor, conseguimos arrancar, a duras penas... – que era um CJ, e, depois, acabou virando o CCA São Pedro. E nós, que vivemos essas décadas lá, vimos o quanto esse equipamento salvou vidas. Então pergunto a V.Exa: na hora que vocês fazem corte no orçamento, sendo que o orçamento subiu, vocês estão optando por abandonar a periferia, e colocar as nossas crianças num estado vulnerável. É isso? É essa a opção dessa administração?

Hoje, a administração tem mais que 10 bilhões em caixa. Não é possível cortar serviço se temos mais de 10 bilhões em caixa. Qual a opção para esses recursos? Por que temos 10 bilhões em caixa, e se corta dinheiro, se corta serviço público?

Eu, como professor da rede municipal, quero fazer outro debate, porque essas mesmas crianças e adolescentes que estão nos CCAs são as mesmas que vão para a escola. Nós lutamos muito no Plano Municipal de Educação para ter um valor fixo no nosso orçamento. Quando vocês vão colocando outros serviços para a educação, vocês estão precarizando a educação das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Não queremos a precarização da educação para as nossas crianças e adolescentes, porque existe verba vinculada constitucional.

Então não gostaria que fôssemos enrolados, mas gostaria de ver concretamente essas respostas serem dadas. E aí não é uma questão de ser contra ou a favor da Educação ou da Assistência Social. Somos a favor do ser humano e somos a favor da Assistência e a favor da Educação, porque emancipam o ser humano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Vereador Toninho Vespoli. Vamos chamar a representante da Secretaria da Fazenda, Sra. Amélia Tamiko. Não está presente.

Vamos chamar então a Dra. Ana Carolina Oliveira, da Defensoria Pública da

Infância e Juventude da Cidade de São Paulo.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Quem puder dialogar também com as pessoas que estão lá fora, que muitas vezes são próximas de vocês, só para refletirmos. Por mais que a gente não tenha conseguido por todo mundo para dentro para acompanhar a audiência pública, o impacto político e social que tivemos com esta audiência pública foi espetacular.

Fui lá fora, meu Senador Suplicy, as pessoas estão bravas, é óbvio, porque se eu tivesse vindo para cá e quisesse entrar para participar também ficaria brava, mas dialoguei com as pessoas o seguinte, o ato de estar aqui não é perda de tempo. Estando fora ou dentro do espaço já foi o suficiente, inclusive, para o próprio Ministério Público e para os representantes das secretarias, defensorias e conselhos, entenderem que essa é uma pauta que precisa ser dialogada.

Então com quem vocês falarem aí no Whatsapp que está bravo, está isso, está aquilo, digam o seguinte, companheira, companheiro, você somou a esta luta e hoje abalamos as estruturas. Está certo?

- Manifestação do público.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas, vou ser breve, meu nome é Ana Carolina, sou Defensora Pública do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria de São Paulo.

Estou aqui hoje junto com o Daniel que atua no Núcleo da Infância junto comigo, para dizer que o Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria recebeu com muita preocupação as duas notícias, a de transferência dos CCAs para a Secretaria de Educação e também a notícia dos cortes das vagas, porque política pública para a criança e adolescente não é um favor, é um direito garantido pela Constituição Federal com prioridade absoluta. O único grupo que tem prioridade absoluta garantida pela Constituição Federal é criança e adolescente.

Então não é uma opção do Poder Público prestar um serviço para crianças e adolescentes, é um dever constitucionalmente previsto. Sabemos que os recursos públicos são

precários, mas a destinação de recursos para políticas públicas relacionadas a crianças e adolescentes deve ser uma prioridade. Se em conflito com a construção de outras políticas públicas deve ser priorizado o serviço de criança e adolescente.

Não é um favor, é um direito previsto não só no Estatuto da Criança e Adolescente, mas na Constituição Federal.

Então, a Defensoria recebeu com muita preocupação essas duas notícias. Estamos acompanhando para tomar as medidas cabíveis para que esse direito não seja violado, porque causou muita estranheza a informação de que o serviço estava ocioso, pois, até onde sabemos, há uma fila de espera, considerando a importância do serviço.

- Manifestações no recinto.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA – Então, estamos aqui para ouvir vocês, colhendo mais elementos para o estudo do nosso procedimento administrativo, que pretende tomar as medidas cabíveis contra essa atitude.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bom. Excelente notícia.

Tem a palavra o Dr. Eduardo Dias, a quem já agradeço a presença e me desculpo pelo tormento que fizemos passar a sua Promotoria; é que acabou vindo muito mais gente do que imaginávamos. Doutor, não sei se o senhor lembra da última atividade que tivemos aqui na área da saúde. O pessoal da saúde que está presente acompanhou muito bem a audiência pública que realizamos, chamada pelo Ministério Público, para discutir o fechamento das AMAs e das UBS na cidade de São Paulo. Depois desse evento, da qual participou muita gente também, conseguimos ter uma abertura com o Governo a fim de não evitar o fechamento das Unidades Básicas de Saúde do AMA.

Eu sei que o senhor quer receber todo mundo bem, mas eu acho que as pessoas estão querendo se manifestar e, em que pese a Comissão da Criança estar tocando essa audiência pública, fomos nós que pedimos este espaço, que nos foi cedido. Desculpe-me pelo transtorno ocorrido, mas é fruto da mobilização social da população.

Muito obrigada.

- Manifestações no recinto.

O SR. EDUARDO DIAS – Primeiramente, gostaria de falar que os Vereadores, como representantes do povo, não precisam pedir desculpas, pois o MP é um serviço, uma instituição que está aqui para atender o povo e atuar em nome dele pelos seus direitos na Constituição. Só pedimos essa colaboração – e parece que não estavam entendendo lá fora, porque nós temos uma limitação de espaço. Nós entendemos o pedido quando ele foi feito pela Vereadora Juliana e depois a Vereadora Soninha, como presidente da Mesa, encaminhou os pedidos da Comissão Extraordinária Permanente da Infância, e eu até tinha dito que, como o ato é da Câmara, do ponto de vista simbólico, quem deveria ocupar aqui, além dos usuários do CCA, eram os Srs. Vereadores, e nós deveríamos ficar atrás. Fui lá, expliquei e pedi para baixar, já que neste prédio existem várias pessoas trabalhando com temas tão importantes e delicados como esse e que não estavam conseguindo trabalhar. Por isso, baixaram lá, e a gente administrou lá fora, porque, para esse mesmo volume que está aqui, tem quase a mesma quantidade lá fora.

Sobre o CCA, gostaria de falar para vocês que conversei com a Dra. Carol, com quem temos algumas ações em parceria; o colega João, do Geduc, também estava aqui e acompanhou. Esta é uma caixa com vários volumes do inquérito que deu ação objeto para essa ação civil pública que foi distribuída em março de 2018. Para essa ação, colaboraram os Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo, em especial o de Cidade Tiradentes I e II, o de São Mateus e vários outros Conselhos que informaram qual era a falta de vaga nos seus territórios, porque Conselho Tutelar é para tutelar, não é para ser tutelado, e fizeram o papel.

Sobre o que ficamos chateados em relação à pauta a seguir é que nem sempre a gente ocupa o nosso tempo com essas pautas que os conselhos nos trazem, mas sim com confusões que acontece no dia a dia. Essa é uma pauta importante. Essa ação já está em fase de julgamento e existe uma lista enorme de espera. Foi registrado, naquele período, e continuam fazendo alternância. Dizer que não há, que há vagas ociosas é sumir então com a

população ou não receber os registros.

Conversei sobre isso com a Dra. Defensora, porque a gente tem a possibilidade de se fazer esse trabalho, em cada território, ao pegar as listas de espera de cada CCA e as ações mandamentais em grupo. É o que também estão discutindo.

Estamos aqui para ouvir os senhores. Enquanto não se resolver esse problema da física, dois corpos ocuparem o mesmo espaço ao mesmo tempo, a gente tem essa limitação de espaço, mas a gente entendeu, porque o tema é urgente e os espaços estão curtos. A Câmara estava com dificuldade de espaço. Quanto ao espaço que nós podemos disponibilizar, o maior é esse. Os outros três auditórios estão ocupados.

Tem a palavra o Sr. Tafner, do júri, que fez a alegação final em julho e, no começo de agosto, nós conversamos, por conta dessas notícias que saíram, inclusive audios. Foram trocados WhatsApp e publicações, de que os CCAs seriam transferidos para a Educação. Isso nos causou estranheza. É diferente essa situação daquela situação da escola de aprendizagem, que foi também objeto na Câmara. Um colega perguntou-me: “Há algum ato formal?” Nós não recebemos nenhum. Tomara que aqui o pessoal do Tribunal de Contas também possa esclarecer isso, em saber como é a conta da Assistência. A Educação vai pagar uma pauta da Assistência dessa natureza, que é diferente do outro, do trabalho.

Eu o Sr. Tafner trabalhamos muito juntos, desde 1999 até 2002. Ele ficou lá por dez anos e me lembrou hoje de uma coisa muito séria do CCA, se a gente quer prevenir violência e prevenir aumento de população carcerária.

Muito obrigado e parabéns à Câmara e aos Srs. Vereadores, como um todo. por terem feito essa audiência.

Não precisam pedir desculpas a ninguém. (Palmas)

O SR. WILSON TAFNER – Boa tarde a todos. Meu nome é Wilson Tafner. Eu sou Promotor de Justiça de Direitos Humanos e, de 1998 a 2009, durante onze anos, eu trabalhei no Departamento de Execuções da Infância, fiscalizando a antiga FEBEM e depois Fundação Casa. Nessa experiência de mais de uma década, o que nós conseguimos trazer?

Uma leitura muito clara, de que o lugar das nossas crianças e nossos adolescentes é principalmente no orçamento, para que elas possam ter garantias, se não do ensino integral, pelo menos os centros de jovens, no contraturno escolar, para afastar as nossas crianças e os nossos adolescentes do atrativo do tráfico e do atrativo da infração, porque já ensinavam as nossas avozinhas que, em cabeça vazia, oficina do diabo. E a gente tem que saber que criança tem que ter protagonismo, criança quer participar e ser incluída; e hoje, no Ministério Público, como o próprio nome diz, é público, aqui, nesta Casa da cidadania, para nós é uma felicidade muito grande ver todas essas crianças aqui, todos esses adolescentes aqui. (Palmas) Fica muito claro que estão sendo formados futuros bons cidadãos, que se emponderam e passam a ser protagonistas da história de cada um dos senhores. Os senhores estão tendo a oportunidade para uma situação difícil, de batalhar, de defender e de ter voz e vez, para que os senhores se manifestem de uma forma positiva, exercendo a sua cidadania.

É muito engraçado ouvir o Poder Público Municipal falar que há ociosidade de vagas. Disseram que há ociosidade de 1.400 vagas. Só das pessoas que estão aqui e lá fora, já lotariam essas 1.400 vagas, que o Poder Público diz que está ocioso. (Palmas)

E quando nós não investimos no contraturno para crianças, adolescentes e jovens, nós vamos, em vez de gastar dinheiro apostando no nosso futuro, nós vamos ter que construir mais unidades da Fundação Casa e mais cadeias.

Causa-me mais estranheza ainda a titular da pasta hoje da Assistência Social, que, por tanto tempo, ocupou a função de Presidente da FEBEM... E sabe disso, que o lugar da criança é ser protagonista num CCA ou num CJ e não nas ruas, nas biqueiras e na ponta de tráfico. (Palmas) Causa-me uma extrema surpresa, de alguém que comandou a FEBEM, a Fundação Casa, por mais de dez anos, não assumir essa bandeira, de inclusão das nossas crianças e nossos adolescentes. Enfim, a Casa do Ministério Público é público. Aqui é um lugar onde os senhores podem exercitar a cidadania dos senhores. Infelizmente o espaço não pôde acolher a todos, mas os senhores podem ser agentes multiplicadores e levar para quem está lá fora o que aconteceu aqui dentro.

A gente tem que pensar muito claro uma coisa: Para um País, o Brasil ser... Não é o país do futuro, porque o País que não cuida das suas crianças e dos seus adolescentes é um país sem futuro algum.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Tem a palavra o Sr. Alan.

O SR. ALAN – Muito boa tarde a todos. Quero saudar efusivamente cada criança e adolescente que está aqui, porque o protagonismo da criança e do adolescente é uma realidade nos CCAs. Isso está claramente demonstrado aqui e talvez seja isso que tanto incomode este Governo, que quer acabar, desmontar e tornar isso natural, fazer daqui um puxadinho da Educação.

Já foi dito aqui que a Educação não merece isso e muito menos a Assistência Social. Eu quero dizer também aqui que nós repudiamos, com toda veemência, enquanto Fórum Estadual dos Trabalhadores dos SUAS, a fala do Sr. Prefeito, que se acha imperador e que diz que pode fazer o que quiser. Está aqui o Ministério Público e estão aqui os Vereadores. Há a Constituição Federal, há a Lei Orgânica da Assistência Social, há a norma operacional básica 2012 e há a lei que controla os gastos da Educação no município. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, Sistema Único de Assistência Social e Sistema de Garantia de Direitos. Muitos daqui, se não quase todos, deram boa parte de suas vidas para colocar nas leis; e hoje a gente aprender essa lição: Os subversivos estão no poder. São eles que descumprem a lei e nós soamos sangue, para construir e para garantir. Então é, dentro desta Casa, que tem que vir sim o clamor, para que as autoridades constituídas, especialmente o Ministério Público, a Defensoria Pública e também os Vereadores, não só desta comissão, cumpram com o seu papel e fiscalizem os atos do Executivo, porque Prefeito não é imperador e esse desmonte vai acabar sim, senhor. Que este recado chegue ao Prefeito Bruno Covas.

E que pena que a Secretária Berenice não está aqui, porque os dois não tiveram coragem de olhar nos nossos olhos e dizer o que eles disseram aqui. (Palmas) Eles não têm

coragem de olhar no olho de cada criança e adolescente aqui e dizer que o trabalho é mal feito, e dizer que o trabalhador não cumpre seu papel, que o plano de trabalho não vale nada.

Então nós estamos à disposição aqui para somar com o Ministério Público. Nós preparamos quatro páginas sucintas, que eram para dez minutos, que cabia muito mais de todas essas legislações e normas citadas que estão sendo rasgadas, feridas e tripudiadas. E, por causa de todo o desmonte, nosso pedido de encaminhamento é, primeiro, revogação imediata de qualquer transferência de equipamento e serviço da Assistência Social regulamentado em lei para qualquer outra secretaria. (Palmas) Um Termo de Ajustamento de Conduta para enquadrar a Prefeitura a respeitar o marco legal vigente, a Constituição, principalmente o Estatuto e a Lei Orgânica da Assistência Social. Acho que estamos passando da hora de instalar, na Câmara Municipal, a CPI do desmonte de todas as políticas públicas e também da Assistência Social.

E quero avisar lá fora: companheiros, o inimigo está do outro lado. Hoje é dia de festa. Hoje é dia de luta. Hoje é dia de glória. Nós escrevemos a história e não vai ter desmonte. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Alan.

Passo a palavra para a presidente do Comas, Darlene.

A SRA. DARLENE – Boa tarde. Eu sou Darlene, estou presidente do Conselho, mas antes de qualquer coisa eu sou trabalhadora do SUAS e trabalhadora do CCA, então eu estou em casa para falar um pouco do que está acontecendo. Quero ser bastante breve porque o papel do Conselho hoje, aqui, mais do que do que falar é ouvir, porque é para isso que o Conselho está lá. A gente tem que ouvir, tem que entender e a gente realmente não entende o que está acontecendo.

Tem duas questões para uma questão macro, uma preocupação que tem em todas as instâncias, que é ver sistematicamente os orçamentos serem direcionados para questões que não são as necessidades da população.

No caso da Assistência, há algum tempo grande montante do orçamento é

direcionado para atender os serviços em que a vulnerabilidade já aconteceu, o problema já aconteceu, ou seja, para proteção especial, e a proteção básica sistematicamente tem sido deixada de lado. Proteção básica é a proteção em que se consegue, de verdade, garantir direitos, fazer com que as famílias tenham seus direitos garantidos, que as crianças sejam mantidas dentro das famílias e dentro dos territórios.

É muito triste ver essa questão e temos duas coisas para falar aqui. Primeiro, a transferência para a Educação, que não tem nenhum parâmetro legal. A tipificação fala em algumas questões do fortalecimento de vínculos e podemos elencar algumas fundamentais. Primeiro é o acesso aos diferentes tipos de cultura. Ou seja, como uma das companheirinhas colocou, aqui, no poema, não queremos ficar enclausurados dentro da escola. O CCA dá oportunidade para que essas crianças vivenciem outras culturas, outras pessoas, e essa troca cultural é extremamente rica.

Outra questão, que eu acho fundamental, é que a tipificação é muito específica. Ela fala em atividades para contribuir para o ressignificar do isolamento e a violação de direitos – e prevenir essas situações por meio de atividades lúdicas, culturais e esportivas. Essa é a tipificação nacional. Ela não fala em Educação. Então, legalmente, não existe nenhum parâmetro, nenhuma fundamentação, para que esse serviço passe para a Educação.

Muito me deixa assustada quando ouço a Secretária afirmar que existem crianças que estão no serviço, nos CCAs, e que não estão enquadradas na proteção do serviço de vínculos. Como assim? Qual é o parâmetro para dizer que esta criança “x” precisa? Que a família dela está estruturada e, portanto, ela não precisa de fortalecimento de vínculos? Então, essa pode ir para a Educação e esta não? Qual é o parâmetro para isso? Não existe.

Outra coisa, que eu acho que também é muito mais séria, é o corte de vagas que vem acontecendo, o desmonte que vem acontecendo, que não é uma readequação. É um corte, de verdade. Temos solicitado isso. Já vem acontecendo há algum tempo e o Vereador está aqui desde a época da Rede Rua, que fechou há quanto tempo? Três ou quatro meses atrás. Era um centro de acolhida que fechou. Até hoje, não foi dito para o Conselho, apesar de

reiteradas solicitações, para onde foram redirecionadas essas 120 vagas. A mesma coisa acontece com essas vagas.

Outra questão: vagas ociosas. Eu posso dizer para vocês, de experiência própria, porque trabalhei minha vida inteira em CCA... Aí, acho que é chover no molhado, porque eu sei que os educadores que estão aqui também sabem disso. As crianças que mais faltam são as crianças que mais precisam de atenção. Essas crianças não podem ser cortadas. (Palmas) São crianças que têm problemas sérios de estrutura familiar, que não acordam de manhã ou cujos irmãos a mãe não leva para a creche, que não têm transporte, que têm de ficar em casa olhando os irmãos menores porque não houve a creche. Quantas e quantas vezes... Eu sei que vocês sabem disso. É, a escola tem... Isso... Que a criança não vai... Aí, ela chega lá no horário do almoço com dois ou três irmãozinhos menores: “Ai, não acordamos. A mãe não está e precisamos comer.” Nós botamos para dentro e damos de comer. Essas crianças não podem ser cortadas, gente. Sabem? As crianças que estão fora do CadÚnico são as famílias mais vulneráveis. São as famílias que não têm documentação. Que Assistência Social é essa de que estamos falando?

Então, eu quero dizer para vocês que o Comas... Nós montamos um GT, especificamente, para CCA. O GT é composto de representantes de CCA, de conselheiros, e queremos a participação de vocês. A nossa ideia é que, juntos, façamos essa discussão e consigamos barrar isso que está acontecendo. Está bem? (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal...

A SRA. DARLENE – Eu só queria chamar aqui... É um minutinho, só... O pessoal do CCA Nossa Senhora Aparecida fez um quadro que eles gostariam de mostrar para vocês. Acho que seria bem legal. Vamos lá, criançada?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Onde está o quadro?

A SRA. DARLENE – Isso é trabalho de CCA, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Mostre para a Mesa. Muito bem!

Pessoal, tem muita gente, está muito lindo, está muito abafado e tem muita

conversa. E com as conversas a gente não está escutando. Vamos fazer um pouquinho de silêncio e as pessoas que não estiverem com muita vontade de estar aqui, vai um pouquinho lá fora e daqui a pouco volta.

É o seguinte, agora são 14h45min. O que vou sugerir: tinha muitos inscritos, ainda faltam 15 inscritos, é muita gente, não tem condição. Quero sugerir, por exemplo, há duas mães que se inscreveram. Eu acho que podemos ouvir duas mães e um jovem do CCA. Quem se inscreveu foi a Edilene do CCA Pingo da Alegria; e também a mãe chamada Marcela, usuária do CCA. Temos também inscritos os CCAs da Brasilândia, de Santo Amaro, do Ipiranga e de São Matheus. Estou anunciando para sabermos que estão aqui CCAs da Cidade inteira aqui presentes. (Palmas)

Tinha colocado quatro nomes de representantes dos CCAs: Ilda, Fórum Regional da Brasilândia; Monique, Associação Largo Treze CCA Santo Amaro; Tainá do CCA Ipiranga; e Maicon, Isabela e Anabele do CCA Pingo de Alegria. Vou sugerir que os três jovens possam representar todos os CCAs que se inscreveram. Pode ser assim?

- Os presentes respondem “sim”.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – E aí voltamos com o Secretário de Assistência Social.

A SRA. EDILENE COSTA – Boa tarde a todos, boa tarde a Mesa. Sou mãe de três atendidos do CCA Pingo de Alegria região de São Matheus. Como falar do CCA? É difícil falar. Eu, como mãe de uma criança especial, com atraso neurológico que foi atendido do CCA, hoje ele tem 19 anos. O CCA deu apoio, carinho e estrutura para o meu filho, no período em que estava trabalhando. A Isabela minha filha, com 15 anos, ao sair chorou, está triste, com medo que feche o CCA. Esta aqui a minha lindeza. O Icaro é ele, especial e é atendido pelo CCA. É difícil falar porque estou falando de filho, estou falando de uma instituição que nos dá segurança, que acolhe nossos filhos. Pai e mãe educam os filhos, sim, mas o CCA é uma instituição que passa valores para os nossos filhos.

Costumo falar aos meus filhos dos valores da vida. Para ser uma boa pessoa, um

bom ser humano, temos que valorizar a vida, as pequenas coisas, os detalhes. Tudo isso o CCA também ensina aos nossos filhos. Tem outro de nove anos que está no CCA, tem uma de seis anos que quer ir para o CCA. Como vou falar pra minha filha de seis anos, se o sonho dela é ir para o CCA, que vai fechar ou vai mudar a maneira de trabalhar com as nossas crianças?

Hoje, atualmente, estou desempregada, o benefício do meu filho foi cortado, o Icaro é LOAS, não há lugar apropriado hoje que possa ficar com o meu filho, para dar segurança para o meu filho para que eu possa voltar a trabalhar. Como pode? Como os nossos políticos não estão atentos a isso? Gente, é muito difícil, ler uma reportagem, assistir tv hoje em dia, são coisas absurdas que estão acontecendo em nosso País. Eu fico indignada, eu fico preocupada, eu estou preocupada com o futuro dos nossos filhos. Tem questão, estamos discutindo os CCAs, sim, porque também é uma segurança e um direito conquistado dos nossos filhos. O que vai ser do nosso futuro, qual futuro da minha filha? Eu falo para ela todos os dias: “Filha, a pessoa sem estudo não é nada, mas a pessoa também sem estrutura familiar não é nada.” Sem um lugar, um local que possa acolher os nossos filhos e dar uma segurança como o CCA também não é nada. Estamos nadando e vamos morrer na praia. Se a gente não fizer isso, se a gente não se mobilizar, vamos perder tudo que nós conquistamos.

É por isso que nós estamos aqui. Eu tenho que interditar o meu filho porque ele é incapaz, é difícil para uma mãe ter que procurar o Ministério Público para provar para o INSS que ela não recebeu um benefício ilegal, é difícil para uma mãe pensar, como eu estou pensando, que tenho que procurar um emprego amanhã, não tenho mais CCA para acolher o meu filho. A Prefeitura, o estado e os governantes não fizeram nada para dar uma estrutura para uma criança especial. O que as crianças normais têm eles querem tirar também. O que vai ser de nós? Qual o futuro do nosso país? Eu só queria que os nossos governantes, que o Secretário pensasse com carinho. Se colocasse no lugar do próximo.

Como que a gente vai entender a dificuldade de uma pessoa, se você nunca, se o nosso Prefeito, vamos dizer um Deputado, nunca teve uma dificuldade? Nasceu em berço de ouro. Como ele vai entender a dificuldade e a necessidade de uma periferia se nunca... ele tem

filho em escola particular. O meu filho, é uma luta para você conseguir uma vaga na escola da Prefeitura. Você tem que ir para uma fila de espera, ficar aguardando, ficar em cima.

Reflitam, analisem, reivindiquem seus direitos. O CCA não é de graça, são os nossos impostos que eles têm que devolver. Eu, particularmente, costumo falar para as pessoas que não aceito que ninguém me diga que existem pessoas boazinhas que dão coisas de graça para gente. Não existe. Tudo é devolução, tudo é merecimento. O pai e a mãe quando vão dar um presente para o filho dizem que ele tem que tirar notas boas, que tem que merecer, fazer por onde. Nós fazemos por onde, nós pagamos os nossos impostos. O Brasil é um país que paga muito imposto. Temos que cobrar, lutar e buscar tudo de volta: na segurança, na educação, na saúde, no lazer, no saneamento básico e todos os nossos direitos.

Vamos lutar. Não deixem eles fazerem isso com a gente. Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, mãe, pelo depoimento. Eu tinha falado dos representantes do Pingo da Alegria, mas teve outra ação que você já falaram. Daí o pessoal de São Mateus está pedindo para compartilhar. Vamos tentar dividir, venham vocês aqui para frente e o pessoal de São Mateus.

(NÃO IDENTIFICADO) – A gente quer começar chamando todas as pessoas que são dos CCAs aqui.

(NÃO IDENTIFICADO) – Aqui, primeiramente, viemos todos dispostos a falar e a gente não está tendo voz e a gente quer lutar por isso.

(NÃO IDENTIFICADO) – Tem mais alguém do CCA que queira participar com a gente e ter a voz? Sobe todo mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vamos aproveitar para colocar o pessoal do Pingo da Alegria para vocês falarem juntos, pode ser? Para a gente agilizar.

(NÃO IDENTIFICADO) – A gente queria começar falando sobre a Lei 8.069, de julho de 1990, citando o artigo quarto: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer e profissionalização, à cultura,

à dignidade, ao respeito e a liberdade, à convivência familiar e comunitária.”

(NÃO IDENTIFICADO) – A gente vem complementar também com o artigo 59, que diz: “Os municípios, com apoio dos estados e da União estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a infância e a juventude.”

(NÃO IDENTIFICADO) – Agora complementando a gente vai citar o artigo 71: “As crianças e os adolescentes têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.”

A pergunta que eu faço para vocês é: Qual a proposta de juntar isso com a educação e o que vai acontecer com Assistência Social?

(NÃO IDENTIFICADO) – A gente também quer perguntar para onde vão as crianças que vocês estão tirando as vagas e para onde vai esse dinheiro da Assistência Social?

(NÃO IDENTIFICADO) – Quem tira o direito do outro, não cresce e sim diminui. Todos nós fomos às ruas e estamos aqui pelos nossos direitos e vocês não têm o direito de tirar isso da gente. É um direito nosso, é um direito das crianças e dos adolescentes.

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu vou falar da importância do CCA e do Cedesp. O Cedesp é um lugar de convivência e fortalecimento de vínculos e propõe uma formação de qualidade, não só profissional, mas poder lidar com o mundo do trabalho e saber os seus direitos. Os CCAs, além de ser uma área de lazer, desenvolvem atividades extracurriculares que são atividades que você realiza, ou já realizou, que contribuem para a sua formação pessoal e profissional, sendo meio de ampliação de currículo, porém não faz parte do currículo escolar. Eles abordam temas do que realmente está acontecendo dentro e fora do nosso país. Lá dentro eles fazem a gente crescer como pessoa e ouvem nossas propostas e nos apoiam na medida do possível. Muitos pais necessitam do atendimento do CCA, pois não tem onde o filho ficar. Os pais sabendo que os filhos estão no CCAs ficam despreocupados. Os CCAs

também impedem que muitas crianças fiquem nas ruas ou fiquem em casa fazendo nada. Portanto, com essas informações, vemos que é verídica a necessidade da permanência dos CCAs. Além disso, é um direito nosso. Artigo 53, do Estatuto da Criança e do Adolescente: “A criança e o adolescente tem direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho”. Que é exercido pelos CCAs e pelos Cedesps. #ccaseoscedespssalvam, #resistência.

O SR. LUCAS – Boa tarde. Meu nome é Lucas e eu vim falar aqui que eu fiquei sabendo, na verdade todos ficaram sabendo, que eles querem tirar o CCA da gente. Só que a gente não vai deixar que eles tirem o CCA da gente por que o CCA é nosso direito e a gente não vai deixar que ninguém tire os nossos direitos. Aliás, cadê o Bruno Covas? Porque eu vou entregar esse abaixo-assinado para ele.

A SRA. MARCELA – Boa tarde. Meu nome é Marcela. Eu sou mãe e os meus filhos são atendidos no CCA, no Tabor. São muito bem atendidos, são ensinados, e estamos aqui para brigar pelos nossos direitos. As nossas crianças têm direitos e vocês que estão na Mesa olhem para nós. Vejam o quanto nós estamos aqui lutando pelos nossos direitos. São os direitos das nossas crianças. Quando violamos alguma lei, não é não é cobrado da gente? E nós como pais estamos aqui em busca do atendimento das nossas crianças. Precisamos trabalhar porque lá são quebradas todas as violações. Lá onde as nossas crianças são atendidas com qualidade. Espero que essa Mesa escute cada mãe, cada representante. Nós do CCA Tabor estamos aqui em luta por todos. Quero que vocês escutem o nosso pedido. Nessa hora estamos aqui porque temos direito, estamos lutando por eles, nós estamos pedindo nada de graça, não.

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu venho aqui representar a zona sul, venho representar todos os pais, não só ela, como os outros pais. Represento a Ação Social Largo Treze e todos os pais que vem sendo injustiçados. Porque nós não largamos os nossos filhos. Nossos filhos não são depósitos. Nós deixamos os nossos filhos porque acreditamos que eles estão no lugar onde recebem carinho, amor, cultura, arte e lazer Eu garanto para cada uma das pessoas que

estão aqui, eu quero aqui agora as minhas duas mãos sejam cortadas se os governadores e os prefeitos estão passando por isso que nós estamos, largando o nosso serviço, largando de ganhar o pão de cada dia para sustentar os nossos filhos, sendo que eles têm dinheiro e nós preocupados onde e com quem os nossos filhos vão ficar futuramente. Porque os nossos filhos agora estão guardados.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Meninas e meninos, eu acho que a gente já vai finalizar porque temos que ouvir o Secretário. Eu agradeço demais a intervenção de vocês, me emocionaram mesmo, mas eu queria que vocês pudessem, por favor, liberar para a gente poder ouvir o Secretário de Educação.

(NÃO IDENTIFICADO) – A gente queria perguntar que futuro vocês acham que essas crianças que estão sendo cortadas vão ter?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito obrigada. Estou tão emocionada que é o Secretário de Assistência Social, desculpa, só para a gente finalizar o Secretário vai falar, o Vereador Eduardo Suplicy pediu para falar depois do Secretário. Só que para a gente combinar o tempo, vamos ouvir o Secretário, mas, quando terminar a audiência, nós vamos sair por essa porta todo mundo. Não adianta ir por aquela e descer pela escadaria porque as pessoas que vão entrar para o próximo vão subir por aí, então, vai ter tumulto. A saída então é por essa porta, perto do púlpito. Certo, pessoal?

- Manifestação dos presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Isso será nos encaminhamentos.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Del Bosco, Secretário Adjunto. Eu posso dizer, Secretário, gostaríamos que houvesse a suspensão imediata da ação dos CCAs para a Educação.

- Manifestação dos presentes.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Boa tarde, Vereadora...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Crianças e adolescentes, agora nós queremos ouvir muito. Porém, temos muitos companheiros e companheiras que estão lá fora

para um segundo ponto. Ouvimos a Mesa, fizemos uma interlocução com as pessoas do Plenário e, quando do início da audiência pública, combinei que até às três horas estaríamos tratando da primeira pauta para não prejudicar a segunda pauta.

O que falta pra vocês falar, se falarem por dois minutos para finalizar a intervenção, aí nós passamos para o Secretário. Está certo? Vamos fazer assim? Crianças, vocês não responderam...

- Manifestação dos presentes.

(NÃO IDENTIFICADO) – Boa tarde. Eu e o meu amigo vamos falar dos benefícios que tem no CEC. A gente não quer que o CEC feche porque lá é muito legal. Tem dança, tem cultura, e a comida é melhor do que de restaurante. (Risos)

O JOVEM EDUARDO – Eu sou do CEC e queria falar que se existe possibilidade do CEC fechar, tenho certeza que não vai, mas se tiver a possibilidade de fechar, como eles vão misturar escola com período integral? Não vai ter verba? Vai ter funcionários especializados?

E pra calar a boca de quem falou que o CEC é só brincadeira e comédia, não, o CEC é muito, muito além disso!

- Manifestação dos presentes.

O JOVEM GUSTAVO – Eu vou falar uma poesia sobre o CEC: “O CEC é união, é saudade, é dever, é colaboração, é amizade, é prazer. Amigos, vamos lá, vamos juntos lutar porque a nossa boca o Governo quer calar. Por isso, levanta a sua mão e comigo diga: o CEC é nosso lar, o CEC é nossa vida. O CEC já sofreu demais, 70 anos não irá ficar para trás, pra mim o CEC é ferramenta de transformação, ele é amor e também é união. Quantas oficinas já passaram por lá, desenho, cidadania, capoeira e dançar. Cidadania nos ajuda a argumentar; desenho nos ajuda a se expressar; capoeira é raça, é dever e é cor; dança é a garra e também é o amor!”

- Palmas.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Agora, as meninas.

A JOVEM MARIA EDUARDA – Eu vou falar o que escrevi. “Engraçado, né? Tantas pessoas importantes aqui e cadê o maior interessado, que no caso é o Sr. Bruno Covas, que pediu o fechamento e a redução de vagas e serviços, sem a participação da sociedade, dos menos favorecidos que são as crianças e adolescentes? E se o CCAs fecharem ou deixarem de atender a todos? Queria saber pra onde essa verba vai! Tenho certeza de que pra Saúde não vai, não vai para as pessoas necessitadas, para as casas de recuperação! Nunca foram aos CCAs para verem a nossa rotina, as atividades, como funcionam: passeios, eventos, o que nós fazemos, são mil coisas. Falar que não sabem, é muito fácil. Quero ver se são capazes de nos ouvir, nós, crianças e adolescentes, escutarem tudo aquilo que sentimos”.

- Palmas

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Meninos, meninas, amo ouvir vocês, mas agora realmente não temos tempo, desculpa não poder ouvir todo mundo, mas o Secretário Adjunto da Assistência Social vai nos dar boas notícias.

- Manifestação dos presentes.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Boa tarde a todos. Quero agradecer o convite, à Vereadora Juliana, ao Vereador Giannazi, a todos que estão aqui. Cumprimentar o Ministério Público; o COMAS, nossa Presidente; o FAS; os trabalhadores da Assistência; as pessoas de todas as ONGs; e às crianças e adolescentes presentes. Estou como Secretário Adjunto da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade de São Paulo.

Já houve algumas audiências, conversas e esta semana houve audiência na Câmara onde a própria Secretária Berenice esteve presente. Cumprimento a minha Colega, Secretária Marisa aqui presente, quero dizer que ouvi atentamente todas as contribuições.

Quero trazer a vocês alguns pontos. Primeiro, quando se fala do CCA – e eu tenho visitado, andado pelos territórios, estou desde novembro na Secretaria como adjunto, por um tempo assumi como interino até a chegada da Secretária – nós reconhecemos o excelente trabalho que faz o CCA. A Secretária também reconhece o trabalho que é feito. Quero deixar algumas considerações porque estão misturando alguns assuntos, como as vagas ociosas e a

baixa frequência.

Nós, do poder público, e muitas vezes o próprio Ministério Público, que é o fiscal, que representa também à população, o cidadão, temos de cuidar das contas públicas. Numa das questões feita foi citada a baixa frequência. É que nós somos cobrados tanto pelo Tribunal de Contas quanto pela Controladoria e por outros organismos quanto ao pagamento e a não frequência na instituição. Digo isso não tirando a culpa da Secretaria, até porque vocês, que são trabalhadores das organizações, as crianças e adolescentes que estão aqui são os usuários, são os clientes da Prefeitura do Município de São Paulo. São usuários e clientes, como se fala. Quando a gente fala dessas pessoas sabemos que estão esperando o nosso trabalho. Não adianta separar organização do poder público ou da Prefeitura. Até porque a organização usa em sua lapela Prefeitura do Município de São Paulo – Assistência Social.

- Manifestação dos presentes.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Gostaria de ter a minha palavra garantida, eu ouvi a todos a vou ficar para responder às perguntas.

Acho que, em primeiro lugar, como foi dito pelo Alan quanto à questão do imperador, do ditador, não é isso que o Prefeito Bruno Covas aprendeu em casa com o seu avô, com o Governador Mario Covas. Devido a ele hoje estamos podendo falar numa Casa como esta, por isso o Ministério Público se orgulha muito de todos nós, que é também por obra do Governador Mario Covas. O Bruno, o Prefeito Bruno Covas...

- Manifestação dos presentes.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Quero o direito da palavra, Presidente!

- Manifestação dos presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal, pessoal...

O SR. MARCELO DEL BOSCO – É uma injustiça quando se fala em imperador, é uma falta de respeito!

- Manifestação dos presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Secretário, só um minuto. Pessoal,

peçoal, por favor! Secretário, um minuto, por favor!

- Manifestação dos presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal, pessoal, vamos tentar ouvir o que o Secretário tem a dizer. Hoje nosso objetivo é entender se a Secretaria vai continuar com esse absurdo ou vai parar para dialogar. Então vamos ouvir, vamos ouvir para não terem a desculpa de que não tiveram a oportunidade de falar, ok?

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Obrigado, Presidente. Quando eu falo do Prefeito Bruno Covas é porque todos estão perguntando por que não está aqui. Ele tem Secretário para estar porque é o Secretário que tem que estar aqui. E eu gostaria...

- Manifestação dos presentes.

O SR. EDUARDO DIAS – Gente, por favor. Secretário, um minuto. Gente, quero fazer um apelo a vocês: vamos ensinar nossas crianças e adolescentes que na democracia ouvir o outro, mesmo que não seja o que nos agrada, naquele momento é muito importante. Se roubarmos do outro a possibilidade de se expressar, não estamos agindo democraticamente e não é essa a lição que queremos para que sejamos um povo questionador e culto! Vamos então ensinar aos nossos adolescentes, as nossas crianças, aos nossos jovens, num momento tão difícil do nosso País, a aprender a escutar o outro, mesmo que não seja a fala que nos agrade. Vamos garantir esse direito. Obrigado.

- Palmas.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Vamos lá, Secretário.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Estou respondendo às questões trazidas porque é importante, são todos pontos importantes. Agradeço muito ao Promotor.

Sobre a questão que tratava dos cinco fechamentos de CCAs, que foi citada pelo Vereador, gostaria de explicar que foi passado, através do MROSC, a questão das contas desses CCAs que foram citadas por V.Exa. Foi avaliado pela Secretaria, avaliado na base, no território pela Supervisão e pelo Gestor de Parcerias, foi tornado processo, veio pra Secretaria. E tinha, Vereador, um prazo para organização que é parceira, que usa também o símbolo da

Prefeitura, que havia um prazo até que houvesse o chamamento para não deixar as pessoas que usam o serviço descobertas naquele local. Mas a organização imediatamente fez o fechamento do local, e as pessoas ficaram sem o serviço. Foram transferidos para serviços em volta, perto daquele local, e hoje já tem chamamento de emergência que está saindo para cobertura desses locais. Esse é um dos pontos.

Sobre a segunda questão trazida pelo Vereador Toninho Vespoli, a respeito dos 2.100 atendimentos, nesse momento foi – e como disse no início –, a reorganização se dá quanto à frequência das vagas. Foi dito pela Secretária, se for provado que a frequência das vagas naquele território, se está havendo frequência, vai ser sim rediscutida a questão. A Secretaria amanhã, sexta-feira, tem reunião na Prefeitura do Município de São Paulo com 39 equipamentos para discutir esse assunto um por um.

Esse ponto é bom citar quanto à diferença de ociosidade, que muitos reclamam da fila de espera que há na localidade, só que quem preenche esse demonstrativo são as próprias organizações. Essas organizações, Srs. Vereadores, Srs. Promotores, são elas que estão colocando no papel que a frequência naquele território está baixa.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Secretário, vamos ao diálogo para encaminharmos os pontos levantados. Quando você fala que a frequência é colocada pela instituição, o senhor também tem de dizer que, por exemplo, no relatório não se dá a oportunidade de dizer o porquê da falta.

- Manifestação dos presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Na Educação você tem a possibilidade de dizer porquê houve a falta. Eu sei, o meu filho estuda em escola pública, não é que alguém me disse, eu sei e acompanho, além da relação que tenho com os CCAs por ser uma pessoa que vim da O.S.E.M. Então, quando vocês falam sobre essa relação não estão avaliando, a forma que vocês estão dizendo que têm ausências, não tem a possibilidade de dizer o porquê. Então o que a Secretaria está fazendo pra organizar melhor esse processo?

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Vereadora, a senhora que participa bastante da

Assistência Social sabe o trabalho que faz a supervisão, sabe do trabalho do Gestor de Parceria, sabe também da visita desses profissionais a esses locais, os contatos que há na rede em cada território. Aí quando a senhora faz esse questionamento sabe que há troca de informação. Há uma coordenadoria nossa chamada Observatório que controla os dados da Assistência Social não só pelo Demis, mas também pelo relatório dos territórios. Então, sim, estou dizendo que há técnicos e de como foi feito. Esse Observatório, que é uma coordenadoria, não existe só neste Governo, a coordenadoria existe desde vários governos. A formação da Secretaria, não é agora que foi mudada uma coordenadoria ou outra, foi acrescentada no início da gestão SUAS, mas o resto é a mesma formação que havia em outras gestões. Há um acompanhamento, Vereadora, tanto pela Coordenadoria de Vigilância quanto pelas próprias supervisões e os próprios gestores de parceria.

Agora, o que é principal que foi trazido aqui não é a questão do recurso, do que foi dito, se a Secretaria pensa em números ou então é dinheiro, não...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Secretário, um diálogo, eu acho que vale a pena para que a Defensoria Pública possa nos ajudar. Quando o senhor fala que tem um Observatório, a gente que tem acompanhado um pouco mais de perto sabe que os observatórios não estão funcionando. Se estiver funcionando, eu já quero requerer ao senhor, pela minha competência como Vereadora, a lista de presença das reuniões com toda a organização.

- Manifestação na galeria.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Mas não somente...

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Estou falando da coordenadoria.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – ...não somente da Prefeitura

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Eu estou falando da coordenadoria.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Só para finalizar. O observatório é composto da sociedade civil, das instituições e da Secretaria. Não adianta o senhor me trazer

uma lista de presença que só compõe o Governo.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Vereadora, eu estou me posicionando, até para ficar registrado em ata, quando falo do observatório da Secretaria, da Coordenadoria de Vigilância da Secretaria de Assistência Social. Então nós temos sim todos esses dados, não confere o que foi falado pelo companheiro. Nós temos os dados. Está na nossa Secretaria. Pode sim fazer o pedido, eu fico à disposição para buscar os dados que estão na Coordenadoria de Vigilância e passar para a Comissão da Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Mas é só a composição do Governo. Não está chamada...

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Estou dizendo...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Não está chamada a sociedade civil e nem a relação dos conselhos.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Estou dizendo da nossa Coordenadoria de Vigilância da Secretaria de Assistência Social.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Mas então não é observatório.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Estou dizendo disso que... Eu estou... O nome como citei no início. Observatório é o nome da Coordenadoria. É só a senhora pegar, é o nome da Coordenadoria. A senhora conhece bem.

Outro ponto que foi apresentado, quando falamos sobre a educação, também em outras audiências públicas, na Câmara Municipal, até presidida pela própria Vereadora Juliana, mencionamos a discussão do início de um estudo da participação da Secretaria de Educação nos CCAs. Isso deve estar nas atas da Câmara Municipal. Nós falamos sobre isso, conversamos na época.

Conversamos também com todos os supervisores da Secretaria de Assistência, tivemos uma reunião com o FAS e o COMAS para dizer que havia estudos, ainda no início, sobre essa questão relacionada à assistência social e a educação.

Bom, quero deixar bem claro que, em hipótese alguma, se pretende acabar com os

CCAs. Em hipótese alguma há pretensão por parte de o Governo acabar os CCAs.

O que há seria integrar a assistência social e, no plano de trabalho, ter a participação da Secretaria de Educação. Vocês mesmos que são de algum CCA, receberam a visita de alguns diretores da área de educação de regionais.

- Manifestação na galeria.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Sobre esses diretores, foi passado um comunicado através do nosso coordenador de gestão de parcerias.

- Manifestação na galeria.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vamos ouvir, pessoal.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Se os diretores não terminaram ainda de fazer visita para colher os dados, juntamente com vocês, de toda essa questão da estrutura do CCA, quando terminarem e de posse dessa análise farão a discussão com a assistência social e a própria educação, para aí sim termos um debate maior relacionado à questão do CCA.

O SR. CELSO GIANNAZI – Secretário, só para fazer um aparte. Os supervisores que estão indo nos CCAs foram pegos de surpresa. Ninguém da comunidade ficou sabendo disso. Não há diálogo, Secretário, o que se fala aqui não é a realidade.

Volto no ponto que o senhor falou. Esses CCAs que falei no começo, na Cidade Tiradentes, eles foram fechados sim, a população não sabia de nada, ficaram sabendo noutro dia, por conta de a Prefeitura de São Paulo não fiscalizar a OS que quebrou de um dia para o outro. Eu estive lá, acompanhei as famílias. Ela submeteu as crianças dessa idade para andar de um CCA para um CCI por um quilômetro, em uma região de alta vulnerabilidade, muito perigosa. O senhor acha normal isso aí? (Palmas)

- Manifestação na galeria.

O SR. CELSO GIANNAZI – Eu estive lá Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Secretário, na mesma pergunta - é pergunta, mesmo - essa decisão que foi tomada pela Secretaria de Assistência Social passou pela atuação e organização dos conselhos, que ali também são deliberativos, para poder atuar

nessa ação da assistência social?

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Sim. Respondendo primeiro ao ponto do Vereador, dizer para o Vereador, como eu disse aqui no início, foi dado prazo para a OS, o prazo que está na lei. Por isso, nós tínhamos tempo para nos organizar e fazer o chamamento ou mesmo um emergencial, mas a OS abandonou o serviço no dia seguinte que foi feito o comunicado.

O segundo ponto, sobre fiscalização da própria Secretaria, o senhor sabe que há sim, até porque são profissionais da própria rede que fazem esse serviço. Nós não compactuamos, em hipótese alguma, com isso, nem mesmo de andar e que vai ser sim até porque está sendo estabelecido onde é possível para poder remanejar num local mais perto.

Eu vou fazer esse levantamento e passo a V.Exa.

Uma questão que foi colocada pela Vereadora, primeiro teve sim uma reunião, o COMAS participou junto com o FAS, no gabinete da Secretaria, mostrando alguns pontos. Até porque tanto o FAS quanto o COMAS representam essa grande parcela de quem está no CCA, que são as organizações, para poder, depois, transmitir para as pessoas que utilizam o serviço.

Foi conversado que havia um estudo, deixaram lá o questionamento que deveria de ser levado ao COMAS. Nós falamos que o resultado desse estudo, entre Secretaria de Assistência com Secretaria de Educação, seria levado para um debate.

Vereadora, que quero deixar claro que quando nós falamos da integração, em hipótese alguma mencionamos em acabar o CCA. Está sendo espalhado que os CCAs vão terminar. Não é verdade. Os CCAs não vão terminar. Nós apresentamos aqui o trabalho que os CCAs fazem.

A Secretária Berenice amanhã vai receber os 39 serviços para debater com cada um. Ninguém está fugindo da responsabilidade e da discussão, queremos sim fazer o debate.

Uma das questões que devo esclarecer, até porque há cobrança pela própria fiscalização da Câmara, do Ministério Público e fiscalização do Tribunal de Contas, é sobre o dinheiro que está sendo usado sem ter a presença de quem utiliza o serviço. Isso não pode,

em hipótese alguma. Estamos sendo cobrados por isso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Secretário, é o seguinte...

A SRA. _____ – Juliana...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu sei que você já vai para a relação...

A SRA. _____ – Eu só queria...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Quando a gente planejou a audiência pública, se pensou como normalmente se faz uma audiência pública com vários atores. Mas quando foram propostas essas duas pautas, eu fui a primeira pessoa a dizer que seria muita coisa para um dia só.

Mas insistiram que daria tempo. Não vai dar. Tem gente esperando lá fora.

Nós queremos assumir um compromisso com os demais que estão aqui e estão lá fora. Eu estou achando, Toninho, Giannazi e Suplicy, que a nossa audiência pública não vai poder ser nem na Câmara nem mais aqui. A gente vai ter de ir para o Anhembi para lotar.

- Manifestação na galeria.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Contaremos com as comissões que estão aqui presentes. Nesta Mesa há três comissões: Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente da Juventude - presentes dois Vereadores; Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Relações Internacionais - Vereador Toninho Vespoli é vice, o Vereador Eduardo Suplicy, Presidente, há três Vereadores presentes; e a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, com dois Vereadores presentes.

Estou propondo que imediatamente, na próxima semana, já façamos um requerimento solicitamos uma audiência pública num lugar que caiba todo mundo, para que possamos conversar. (Palmas)

Vou pedir para os demais componentes da Mesa, Ministério Público, Defensoria Pública e os conselhos, para fazermos uma audiência ampla para debatermos o assunto.

Secretário, eu vou lhe pedir que, na sua condição de Adjunto, não faça nenhum tipo

de ação antes de nós chegarmos a um denominador comum entre todas as pessoas e instituições que estão presentes com a comunidade. (Palmas)

Vou pedir a todos, Secretário - olhem a minha responsabilidade -, que não recebam a supervisão de educação que for ao território. Não recebam. (Palmas) Porque a informação que vai ser dada será contra as instituições.

Outra coisa que quero deixar clara, se houver algum avanço de a Secretaria de Assistência Social perseguir alguma instituição que não quiser receber a Secretaria de Educação, imediatamente solicitem ajuda das comissões e dos vereadores. (Palmas)

Então Secretário, eu creio que nós findamos aqui esta primeira audiência pública para que possamos, daqui a 10 dias, no máximo, 15, pensar nessa grande audiência pública com os demais atores das instituições para podermos falar nesse assunto. (Palmas)

Pode ser desse jeito?

- Manifestação na galeria.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O senhor quer finalizar a sua fala?

- Manifestação na galeria.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Vereadora...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Questão de ordem.

- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então pessoal, a gente...

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Vereadora, Vereadora, só para explicar, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sim.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - São duas questões que estão sendo apresentadas aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Silêncio, por favor.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Uma delas trata das vagas e a outra trata do CCA com a educação.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sim. As duas pautas estão aqui.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Duas coisas diferentes.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – As duas pautas estão nesta audiência.

O SR. MARCELO DEL BOSCO - Sim. No caso que a senhora apresentou, sim, saiu um documento da Secretaria sobre a baixa frequência. Onde houvesse baixa frequência, que são dos 39 serviços, dos 483 equipamentos, que foi enviado para fazer esse trabalho. Ao mesmo tempo, depois de uma audiência pública que ocorreu na Câmara Municipal de São Paulo a Secretária, no dia de amanhã, vai receber esses 39 serviços para que cada um fale e tenha aí a sua questão. Eu só queria terminar. A Secretaria vai colocar as suas razões, e o Serviço vai colocar as razões dele, para poder haver esse debate. Isso, eu estou dizendo...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu entendi. Secretário, estou falando muito mais profundo do que isso.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Não, não, eu quero só terminar. É a segunda parte, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O profundo, que eu estou dizendo, Secretário, é que a gente não quer colocar as instituições que são contrárias a esse tipo de ação sozinhas.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Certo.

A SRA. JULIANA CARDOSO - É ao contrário. Nós enquanto Câmara: ou Vereadores ou mandato, o senhor veja como seria melhor, não tem problema.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Câmara é melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Nós, como Vereadores eleitos para a fiscalização que nos cabe, nós vamos participar dessa audiência com a comunidade. (Palmas)

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Sem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – E não deixar as instituições sozinhas. É isso. É bem objetivo.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Um momentinho só, me dá... Vereador, posso

por um minutinho?

O SR. CELSO GIANNAZI – E também impedir que elas sejam coagidas a fazer essas cortes.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Um momentinho só. Um momentinho só. Em primeiro lugar, a Vereadora sabe que ela não precisa... Ela é muito educada, ela pede licença só; mas ela não precisa pedir licença até porque ela é uma Vereadora. A Câmara Municipal adentra qualquer reunião do Executivo e participa, ela não precisa de licença. Em hipótese alguma a Secretária Berenice iria impedir isso, até porque é contra a lei.

O mesmo caso: V.Exa. sabe da forma com que pelo menos eu, no momento em que estou na Secretaria-Adjunta da Assistência Social, tenho atendido; e é minha obrigação atender tanto a Câmara como a população. Então, em relação a isso não há nenhum problema.

Sobre a segunda questão que foi colocada, em hipótese alguma a Secretaria Municipal qualquer coação a qualquer organização. Em hipótese alguma.

- Manifestações no recinto.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – E aí estou dizendo... Deixem-me terminar, que vocês vão entender. Aí, estou dizendo que eu, estando como Secretario-Adjunto, fica o meu telefone, fica eu na Secretaria para combater isso, até porque a Câmara Municipal sabe que quando cheguei à Secretaria, quando houve a discussão da questão do assédio moral, o Prefeito Bruno Covas determinou que eu participasse de todas as audiências da Câmara Municipal sobre esse fato. Então, eu quero aqui deixar, Vereadora, por favor, não só para a Câmara e para o Ministério Público, mas para vocês das organizações ou para quem utiliza do sistema: que entrem em contato comigo - meu nome é Marcelo, estou como Secretário-Adjunto – caso haja, por algum membro da Secretaria, qualquer tipo de coação a qualquer trabalho de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal, o último a falar sobre esse tema é o nosso querido Senador Eduardo Suplicy. (Palmas)

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Vereadora, eu só queria agradecer a oportunidade.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Um minuto, pessoal. Pessoal, ele está se despedindo. Tem a palavra, Senador.

- Manifestações no recinto.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Boa tarde a todos. Querida Presidente Juliana, no início do ano o Promotor Eduardo Dias veio a mim e a outros Vereadores e disse que era muito importante que a Comissão da Criança e do Adolescente venha a funcionar bem, até porque no ano passado não houve quorum, não funcionou adequadamente. Então, cumprimento a Vereadora Juliana Cardoso, o Vereador Celso Giannazi e o Vereador Toninho Vespoli por terem feito essa Comissão viver intensamente de tal maneira a reunir esse povo todo aqui e mais todos os que estão lá fora para discutir uma questão tão importante quanto o funcionamento dos Centros da Criança e do Adolescente.

Quero me dirigir em especial às mães, mas também às crianças e aos adolescentes que aqui, de maneira tão bela, mostraram que nos CCAs estão aprendendo coisas, inclusive a falar, a ler manifestos. Crianças presentes hoje, de 8, 9, 10, 11 anos de idade (palmas), nos emocionaram. Ontem foi o aniversário de 56 anos do dia em que se comemorou os 100 anos da escravidão. Era 28 de agosto de 1963. Diante do memoria de Abraham Lincoln, em Washington D.C., reuniram-se nada menos do que 250 mil pessoas. para lá se dirigiram movimentos dos mais diversos – indígenas, negros, brancos, amarelos -; reuniram-se grandes cantores e artistas, como Bob Dylan, Joan Baez, Peter Paul and Mary e tantos outros. Ao final, aquele que recebeu o prêmio Nobel da Paz, Martin Luther King Jr., fez um dos mais belos discursos da história da humanidade. Eu fiquei aqui observando quando as crianças fizeram pronunciamentos tão belos e notei que tinham muito a ver com aquele ideal de Martin Luther King Jr.. Ele dizia sobre como, 100 anos após a abolição da escravidão, os negros ainda não tinham as mesmas oportunidades e direitos dos brancos; sobre como os

negros não podiam frequentar as mesmas escolas dos brancos nem sentar nas cadeiras de ônibus onde os brancos estavam, nem ir aos mesmos banheiros, hotéis, restaurantes *etc.*. Ele dizia que não era mais possível estar esperando; que, se não houvesse mudanças imediatamente, então, iria se viver um novo verão abrasador. Mas também recomendou que não houvesse ações erradas, que sempre se procurasse confrontar a força física com a força da alma, para então dizer que ele esperava o dia – que não fosse longe – em que os filhos de ex-escravos e os filhos de ex-donos de escravos fossem capazes de se sentar juntos na mesa da fraternidade.

Eu acho que os ideais de todos vocês aqui têm muito a ver com isto: com criar uma nação brasileira onde realmente haja direitos iguais para todos - para os negros, para as mulheres, para as indígenas, para a população LGBT -; e isso começa em lugares como os Centros da Criança e do Adolescente.

Eu gostaria de transmitir o que eu compreendi aqui da palavra do Marcelo Del Bosco, Secretário-Adjunto. Diante do apelo para que não houvesse a transferência dos CCAs para a Secretaria da Educação, ele afirmou – pelo menos foi o que eu ouvi – que não é isso que vai acontecer, embora, parece, o Prefeito tenha chegado a dizer isso. Mas, na sua palavra, o que poderá haver é a cooperação da Secretaria da Educação com a Secretaria da Assistência Social para melhorar a qualidade dos serviços esportivos, culturais, educacionais, e assim por diante, no CCAs. Então, eu acho que isso esteja muito claro.

Querida Juliana, eu quero cumprimentá-los, pois tenho que comparecer à reunião da Comissão de Finanças na Câmara Municipal, que iniciou às 15h. Mas podem estar certos de que eu quero colaborar muito para que vocês continuem a ter os CCAs funcionando cada vez melhor.

Um beijão e um abraço a todos.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigado, Vereador Suplicy.
Compreendo o que a Secretaria tem dito, mas a prática não tem sido essa.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – A nossa caminhada está sendo muito parecida com a luta pelos Cedesp. Por isso, uma boa luta a todos nós. Vamos juntos nessa caminhada para não perdermos serviços.

Tenham todos uma boa tarde.

- Manifestações no recinto.

(Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Boa tarde, turma.

Registro a presença do Vereador Senival Moura, a quem chamo para fazer parte da Mesa para darmos início à discussão do segundo ponto da audiência pública da Comissão da Criança, Adolescente e Juventude.

Antes de iniciarmos, vamos organizar a reunião. Primeiramente, a inscrição para falar será feita com a Miriam.

Compondo a Mesa, está a Sra. Marisa Fortunato, Secretária Adjunta da Secretaria de Direitos Humanos o Sr. Carlos Churras, neste ato representando o CMDCA; o Vereador Senival Moura, que participa e acompanha a pauta dos Conselhos Tutelares; a Sra. Ana Carolina Schwan, da Defensoria Pública; o Sr. Daniel, também da Defensoria; o Sr. Mateus, que acompanha a Secretária Adjunta; o Sr. Eduardo Dias, Promotor; a Sra. Roberta, da Comissão Eleitoral dos Conselheiros Tutelares, e o Sr. José Neto, da Comissão Permanente dos Conselheiros Tutelares.

O Sr. Daniel, representante do TCM, veio mais para escutar e, posteriormente, informar o TCM sobre o que ficou decidido nesta audiência pública.

Do Fórum Municipal da Criança e Adolescente, estão presentes o Sr. Lourival e a Sra. Iracema, mas depois o Fábio resolve quem vai falar e me avisa.

Gostaria primeiramente de agradecer todos pela paciência. Verdadeiramente, quero me desculpar por toda essa confusão que aconteceu de vocês esperarem lá fora.

A primeira pauta desta audiência pública foi sensacional. Claro que as pessoas que

compareceram, ficaram bravas por terem ficado lá fora, mas não sei quem de lá fora teve a oportunidade de me ouvir dizendo que só o ato de estarem presente aqui hoje mexe com as estruturas de defesa dos CCAs e, obviamente, vocês estiveram juntos na questão dos Conselhos Tutelares.

Houve toda uma reorganização do Ministério Público, e o Dr. Eduardo Dias, juntamente com os outros promotores, nos receberam, só que acabou vindo mais gente, o que é muito bom, sinal de que a Cidade está mobilizada.

Dos encaminhamentos que foram feitos na primeira parte desta reunião, o Secretário Adjunto de Assistência Social, que está presente, respondeu a perguntas, apesar de ter deixado muito em aberta a resposta se a gestão dos CCAs vão realmente passar para a Educação. O que ele disse é que ainda estão fazendo um estudo para verificar se esses serviços vão para a Educação.

Em relação ao fechamento, eles têm se posicionado como se as instituições não estivessem tendo presença regular. Foi questionado que a presença regular, por exemplo, é diferente da Educação, que disponibiliza no seu relatório uma justificativa da falta do aluno a uma atividade, o que é muito diferente do que há disponível na Assistência Social. Então, não dá justificar, por meio de um relatório incompleto, a falta de demanda para a Assistência Social, haja vista que tanto o Ministério Público como a Defensoria Pública intervieram na questão; inclusive há até inquérito instaurado, pois não há vagas que contemplem a demanda nas regiões da cidade de São Paulo.

Objetivamente, pedimos muito para que não houvesse nenhum tipo de ação sem antes realizarmos uma grande audiência pública na Câmara Municipal com a presença dos Srs. Vereadores e as comissões que estavam aqui presentes. Pelo menos neste primeiro momento, vamos tentar fazer um requerimento para que seja apreciado nas Comissões de Direitos Humanos, Educação e Criança, Adolescente e Juventude, para que consigamos um espaço muito maior – que não é aqui nem na Câmara – para a realização da audiência. A princípio, sugeri o Anhembi, mas também pode ser em outro local que comporte todas as

pessoas que estão querendo ouvir e dialogar sobre o tema.

Parece que já há uma reunião marcada com as 39 Organizações Sociais para discutirem o assunto, mas eu e os demais Vereadores pensamos que não adianta fazer uma reunião somente com as Organizações Sociais, porque, da forma como está, se disserem não, provavelmente vai haver corte de convênio, e esse tema nós gostaríamos de discutir com a Câmara e com os demais atores institucionais, além de dialogar com a comunidade, para evitar o fechamento do serviço e a transferência dos CCAs para a Pasta da Educação, que é outra forma de política. A Assistência Social é ampla, engloba educação, cultura, esporte e lazer; já a Educação fica muito voltada para a questão do conhecimento. Então, não dá para ter em uma pasta da Assistência Social a atuação que é no SUAS, que é o nosso sistema que foi pensado com muito carinho por muitos de vocês que estão aqui, e passar por cima disso sem dialogar, principalmente, com o Conselho. Então, esse foi o resumo da reunião.

Ok? Podemos passar para o próximo? Está faltando alguém à Mesa? Fábio? Quem é que está faltando? Iracema? Bom, na nossa organização, aqui... Vereador, quer fazer a abertura? Pode, já? Então, está bom. Então, eu quero já passar a fala para Presidente ou representante do CMDCA.

O SR. CARLOS CHURRAS – Boa tarde a todas e a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Antes, só para organização nossa, eu sei que todo mundo esperou muito para ficar aqui e todo mundo quer falar. Então, precisamos limitar... Por exemplo, aqui, era da outra audiência pública. A Miriam está pegando, ali. Então, ainda não chegou para mim a quantidade de pessoas inscritas.

O que eu tinha feito na outra reunião? Na próxima pauta, Vereador Senival Moura, veja se concorda. Duas pessoas da Mesa, duas pessoas do auditório, duas da Mesa, duas do auditório... Assim, tentamos nos organizar. Se virmos que o horário vai estourar, eu não termino de falar. Encerramos com as pessoas que estavam inscritas para poder terminar com a Mesa, porque o nosso principal objetivo é ouvir a Secretaria.

Não é isso? Pode ser combinado desse jeito? Combinado, mesmo, pode ser?

Porque chega ao final e todo mundo quer falar... Combinado, gente? Esse combinado foi tímido, hein, Doutora? Mas, vamos lá! Então, vá lá, Sr. Carlos. Consegue, em cinco minutos? Ok.

O SR. CARLOS CHURRAS – Vamos lá. Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, agradeço a possibilidade de estarmos aqui, conversando sobre dois temas tão importantes. É por isso, até, a demora do tempo, mas a outra pauta é superpertinente ao nosso trabalho com criança e adolescente, na ponta, sobre a questão dos CCAs. É um absurdo o que tem acontecido na cidade de São Paulo, de forma, sim, autoritária e sem noção da Secretaria.

Para pensarmos, partindo do que todos os senhores e as senhoras já conhecem do processo eleitoral, partindo do dia 19, em que foi a última reunião ordinária do CMDCA na Câmara Municipal, depois de um debate e uma reflexão, encaminhamos que a discussão referente aos pontos de votação perpassaria pelo número do último processo eleitoral. Demos informe de que, no período da tarde, teríamos uma reunião com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, com a Mesa Diretora do Conselho e, também, com a Comissão Eleitoral, a fim de tratarmos desses e de outros pontos pertinentes à eleição, mas, de fato, a discussão do “de-para” tomou maior tempo em relação a isso.

Dentro dessa discussão, depois de várias e várias reflexões, fizemos o debate não só de todas as questões trazidas pelo Conselho, pela sociedade civil e pelo Governo, presente no Conselho e na Comissão, mas também de todos os apontamentos que os senhores e as senhoras fizeram, tanto por *e-mail* quanto por protocolo físico, lá, no Conselho. Então, chegamos a mais de 200 pedidos em relação à revisão, opiniões e colocações sobre o “de-para”. Dentro desses 200 pedidos, temos vários... Alguns eram para mudar. Outros eram só comentários que não tinham mais informações, mas todos foram lidos, separados por território e por conselho. Fomos tomando os devidos encaminhamentos.

Naquele dia da reunião, saímos com uma tarefa, no primeiro momento, de sentar e tentar, primeiramente, um diálogo com o TRE, a fim de entender a dinâmica e os critérios ali apresentados, da listagem que o TRE apresenta para a escolha dos pontos de votação.

Marcamos no dia seguinte, dia 20, para irmos até a Secretaria e fazer essa ligação. Tanto eu como a Roberta estivemos no teto do horário para chegar a esse telefonema. A Marisa, nossa Secretária, fez o contato com o TRE e obtivemos uma resposta: que, dentro do tempo previsto em relação à apresentação, teríamos uma média de 30 horas, um dia e meio, para apresentar as mudanças que seriam pertinentes ou não, dentro da estrutura que foi apresentada.

Sentamos, na Comissão, no dia anterior. Começamos às 9h da manhã, com apresentação da Comissão, da Mesa Diretora, do Gabinete, a fim de, olhando *e-mail a e-mail*, ponderação a ponderação, do que foi apontado, separado por território, por área de conselho... Como poderíamos rever o “de-para”... Foram apontadas e feitas todas as reflexões e levantamentos. Foi olhado, manualmente, nos mapas, tanto nas plataformas públicas, como o GeoSampa, quanto no próprio Google Maps, para conseguirmos entender e encurtar as distâncias. A partir disso, depois de todas as reflexões que fizemos, dentro dos critérios, tanto técnicos – que vão ser apresentados *a posteriori* – como daquilo em que conseguimos fazer gestão, saímos com a publicação no “de-para” de 305 pontos de votação.

O Conselho Municipal... E, aí, nós, enquanto Conselho, sentamos, partindo daqui, de dentro da ordinária, como falamos, e fomos até a Secretaria. Tivemos uma reunião exaustiva. Ficamos todos os dias dentro do Conselho, tentando ao máximo... Aí, na cronologia do tempo, 19 de agosto, quando conseguimos, de fato, sentar e apresentar todas as necessidades que estavam sendo apontadas há um tempo, desde o dia em que tomamos posse, no dia 2 de julho de 2019, apontando várias necessidades... Nesse dia 19, conseguimos, após uma deliberação do Conselho, na sua ordinária, esse canal mais próximo de diálogo.

Apresentando o que vai ser falado, dos critérios técnicos dos pontos, o Conselho, seguindo, também, o prazo que nós tínhamos disponível naquele momento... Todas as avaliações feitas em cima de todas as ponderações apresentadas chegam ao número de 305 pontos de votação. Aí, sai a publicação no *DO* e também há vários questionamentos já apresentados. Há alguns pontos, também, de equívocos – inclusive, pontos administrativos da

ausência de escolas que estão no DEI... que não aparecem. Isso também já está sendo revisto, porque são questões mais técnicas.

Partindo disso, o encaminhamento que o Conselho teve naquele dia, de tirar e deliberar sobre os 387 pontos, que foi o parâmetro da eleição de 2015... Fomos lá fazer gestão com a empresa contratada. Vai ser contratada lá e vai prestar um serviço para o Conselho, para a cidade de São Paulo. Em cima dos parâmetros técnicos, o número a que se chegou foi o de 305 pontos de votação.

Dentro disso, eu acho que cabe lembrar que, de fato, o canal de diálogo construído atrasou. De fato, atrasou ao ponto de chegarmos só no dia 19 deste mês, de conseguir, minimamente, abertura para um debate, uma discussão, acolhendo todas as demandas apresentadas, todas as questões. Muita gente não se sentiu contemplada. Aí, entendo superbem essa não contemplação, uma vez que os critérios esbarram em alguns pontos de votação, mas várias outras questões apresentadas não contemplam todos os candidatos e candidatas e também as comissões regionais, que, em sua grande maioria, apresentaram a documentação necessária. Apresentaram revisões e projetos, para que pudéssemos aglutinar e organizar o “de-para” de acordo com a territorialidade.

Dentro disso, o Conselho fez, na sua atribuição, a gestão em cima daquilo que nos foi pertinente. Entendemos, também, que a deliberação do Conselho foi pelos 387. Sentamos para essa discussão, nos municiando, naquele momento, dos parâmetros técnicos e, partindo disso, sentamos para pensar. Foi dentro disso que se chegou ao número de 305 pontos de votação.

Quero só fazer essa lembrança, essa memória, porque, desde o dia 19, temos acompanhado, todos os dias, essa discussão e participado ativamente, desde que tomamos posse, para que pudéssemos fazer gestão sobre isso. Aí, dados todos os encaminhamentos que todos os senhores e senhoras têm acompanhado, tanto da publicação como solicitações, chegamos ao dia 19 e fazemos essa gestão. Conseguimos, até quinta-feira, naquela mesma semana, apresentar uma prévia proposta que chegou ao número de 305 pontos de votação.

São 305, que ficam sendo, no caso, 82 a menos do que a questão deliberada.

Como estou falando, temos critérios. Fizemos a discussão em cima dos critérios técnicos apresentados – que para nós também foram apresentados – para conseguirmos, em cima daqueles critérios, fazer gestão, de onde pensamos, em relação ao “de-para”. Sim, temos... Vamos explicar. Pedir calma e ouvir... Que vamos conseguir explicar o que são os critérios técnicos... Dentro disso, apresentamos e foi publicada a proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal...

O SR. CARLOS CHURRAS – Para encerrar, o Conselho...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Não, é só...

O SR. CARLOS CHURRAS – Eu estou tentando passar o histórico. O Conselho...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal, pessoal, espere só um pouquinho. É assim: nós já estamos aqui há muito tempo. Quando ficamos muito tempo em um local, a irritação é natural. Está certo? O nosso objetivo, aqui, hoje, é ouvirmos uns aos outros, conversar e encaminhar. Se não tivermos a escuta da Mesa e fizermos intervenção, no plenário, da nossa indignação, não vamos conseguir terminar – e há 24 pessoas inscritas. Está certo? Então, vamos tentar respirar. Vá lá, Sr. Churras.

O SR. CARLOS CHURRAS – É difícil. É muita coisa difícil. Para concluirmos, então, dentro disso, o Conselho, naquela semana do dia 19, faz esses encaminhamentos. Chegamos à sexta-feira da mesma semana com o apontamento dos 305 pontos em cima do que foi apresentado como parâmetros técnicos. Tiramos da deliberação no Conselho os 387 e chegamos, depois, na gestão daquela semana, a 305 pontos de votação. Dentro disso, vamos... Aqui, a Secretaria vai contribuir na apresentação dos critérios técnicos.

Enquanto Conselho, o Conselho tomou sua posição. Fez gestão e, dentro da medida daquilo que nos foi colocado, acompanhamos o processo e fizemos aquilo que nos coube. A partir disso, vamos tirar todos os encaminhamentos dados nesta Audiência. Inclusive, no próprio dia da reunião ordinária, nós, do próprio CMDCA, estávamos à Mesa. Já nos dispusemos a participar da Audiência, para que consigamos, neste momento, diretamente

focados em relação à eleição, dar conta dos pontos.

Então, é mais ou menos isso o que eu tenho para falar. Roberta, tranquilo, aqui, em relação à Comissão... Havendo qualquer questão, depois, complementaremos. É isso. Obrigado, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Então, eu vou já passar para a Doutora, para a Secretaria. Aí, já uma coisa contempla a outra, porque, senão, vamos voltar para o mesmo assunto. Então, a palavra está com a senhora.

A SRA. MARISA FORTUNATO – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde aos Conselheiros Tutelares que estão aqui, aos futuros Conselheiros, aos Conselheiros do CMDCA, aos que foram Conselheiros do CMDCA. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Vereadora Juliana Cardoso.

Vou fazer uma pequena fala, enquanto Secretária e enquanto Conselheira que fui. Durante 10 meses, eu fui Conselheira do CMDCA. Fui Presidente do CMDCA e participei da Comissão Eleitoral até a mudança de gestão do Conselho.

Então, só para colocar em uma linha histórica, começamos com a composição da Comissão Eleitoral Central no dia 28 de maio, quando começamos a discutir a eleição dos Conselhos Tutelares e já tinha sido colocado, tanto pelo Conanda quanto pelo Ministério Público, que o TRE fosse responsável por fazer a eleição dos Conselhos Tutelares no Brasil, em todas as cidades. Quem começou a negociar com o TRE foi o Ministério Público e nós, da Comissão e do Conselho, à época, achamos que seria importante que o TRE assumisse, de fato, as eleições. Aí, começamos a discutir com o TRE.

O TRE colocou várias questões para que eles pudessem executar essa eleição e foi-nos dado um prazo até o dia 28 de junho. Tínhamos o prazo do TRE para entregar o “de-para”. Então, as coisas aconteceram, não da forma que queríamos, mas tínhamos um prazo para mandar isso para o TRE. A Comissão se reuniu e definiu alguns critérios para se fazer o “de-para”. A Comissão Central se reuniu e discutiu alguns critérios para fazer o “de-para”. Então, considerando as questões que o TRE colocava, porque o TRE nos mandou uma lista de

todas as escolas onde acontecia a eleição e as escolas eram municipais, estaduais e universidades, até porque São Paulo tem nove mil eleitores... Então, esse era um dado que tínhamos. O TRE colocou que cada urna poderia ter, no máximo, cinco mil eleitores e trabalharíamos com uma porcentagem de 10% de eleitores para cada urna.

O que mais nós fizemos – com grande dificuldade, porque, infelizmente, não tínhamos muitos registros da eleição passada? Levantamos dados da eleição de 2015, da segunda. Da primeira, o Conselho não tem registro nenhum de como foi a primeira eleição, que foi anulada depois. Tem registro da segunda eleição, que acho que aconteceu, já, em janeiro de 2016. Nós pegamos os dados e tínhamos dados, por conselho, de quanto era esperado de eleitores para aquele conselho e quantos, de fato, foram votar. Sabemos que o parâmetro não podia ser exatamente aquele, uma vez que tinha sido a segunda eleição e que muita gente tinha ido votar na primeira e não foi mais na segunda. Tínhamos consciência disso. Então, trabalhamos com uma porcentagem a mais dos dados que tínhamos.

Por que fizemos isso? No mínimo, tínhamos de ter algum parâmetro para pensar esse “de-para”. O TRE mandou a relação da última eleição, de quais eram as escolas, e algumas escolas tinham sido mudadas – referentes à eleição de 2016, do próprio TRE. Da penúltima eleição do TRE para a última, muitas escolas mudaram. Então, tivemos todo um trabalho. O administrativo do Conselho e os técnicos da Secretaria ligados à questão de tecnologia e informática fizeram isso. Tiveram de eliminar as escolas que o TRE tinha tirado e incluir outras escolas que o TRE tinha mandado.

A partir disso, a Comissão definiu que nós iríamos trabalhar com as escolas municipais, uma vez que íamos convocar funcionários para trabalhar. Então, íamos trabalhar, em primeiro lugar, com CEUs, EMEIs e EMEFs.

Onde não houvesse escolas, dependendo da região que não tivesse escolas municipais, a gente também colocou os CRAS e postos de saúde. Então o ponto de partida foi esse.

Qual foi o outro critério que a Comissão levantou? Que o eleitor da escola que o

eleitor vota normalmente, para a escola que a gente ia transportar aqueles votos, o eleitor não poderia se deslocar mais que dois quilômetros, o limite era dois quilômetros.

- Manifestações na plateia.

A SRA. MARISA FORTUNATO - Gente, gente...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Gente, gente, pessoal, na escuta.

A SRA. MARISA FORTUNATO - Só estou falando quais foram os critérios. E isso eu estou falando... Eu não estou falando em nome da Secretaria aqui, eu estou falando da comissão central, que era composta por três conselheiros da sociedade civil, três conselheiros do governo, um representante do Fórum da Criança e do Adolescente e um representante da OAB, certo? Então esses foram os critérios.

Como a gente pensou em fazer isso. Em vez de cada conselheiro pegar o mapa e ver, a gente solicitou à Secretaria um técnico, que é esse que está aqui ao meu lado, que trabalha com estatística...

- Manifestações na plateia.

A SRA. MARISA FORTUNATO - Gente, eu só estou querendo contar como o processo se deu. Eu acho que é importante saber.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Secretária, só um minuto, por favor.

Gente, eu sou a pessoa que sempre escuta todo mundo. Mas, assim, eu de verdade, para deixar de vocês falarem, tem 24, tem uma hora que vai ficar cortado, é uma coisa lógica. Aqui fecha às 18h e a gente não vai ter. Então, Secretária, e a gente vem...

A SRA. MARISA FORTUNATO – Então, encurtando a fala, eu quero dizer que a comissão central dialogou o tempo inteiro com a Secretaria na perspectiva de viabilizar, dar transparência, ter critérios claros e definidos e pensar também no orçamento que a gente tem.

Do orçamento da última eleição, eu fiz um levantamento, foram gastos 1,4 milhão e pouco para a eleição, e nós temos esse ano no orçamento 1,350 milhão previstos para a eleição dos conselhos tutelares. Então a gente queria ter os critérios claros e a gente queria partir de algum diagnóstico. Isso foi discutido.

Depois de julho teve a eleição do CMDCA e a nova sociedade civil entrou e assumiu a discussão, se integrou à comissão a partir, se não me engano, do dia 8 de julho, foi a primeira reunião com a nova composição. De lá para cá a comissão tem discutido. A gente tinha mandado... Nós negociamos com o TRE prorrogar prazo para mandar novos deparas. Foi discutido, nós fizemos uma reunião com o TRE, o TRE abriu a possibilidade de a gente ampliar alguns espaços, porque eles tinham colocado que cada dez urnas eles teriam um técnico, a gente conseguiu ampliar para 15, e isso possibilitou que a gente conseguisse mais 23 locais.

Então, num primeiro momento, foi feita a inclusão de 23 e acho que mais cinco da região do centro, foram 28 locais, que foi discutido onde seriam esses locais com a comissão. A comissão notou que em algumas regiões a gente não tinha escola municipal. Foi pedido para a Secretaria, na minha pessoa, entrar em contato com a Secretaria de Estado da Educação, e nós pedimos dez escolas para o Estado. E em alguns locais, ainda assim, a gente colocou postos de saúde.

Enfim, toda essa discussão foi feita com o TRE, foi discutido com a comissão. A gente havia chegado em 232, acho, não sei, até a reunião ordinária do conselho, que foi no dia 19, quando foi colocado que era necessário manter os 387 pontos como da eleição passada. A partir disso a gente sentou com o conselho, o conselho foi rever todas as demandas que tinha, as que eram possíveis serem contempladas e foi aí que se chegou nos 305 pontos, com toda a discussão que foi feita na comissão, com todos os conselheiros da comissão e mais um representante da sociedade civil. Todos os pontos que foram incluídos partiram das demandas que tinha e quem indicou quais seriam os locais foram os conselheiros que participam da comissão. Então a gente entendeu que, apesar de não chegar nos 387 pontos, é possível garantir que nos 305 pontos todos terão condições de votar. A gente tem quantidade de urnas suficientes para que não haja filas no dia da votação.

O conselho demandou para a Secretaria e nós já estamos providenciando todas as contratações que são necessárias, de lanche, de divulgação, de cartaz, de confecção de algumas cédulas, porque a gente também... A gente espera que não aconteça, mas caso haja

algum problema em algum local, com energia, a gente vai garantir que tenha urna e cédula de papel. A Secretaria já está mandando ofício para a Aneel solicitando que nesse dia não tenha manutenção de rede.

A gente está fazendo contato também com Transporte para garantir transporte público para que as pessoas possam se deslocar. Em alguns lugares onde algumas linhas não acontecem final de semana, a gente está pedindo para que nesse dia a linha permaneça, para que as pessoas possam ir votar.

A gente já colocou na agenda geral da Prefeitura, a gente já solicitou que nessa data não tenha nenhum evento grande na Cidade que possa impossibilitar ou, enfim, ter atividades concomitantes. Então as providências que estão sendo demandadas da comissão a Secretaria está acampando(*sic*) e a Secretaria vai buscar garantir que a eleição aconteça da melhor forma possível, com a participação de todos.

Acho que é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Secretária.

Gente, eu vou ser um pouquinho mais dura no tempo. Eu vou pedir para a Roberta, que fala pela comissão eleitoral central, e em seguida a gente vai já para o plenário. Então a gente tem aqui Marco Aurélio, do Conseg Bom Retiro, e o Prof. José Carlos, candidato do M'Boi Mirim, Carlos Adilson, candidato. Então eu já vou pedir para ficar pertinho. No término da fala dela a gente já entra com as pessoas do plenário.

A SRA. ROBERTA – Obrigada, Vereadora. Eu vou falar rapidamente, até para a gente poder abrir para as falas de vocês e para aquilo que veio já para a Mesa e que precisa ser respondido, aí a gente complementa a partir do que vocês questionarem.

Acho que o que faltou colocar é que dentro desse critério que foi negociado pela Secretaria de Direitos Humanos, que seria um técnico para cada 15 urnas, a gente verificou quais escolas que estavam com mais de 15 urnas e eram já ponto de votação, e aí a gente fracionou esse ponto para que a gente mantivesse aquele e acolhesse um das regionais.

Desde que a gente entrou, a nova gestão, o esforço que a gente fez foi de acolher o

que as regionais colocaram e pediram, solicitaram, mesmo que...

- Manifestações na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal, vamos ouvir.

A SRA. ROBERTA – Tudo que chegou para a gente por *e-mail* e protocolo foi acolhido, foi levado à mesa. Teve várias falhas entre o administrativo da Secretaria e do CMDCA que a gente buscou resolver e sanar para chegar no dia 19 e ter uma mesa de negociação que pudesse ser possível aumentar e chegar nos 305. É nesse sentido que eu queria colocar.

A gente teve 16 horas no total de dois dias, que foi o prazo que o TRE deu para a gente, 16 horas de trabalho para a gente conseguir chegar nos 305. Tudo que veio para a gente das regionais, que veio protocolado, veio para a mesa. O que não foi possível acolher? Aquilo que a gente não teve liberação. A Marisa fez essa gestão que ela falou em relação às escolas. A gente incluiu bibliotecas e as subprefeituras que foram liberadas. A gente chegou a pedir outros equipamentos públicos, porque não ia dar tempo de a gente receber a resposta, a gente optou por uma outra escola ou estadual ou municipal ali no território.

Um dos exemplos disso é Pinheiros, que pediu, por exemplo, uma biblioteca. A gente não ia receber essa resposta até a gente conseguir fechar no prazo que o TRE pediu, então a gente optou por redirecionar para uma escola na Fradique. Fora isso, as regionais que pediram escolas, as regionais que pediram escolas particulares, universidades, a gente não conseguiu acolher por essa restrição que foi colocada nos critérios que eram anteriores à nossa chegada.

Só isso que eu tinha para acrescentar.

A SRA. PRESIDETNE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Roberta.

O Vereador Senival Moura pediu a palavra,

O SR. SENIVAL MOURA – Pessoal, muito boa tarde. Quero cumprimentar todas as conselheiras e conselheiros, os movimentos, membros da Mesa, na pessoa do Dr. Eduardo quero cumprimentar todos os companheiros aqui, e na pessoa da Vereadora Juliana, que

preside a audiência, quero saudar todas as mulheres da Mesa.

Procurei ouvir atentamente tanto a introdução que fez o Churras, também a Secretária. Até para não ser repetitivo, mas partindo da última reunião que foi chamada pelo conselho lá na Câmara Municipal, no último dia 19, eu estava entendendo que nós íamos começar a discussão, que foi a sugestão, a partir de 387 pontos. Beleza? É isso? (Palmas)

Porque você tem que partir pelo princípio da isonomia. Se na última eleição foram 387, eu imagino que o número de eleitores cresceu em toda a cidade de São Paulo, especialmente no que diz respeito ao interesse pelo movimento da criança e adolescente, porque cada dia que passa desperta mais interesse. Então eu acho que seria muito mais racional que o Governo, a Secretaria, pensasse dessa forma e partisse a discussão desse ponto.

Tudo bem, evoluiu um pouco, aquele momento, salvo melhor juízo, eram 240, 250, hoje já chão 305. E o que se discutia, pelo menos que eu entendi, partia primeiro do custo, de um valor, parece que faltava recurso etc. e tal. Faltam 82 pontos. A pergunta que faço: qual o custo para atingir os 387? Qual o custo dessas 82 escolas? Essa é uma pergunta.

A segunda, que também observei nas falas, é: “Olha, são escolas municipais”. O que difere escola estadual e escola municipal, partindo do princípio de que todas são públicas? (Palmas) Todas são públicas. Qual é a dificuldade? Então, temos que começar por aí.

Quanto ao que os senhores estão pedindo, representando a sociedade, os eleitores, eu não acho nada anormal, não é nada surreal. Basta ver o mínimo de vontade, para poder atender. Estamos fazendo uma grande discussão de algo que já poderia estar encerrando, e poderíamos estar discutindo outros assuntos, porque a eleição já é no próximo dia 06 de outubro. Então, estamos perdendo tempo ao discutir outra coisa. Acho que o custo-benefício não compensa, mesmo com os 305 que estão hoje. Há algo que está muito estranho, a redação ou outra coisa.

Vou dar um exemplo, da Escola Madre Joana, em Guaianases. Quem vota lá costumeiramente está sendo indicado para votar na Escola, salvo melhor juízo, no JK,

Juscelino Kubitschek. Eu voto na Escola Madre Joana, entretanto, lá se abriu um ponto. Quem já estava votando lá, está sendo indicado sendo indicado para votar no JK, Juscelino Kubitschek. Eu imagino que isso seja um erro. Isso deverá ser consertado.

Agora, na Cidade Tiradentes, onde há dois conselhos, há quase 300 mil eleitores. Havia três pontos de votação. É inaceitável. Isso nós precisamos entender um pouco melhor. Por que isso? Por que essa maldade com quem vai votar? A Assessoria me passou, via Google mapa, dois quilômetros, salvo melhor juízo, a distância máxima. Foi falado o certo: Deverá ter, no máximo, dois quilômetros. Por isso, é preciso corrigir, porque estão dando sete quilômetros, cinco quilômetros, 30 minutos, 20 minutos ou 15 minutos. Então, alguma coisa não confere aí. Acho que a conta não fecha. Então, precisamos ajustar isso muito bem.

Queria só deixar essas colocações para a gente poder entender. Eu acho que isso dá conta de resolver a questão.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu não cerceei a palavra do nobre Vereador. A audiência pública é da Câmara.

Tem a palavra o Sr. Osvaldo Silva.

O SR. OSVALDO SILVA – Eu sou o Prof. Osvaldo Silva, do Conselho Tutelar Anhanguera. O primeiro erro que foi cometido foi escolher pessoas que não conhecem a realidade das nossas comunidades. (Palmas)

Segundo erro que foi cometido: Não terem consultados os conselhos tutelares que conhecem o seu território. (Palmas)

Terceiro erro cometido: Não terem aceitas as indicações feitas pelos conselhos tutelares, por exemplo, Churras. Numa reunião que nós tivemos passada, onde eu não lembro agora o local, foi apontado que o distrito Anhanguera é cortado por uma rodovia, e que, nas últimas duas eleições do conselho tutelar, foi realizado em CEI.

A gente estranha porque uma eleição municipal para Prefeito e Vereadores pode ser realizada em uma escola estadual. Esse é o critério que estão usando. Não podem usar a

escola estadual, e se a eleição para o conselho tutelar, que também é municipal, não pode ser usado o mesmo ponto que o TRE usa para eleição normal para o processo eleitoral. (Palmas)

Outro ponto: Se o distrito Anhanguera é cortado por uma rodovia, um lado fica Morro Doce e outro, Sol Nascente. Então, para os munícipes que moram no bairro Sol Nascente, para se deslocarem até a Escola Remo Rinaldi, do outro lado da rodovia, são cinco quilômetros. Então, se foi usado o georeferencial, geralmente que a Prefeitura usa, que é totalmente errado, não é correto, porque, no conselho tutelar, quando as demandas da DRE chegam e usam o georeferencial, com o que a gente conhece, a realidade da localidade não bate. Então, deveriam ter ouvido as comissões locais regionais eleitorais, que, muitas vezes, não sabem o que estão fazendo lá, chamassem o conselho tutelar da região, e aí apontassem os locais, como nós fizemos.

Inclusive, no primeiro Depara, a escola onde eu voto não estava no Depara. Eu não poderia votar. Então, já que, no Sol Nascente não há escola municipal, mas há duas CEIs e uma UBS, então, que usem a UBS. Caso contrário, vai prejudicar não só eu, mas toda a Cidade, os conselheiros que são pré-candidatos, aqueles que estão vindo como pré-candidatos e os munícipes com quem conversamos diariamente. Então, que seja refeita essa correção. Inclusive, nós indicamos até outra escola. (Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Marco Aurélio, do Conseg Bom Retiro.

O SR. MARCO AURÉLIO – Primeiro eu gostaria, desde já, de promover esse técnico para as próximas eleições de 2020, para organizar as escolas para os Vereadores também. (Palmas) E, de preferência, com o mesmo orçamento. Eu acho que tratam os conselheiros tutelares com brincadeira, e acham que quem está aqui lutando pelo direito da criança e do adolescente é fanfarrão, porque uma coisa é simples, é fato, não é a primeira eleição. Não precisava estar fazendo correção agora. Não é bolo que se prepara em meia hora.

Mas por fim, M'Boi Mirim fez algumas ponderações com referência às escolas que

também deram problemas, cinco, sete quilômetros e coisa e tal. Aí nós mandamos o documento, protocolamos, tem de reivindicar de forma correta. Aí quando me vêm as escolas, quando vem de novo a publicação, vem o seguinte: uma escola que estava com 10 escolas caiu para quatro escolas como ponto de votação, porque foram aglutinadas, e retiraram oito escolas de lá e colocaram a dois quilômetros de distância numa rua que tem feira, que o transporte é de difícil acesso. Estou falando da Escola Oliveira Viana e da Escola Mário Marques, três escolas foram para esse ponto de votação e foram tiradas.

Tenho a impressão e acho que vocês têm de tomar cuidado com isso, é que quando a Comissão Regional foi olhar a questão da organização fez igual pica-pau, um para mim, dois, três para você; um para mim, dois, três para você. Não temos cara de palhaço.

Então – faltam 50 segundos – o pedido aqui, a fala é respeito com esses trabalhadores que defendem quem precisa. Ainda ontem estava vendo um vídeo aqui terrível de um cara se masturbando com uma criança de dois anos, meses, sei lá, nem consegui ver o vídeo, publicado pelo Youtube TV. Então o trabalho nosso, o trabalho de vocês é de imensa importância. E no mínimo, respeito.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, José Carlos. Tem a palavra o Sr. Marco.

O SR. MARCO AURÉLIO – Boa tarde, senhores da Mesa, autoridades, plateia, sou o Marco Aurélio, do Conseg Bom Retiro, atuo no Movimento de Defesa da Sustentabilidade da Agenda 20/30 da ONU.

Minha fala, não sei se dissonante, mas acho legítima toda essa reivindicação. Concordo com o Vereador, com o Professor. Eu, por exemplo, sou da região do Centro e voto na Etec, mas fui designado para votar na Praça da República. Então acho que há um desencontro nesse aspecto de logística. O que está sendo apresentado hoje, em minha opinião, é muito pouco tempo. Como sempre, tudo é atropelo.

Entendo que para tratar de um assunto como esse deve ter um prazo mais elástico para organizar melhor. Acho que hoje já é muito tarde para querer fazer mudanças, tem um

custo elevado para isso e como sou defensor de uma sustentabilidade entendo que temos de privar e privilegiar para que haja uma organização disso. Precisamos ter decisões mais sábias, por exemplo, uma eleição de conselho tutelar deveria ser feita – é óbvio que não do Município – junto com a eleição para Prefeito Municipal e Vereadores.

Então, em minha opinião, hoje é estrangulado para querer fazer essa mudança. Concordo plenamente que deva se discutir isso para uma próxima eleição, porque não é certo, por exemplo, eu que voto na Etec, ter de ir votar na Praça da República. Acho que vai tumultuar e decair na qualidade do evento. Acho que temos de privar pela qualidade. Por isso falei que talvez minha voz seja um pouco dissonante da maioria. É o meu entendimento.

Muito obrigado.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal, acho que precisamos ouvir todos...

O SR. MARCO AURÉLIO – O contraditório também faz parte de uma boa decisão.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Secretário, vou passar então...

O SR. SECRETÁRIO – Vou reiterar uma fala feita pelo colega Wilson Tafner, na primeira etapa, a audiência é da Comissão. O Ministério Público simplesmente, a pedido da Comissão Extraordinária Permanente da Infância, feito à Promotoria, acolhido por interesse do Ministério Público e deferido pelo Procurador Geral ceder o espaço.

Agora, temos de nos manifestar como fiscal da ordem jurídica pelo respeito, porque democracia se faz ouvindo mesmo aquilo que não queremos ouvir pelo respeito. E pelo respeito também às pessoas que estão trabalhando, independentemente da idade, e que deixe a pessoa no momento oportuno falar sua versão. Isto aqui não é jogral, não é técnica de plenário, de mobilização.

Eu mesmo recebi vários, por várias fontes, palavras que foram ditas a minha pessoa indiretamente de forma covarde sem que eu estivesse presente e sem que nunca tivessem me dito na cara. Diferentemente de uma pessoa que criticando a nossa atuação, em

2015, nos representou na Corregedoria, fui me defender, entrou com ação popular. Para nós, do Ministério Público, aqui está minha colega Luciana, que saiu da audiência e veio aqui acompanhar.

A eleição dos conselhos tutelares para nós, na Promotoria, acabou em junho deste ano, com trânsito em julgado de uma ação popular, que um cidadão exigia a reparação de dano pelo prejuízo eventualmente tido na primeira eleição, que foi anulada na madrugada a pedido do Ministério Público e acolhido pelo Governo da época. Algumas cidades tiveram de entrar com ação judicial. E por trânsito em julgado de uma ação em que pedimos a destituição de dois conselhos por abuso do poder econômico. E democracia é isso. Nesse momento, inclusive, estou compondo a Mesa com uma das pessoas que fez parte do processo que era ligado supostamente, mas que foi julgado improcedente em primeiro grau e improcedente em segundo grau. Mas fomos discutir em juízo.

Agora, se vocês estão aqui como conselheiros tutelares candidatos e não sabem ouvir, tem alguma coisa errada. Desculpem. Desculpe, Vereadora. Desculpem os demais Vereadores por ter tomado a palavra, mas não dá para admitir num espaço como este uma conduta, não vou nem dizer infantil em respeito às crianças, tão inadequada como essa. Com a devida vênia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Antes de passar a palavra para a Dra. Ana, da Defensoria, quero me desculpar, vi os intérpretes de libras, a Silvia e o Tiago, é um erro não lembrar. Isso fica tão no nosso inconsciente e vocês tão importantes aqui para poder dialogar com as pessoas. Obrigada.

A Dra. Ana, da Defensoria, tem a palavra e infelizmente já tem outro compromisso, mas ficou aqui, muito obrigada pela presença da senhora e do Dr. Daniel.

A SRA. ANA – Boa tarde a todos e a todas, não vou me estender muito até porque acho que a ideia é ouvi-los e entender o que estão entendendo como inadequado, para vermos no que podemos ajudar.

Infelizmente não vou poder ficar até o final, como houve um atraso, tenho outro

compromisso agora, mas coloco a Defensoria à disposição para vocês, caso tenham alguma dificuldade no contato com a unidade local mais próxima do Conselho de vocês. Procurem o Núcleo da Infância, não recebemos até o momento nenhuma reclamação, nenhum pedido de apoio oficial sobre a questão das eleições.

Então foi importante para eu entender o que está acontecendo. Acho que o objetivo de todos aqui é que a eleição seja o mais popular, democrática possível e acessível a todos para que seja uma eleição legítima.

Então já coloco aqui a Defensoria à disposição, seja através das unidades locais, seja através do Núcleo da Infância e Juventude.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Passo a palavra ao Neto, da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares.

O SR. JOSÉ NETO – Boa tarde a todos e a todas, sou José Neto, da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares, e mediante esse processo que teve início desde a discussão do Edital, que já estava causando diversos pontos de divergência e mesmo assim teve sua sequência em relação ao cronograma do Edital. E problemas quando não resolvidos, a tendência é que fiquem se arrastando chegando ao ponto da questão do De/Para.

Dentro da Comissão Permanente, na última reunião ordinária, diversos conselhos tutelares e conselheiros trouxeram até a Comissão a demanda das dificuldades que o De/Para do dia primeiro que foi publicado e trazia diversas situações de escolas muito distantes do ponto original de votação, como escolas que não faziam parte daquele território, não eram atuação daquele Conselho, e estavam causando confusão no município.

Outras questões que envolveram o De/Para, tivemos ciência de que pontos de votação, o público, os votantes daquele ponto sequer poderiam votar naquele ponto. Foram transferidos para outros pontos.

Então dentro da última reunião do CMDC foi discutido e chegou-se à deliberação de respeitar pelo menos o último De/Para, de 2015. Novamente, no dia 23 de agosto, feita nova publicação, aumentou um pouco mais de pontos, porém as problemáticas continuaram. Posso

dizer que dentro do território do Conselho Tutelar da Penha existe essa problemática, como em outros territórios de outros conselhos. É a problemática de distância, ponto de votação, em que os votantes daquele ponto foram transferidos para outro, sendo que aquela escola vai ser ponto. Não dá para entender isso.

Minha situação, por exemplo, sou votante de uma escola e passo na porta de dois pontos de votação para ir votar no terceiro. Também não dá para compreender essa situação. Não sabemos que tipo de leitura exata foi feita para chegar até esse De/Para que foi colocado no dia 23.

Os conselheiros tutelares estão aqui justamente para cobrar do Poder Público, do CMDCA, das secretarias, que de fato façam uma logística que contemple não os conselheiros, os candidatos, mas sim a população, principalmente a infância, porque é por ela que lutamos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Neto, falou em três minutos.

Vamos ouvir agora a Iracema, do Fórum da Criança e do Adolescente.

A SRA. IRACEMA – Boa tarde a todos, quero cumprimentar os diversos representantes dos fóruns regionais, na pessoa do Lourival Nonato, membro da Executiva do Fórum Municipal, aqui presente. Quero também cumprimentar a Suênia, que é parte da Comissão Central, representando a sociedade civil.

Quero registrar aqui aquilo que já está registrado nas diversas atas das reuniões da Comissão Central, não foi o posicionamento da Iracema, mas o posicionamento do Fórum Municipal, que há quatro meses, a questão da eleição, do processo de escolha dos conselhos tutelares da cidade de São Paulo, tem sido pauta. Por quatro meses consecutivos nos reunimos e estamos discutindo a questão do processo.

Quero então aqui registrar que o Fórum Municipal, desde a primeira reunião que participou da Comissão, coloca a importância, em que pese o processo complicado de 2015, com uma eleição que foi cancelada, mas que a minha primeira fala na Comissão foi: estou aqui, inclusive, para trazer a experiência do que deu errado para que possamos nesse processo corrigir.

Quero aqui também dizer que o CMDCA pouca governabilidade teve sobre todo o processo que se deu até aqui. Uma vez que neste processo a Comissão Central é deliberativa, o que também teve o questionamento do Fórum Municipal, uma vez que entendíamos que as questões deveriam passar pela deliberação do CMDCA e a Comissão, sendo organizativa, iria então operacionalizar essas questões. No entanto, houve na publicação do Edital, da resolução, a colocação da Comissão como deliberativa.

Na questão dos pontos de votação foi posto pelo Fórum que era preciso ouvir as comissões regionais, porque estavam no território e sabiam exatamente qual era a geografia do território. No entanto, o que nos foi respondido e consta em ata é que não havia tempo hábil por causa do tempo oferecido pelo TER para o oferecimento dos pontos de votação. Mesmo assim nós ali firmamos essa importância.

Também afirmamos que o critério técnico e geográfico não poderia ser o critério para os pontos de votação, porque esta não é uma eleição obrigatória, é um processo de escolha de sensibilização da comunidade. É um processo que não é obrigatório, a comunidade não vai pegar ônibus para ir votar.

Por isso falamos que era preciso, além do critério técnico, o maior critério deveria ser a participação popular. Também colocamos que a Comissão precisava ser ouvida, porque a Comissão tem o papel de organizar, de deliberar. No entanto, o papel de executar a estrutura é do Executivo Municipal. Para tanto, nem o CMDCA e nem a Comissão é responsável pela execução de tudo o que aconteceu até aqui, haja vista que quando as atas forem publicadas estarão lá todas as manifestações da Comissão.

Preocupa-nos muito a questão de que para além do número, porque tivemos esse mesmo problema na eleição passada, em que o CMDCA deliberou por 520 pontos, o Executivo Municipal ofereceu 260 e teve até música para isso, e resultou depois em 387. Preocupa-nos muito para além do número as correções que ainda não foram realizadas. Correções de situações de ponto de votação de um Conselho que está dentro geograficamente de uma outra região de Conselho.

Então o que queremos deixar registrado aqui é que o Fórum Municipal fez toda a gestão para que não chegássemos aonde chegamos. Quando dissemos lá atrás que precisava ouvir as comissões, e elas não foram ouvidas, poderia ter sido evitado tudo que foi até aqui. Não posso deixar de colocar o esforço que a comissão tem feito para acolher. No entanto esbarramos na questão técnica, que é oferecida pela estrutura do Executivo Municipal.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada Iracema. Como dizia minha vó que já se foi infelizmente: o combinado não sai caro. Agora são 17hs15min. Temos 20 pessoas inscritas. Se a gente for fazer a 3 minutos, daria uma hora então. A ideia é que vocês falem e depois tenham o retorno da Mesa, ainda não contei com o Dr. Eduardo Dias que também vai falar. Se a gente for fazer uma coisa muito repetitiva, aí é difícil. Então eu posso ler os nomes de quem tá. E aí as pessoas fiquem a vontade de se retirarem se forem contempladas.

—
- Aparte fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Dois minutos dois minutos para falar.

Primeiro da lista, Néia Arantes, Candidata, em seguida Zé Nilton Carvalho, da Bela Vista, Jamerson Ferreira de Oliveira, Jaime Conselho Tutelar do Jardim São Luiz, Marivanda, do Conselho Tutelar de Guaianazes,

Com a palavra a Sra. Néia.

A SRA. NEIA - Boa tarde pessoal. Eu quero partir dos 387 pontos. Falar para mim, para nós aqui, como não tinha registro em 2015 mas tinha registro gente 2016. Em 2016, estão com 387 pontos. Era para sair dali. Perderam tempo. O técnico perdeu o tempo também.

Outra coisa: não dá para a gente pensar em 2015. 2015 ela foi adiada uma vez. Foi cancelada outra. Era para no dia 6 de outubro de 2015, era para ser em novembro, não foi. Foi acontecer em fevereiro. Um prejuízo danado para a sociedade e para criança adolescente.

Eu não consigo entender a questão orçamentária. Se tínhamos 1400 em 2015, hoje nós temos, Um milhão e 300! Quando você aumentou agora de 232 pontos que o TER colocou para 305, e foram 73 pontos. Teve aumento do valor para chegar a 305? Não teve? E porque

então mais 82, qual seria o custo disso? Então não tem. Não dá para entender essa conta.

Outra questão: são 400 mil que vai para o TER. acho que foi isso que ouvimos. Sobram 900 mil ainda. Para onde vão 900 mil? Quero saber para onde vai. Não tem como Opa! Espera aí.

Outra questão e o seguinte: o TER, o “De para” CMDCA já pagou, se não me falha as memoria em 2015, para esse “De para” e pagou caro. Não foi barato para fazer esse “De para” não! E foi mandado o software para quem? Para a Prodam na época. Então esse já tem valor há muito tempo. Ele só precisar ser reformulado, reorganizado, à medida que as coisas vão acontecendo. É perca de tempo quando a gente fica ali buscando coisas que não dá.

Estamos há 38 dias dessa eleição, precisa tomar providência urgente.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Neia.

A SRA. NEIA – Terminando.

Nós temos 38 dias para essa eleição, e precisa tomar uma providência urgente aqui, porque já tivemos prejuízo no meio de 2015, e, até hoje, eu não vi ninguém sendo responsabilizado, criminalmente até, por conta do que aconteceu na eleição de 2015. (Palmas)

P – Para a pessoa que está falando, eu estou mostrando um minuto. E aí o *timer*, quando faz, é porque já terminou o tempo. Tá bom? Dois minutinhos.

Tem a palavra o Sr. Zenilton.

O SR. ZENILTON – Boa tarde a todos.

Cumprimento a Mesa.

Eu sou o Zenilton Carvalho, pré-candidato. E a minha fala é em nome do Conseg da Bela Vista e em nome também do jornal dos bairros da Bela Vista. A indignação dessa mudança. E a minha família, o Excelentíssimo Vereador já colocou. Então fica aqui a indignação da Bela Vista. (Palmas)

P – Tem a palavra o Sr. Jaime Ferreira, a Marivanda. E, para fazer cinco, eu também já chamo o Edson, que é da Cidade Tiradentes.

O SR. JAIME FERREIRA – Boa tarde, pessoal.

Eu sou o Jaime, sou do Conselho Tutelar do Jardim São Luís.

Eu acho que já ficou bem claro nas falas presentes as contradições que foram feitas com esse de/para (?), sai fora até da própria lógica do TRE.

Eu digo sempre: quando você vai “abrir” o seu título de eleitor, ou vai fazer uma transferência, a primeira exigência é um documento com foto e o comprovante de residência. Depois, eles apresentam as três escolas próximas da sua residência, que é para você escolher qual você vai tirar para você votar. E aí, quando chega no processo de conselho tutelar, ele coloca uma distância dessa, saindo do próprio critério que eles utilizam. É de uma maldade, eu diria.

Só para reforçar aqui a palavra até do Marco Aurélio, quando falou que “não devemos mudar, devemos deixar para consertar na próxima eleição”. Que sirva isso para o TRE. Então não altere nessa. Se quer, vamos fazer a discussão para uma próxima eleição. Deixa do jeito que estava, vamos manter pelo menos o que estava, que já tinham alguns acertos para serem feitos. E aí, se quer fazer qualquer alteração, faz na próxima, mas não nessa. Não justifica nada dessas alterações aqui. Eu acho que eu complemento as falas aqui, porque já disseram tudo.

Obrigado. (Palmas)

P – Tem a palavra a Sra. Marivanda.

A SRA. MARIVANDA – Boa tarde.

Eu juro que eu não achei que teria que estar aqui hoje de novo com a mesma queixa do dia 19 e com a mesma angústia que vem assolando todos nós às vésperas dessas eleições.

Eu tenho impressão que a roda vai sendo inventada. E uma pena que a roda que estão inventando agora é quadrada.

A gente apresentou um ofício, que eu entreguei na mão do senhor (?) na última eleição.

A Comissão eleitoral do território se reuniu na segunda-feira e referendou uma das

propostas que nós entregamos para vocês, que nós entregamos para a setorial, e encaminhou para vocês. E eu vou entrar nos 70 pontos de votação.

A nossa situação continua lastimável. O nosso eleitor não vai votar. E, se continuar assim, na próxima eleição, risquem Guaianases do mapa, porque não vai ter eleitor e nem conselho tutelar. (Palmas)

P – Tem a palavra o Sr. Edson, da Cidade Tiradentes.

O SR. EDSON – Boa tarde para todo mundo. Queria cumprimentar todos da Mesa.

Quero deixar muito claro um posicionamento que tivemos como Setorial Leste dos conselhos tutelares: dos 20 conselhos tutelares da região Leste, 16 apontaram problemas no de/para. Fizemos um documento como Setorial Leste, protocolamos no Ministério Público, e, inclusive, encaminhamos para o CMDCA, porém, não tivemos resposta do CMDCA – do mesmo jeito que as comissões regionais também não tiveram resposta dos apontamentos que foram feitos durante todo esse processo de escolha dos conselhos tutelares.

Ficamos muito angustiados, porque se fala muito em respeito, mas enquanto sociedade, enquanto Governo, não estamos vendo respeito às deliberações feitas, nem mesmo pelo CMDCA.

Foram aprovados 387 pontos de votação. Na reunião do CMDCA do último dia 19, o próprio CMDCA apontava que não era ele que estava fazendo as publicações a respeito do processo de escolha dos conselhos tutelares. Então quem estava fazendo essas publicações e por que estava fazendo essas publicações de maneira totalmente desorganizada desrespeitando os territórios.

Se pegarmos a resolução do Conanda, está muito claro no seu Art. 10: garantir que o processo de escolha seja realizado em locais públicos e de fácil acesso, observando requisitos essenciais de acessibilidade. Se formos pegar o território da Cidade Tiradentes, onde existem dois conselhos tutelares, temos sete escolas do Conselho Tutelar de Cidade Tiradentes II, que estão no Conselho Tutelar de Cidade Tiradentes I, para poder votar.

E essas informações foram apontadas em todos os documentos da Comissão

Regional de Cidade Tiradentes para a Comissão Central. Nenhuma delas foi ouvida. Nenhuma delas. Estamos correndo o risco nesse processo de escolha de ter moradores de um distrito votando em outro distrito, o que a lei municipal também não permite. A lei 11.123 é muito clara em relação a isso: poderão participar da escolha dos membros do Conselho Tutelar todos os cidadãos residentes no Município de São Paulo, nos respectivos territórios dos conselhos tutelares. Então não estamos tendo esse direito respeitado.

Por fim, gostaria também de protocolar um documento do Fórum Regional dos Direitos da Criança e Adolescente de Cidade Tiradentes, com assinatura da grande maioria dos candidatos do território, reforçando que seja respeitado aquilo que foi deliberado pela Comissão Regional e que até agora, em nenhum momento, teve sequer devolutiva da Comissão Central.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Edson. Passo a palavra para o Dr. Eduardo Dias.

Peço para o Deosdet, de Parelheiros; José Liberato, que não tem o local e Cirlene Souza Pereira, do Mutirão do Pobre... Enfim, vou entender aqui a letra e vou chamando.

Anuncio a presença do Dr. Marcelo, Secretário Adjunto de Assistência Social, que também está compondo a Mesa e quer ouvir um pouco sobre a questão dos conselhos.

O SR. EDUARDO DIAS – Pessoal, primeiro boa tarde, agora falando aqui na minha vez e agradecendo, realmente vocês estão observando o que pedimos, mas é o seguinte, esta audiência foi chamada para a discussão do De/Para. Algumas falas foram de por que a eleição não fica para o ano que vem; por que não faz eleição nos mesmos pontos do TRE?

Primeiro, isto não é uma eleição. Segundo a lei, e a lei foi modificada, foi a primeira modificação do ECA, em novembro de 91, transformando por incrível que pareça, onde se dizia eleição, processo de escolha.

Esse acordo feito este ano e que foi desenvolvido a pedido dos promotores do Estado, pelo Procurador Geral de Justiça, Dr. Smanio, com a sua assessoria do Centro de Apoio, que é para o Estado inteiro, nós atuamos, eu e a colega Luciana, que está aqui

assistindo, na Capital. E alguns temas da nossa atuação são efetivamente para todo o Estado. E alguns até, por conta do impacto na questão de Internet, para todo o Brasil.

O Sr. Mauro que estava aqui e agora está lá, deve ser testemunha de uma reunião que houve na eleição passada com o Sr. Prefeito Haddad e que nós apontamos tudo isso e pedimos porque, na época, estava saindo uma frente de prefeitos para discutir com o TSE que as eleições de conselheiros tutelares fossem, já que a lei de 2012 mandou unificar – e respondendo então outra dúvida aqui apresentada -, diz a lei no art. 139 que as eleições serão feitas no ano seguinte à eleição de Presidente da República. Oxalá, tenhamos a próxima eleição, e a eleição será este ano.

E mais, foi dito pelo Vereador Suplicy - que nos lembrou - de quando este promotor no exercício de Secretaria Executivo da Promotoria foi fazer um périplo na Câmara, a colega Luciana não pode ir, comuniquei, visitei quatro ou cinco gabinetes: Vereadora Soninha, Presidente da Comissão de Infância; gabinete da Vereadora Juliana, ex-membro da Comissão; gabinete do Vereador Celso Jatene; gabinete do Vereador Arselino Tatto; e o gabinete da Vereadora Patrícia Bezerra. Fui pedir encarecidamente, em defesa dos direitos da criança, lei que possibilita todos os meios de defesa, que tivessem duas atenções. Primeira, quanto à Comissão Permanente dos Direitos da Criança; segunda, ao PL 560. Sabem por quê? Porque sou promotor por ofício, por concurso público, vou completar 30 anos de Ministério Público. Se quisesse, desde 1º de setembro agora, provavelmente não mais estivesse com a colega Luciana. E ela se quisesse, desde o ano passado, estaria como Procuradora de Justiça; e eu estaria dando pareceres noutra função. Não saímos porque temos o compromisso de, pelo menos, concluir esse processo de escolha.

Vou dizer mais, prestem atenção na redação da lei que regulamenta os conselhos tutelares da cidade de São Paulo. Os senhores vão ver – e também a Sra. Néia – que o conselho de São Paulo, a Comissão Eleitoral está antecipada em 18 dias. Segundo a lei, só tem de divulgar os pontos de votação 20 dias antes da eleição. E tem mais: segundo a lei municipal tem de dizer onde são os pontos de votação, *manu militari*, sem ouvir ninguém. É a

SMDHC, está escrito no artigo 8º da lei com todas as modificações ocorridas. Na verdade, está no Decreto 55.463, de 2014, que é decorrente da legislação, é a Lei Municipal de 91 que estabelece essa forma, que é muito ruim. Por que ruim? Porque a lei é de 1991. A lei quando foi feita era moderna, serviu de modelo para o Brasil inteiro, mas essa lei carece de modificação e enquanto não há a modificação, cada governante vai fazer do seu jeito. Não há como discutir em juízo. Isso se chama discricionariedade permitida por lei. E resolução Conanda, embora muitas sejam interessantes, não é lei. Desconheço uma resolução permanente do Condeca para o Estado de São Paulo; e do CMDCA para a cidade de São Paulo - que tem 12 milhões de habitantes - que me diga quantos devem ser os pontos de votação ou que, pelo menos, transcreva a redação do Conanda para adaptar a esta nossa Cidade-País de 12 milhões de habitantes. Não me canso de falar, nossa Cidade é uma Portugal! Estima-se que só a população de crianças e adolescentes some 3,8 milhões.

Então é muito bom, Srs. Vereadores, esse PL que está pendente de votação, que os senhores votem, e que prestem atenção sim no que estão votando.

Hoje, qualquer concurso público tem muitas impugnações. Para ter uma ideia, o inquérito que acompanha essa eleição começou em 23/11/2018, a mesma data em que, em 2014 quando o CNMP e o CNPG notificaram todos os prefeitos do Brasil, avisaram que no ano seguinte haveria eleição, que era para fazer a dotação orçamentária. Pasmem, em 2014 quando o Brasil começava a entrar na crise, que agora se agravou com a emenda 95, estamos sim trabalhando com um orçamento restrito. Fiquei contente em saber que o que se vai gastar, aproximadamente, com o TRE está próximo de 500 mil reais.

Agora, quanto às discussões pontuais que aqui ouvi, informo que hoje o inquérito tem oito volumes, e cada volume têm 200 folhas. Este aqui é um mapa, são cinco folhas com mapa descritivo de todas as representações. Tirando a representação do Fórum, boa parte delas, das 57, pelo menos, aproximadamente 50 são candidatos a conselheiros tutelares reclamando de suas candidaturas. Algumas são feitas por vereadores, sem prova alguma de ligação, sem dizer que é candidato porque é vereador e açambarcando vários candidatos. Esse

requerimento e que já tem gente em campanha; outro é representação que nós mesmos temos por campanha irregular e também já tem gente fazendo. Foi encaminhado ofício à Comissão de Ética da Câmara e da Assembleia e para a Comissão Extraordinária Permanente da Câmara.

Estamos acompanhando porque se for discutir em juízo, para nós, Ministério Público, o prazo ainda não surgiu. Nós estamos acompanhando como fiscal MP, e não é superinstância da Comissão Eleitoral nem faz parte da Comissão Eleitoral. E a Sra. Iracema, quando ele diz: nós propusemos, é que talvez ela tenha proposto, mas na votação da Comissão não foi essa a deliberação encampada.

Precisamos aprender que lidamos com um colegiado, não é a minha vontade, é a vontade do colegiado, e que existe uma lei na cidade de São Paulo que precisa ser modificada. Enquanto não for, vai ser essa lambança.

Nós, do MP, estamos esperando essa lista, e não é o de-para, é zona-seção-colégio, se *bate* com o distrito do Conselho em que vai ter aquela eleição porque precisamos calcular – e o nosso prazo está esgotando internamente, a Dra. Luciana está bastante preocupada com essa situação – o efetivo de membros do Ministério Público para essa fiscalização.

Já estamos alinhavando, costurando com o comando da Polícia Militar da capital, vai ter de encaminhar ofício à CET. E fico contente porque dessa vez a SMDHC avisou a Prefeitura pra não ser megaevento. Não sei como vai ficar a Fórmula 1, se vai ser aqui ou no Rio, se vai ser no Brasil. Não será na data do pleito de 2015, não sei se os senhores se recordam, foi no dia da corrida da Fórmula 1. Teve de ser feita uma rede de whatsapp entre o comando da PM e nós, Ministério Público. E nós liberamos dois GCMs que estavam presos e algemados, haviam sido roubados, tiveram suas armas roubadas. Fomos à primeira unidade a chegar, foram dois promotores do Ministério Público que tiraram os dois coitados do cárcere. Várias viaturas do MP foram perseguidas, seguidas nos vários pontos distantes da Cidade. E a GCM dizia à época que não garantia a segurança em determinados pontos da Cidade. Foi o

efetivo e funcionou.

E nós, mesmo vendo a confusão, mesmo vendo que aquela eleição digital, eletrônica por computadores não ia acontecer, nós só pudemos fazer essa afirmação quando tivemos mais de 70% das urnas recebidas na unidade central, quando fotografamos, mapeamos e chamamos para uma reunião. Aí as pessoas se convenceram e anularam o pleito. Aí foi discutido: qual o conceito de eleição eletrônica? Onde está definido que eleição eletrônica tem de ser com o sistema do TRE? Por que não pode ser eleição no papel com a leitura digital, como foi feito?

Então, com a devida vênia, como fiscal da lei, desculpe-me pela extensão e dando algumas respostas, o que nós temos é que estamos acompanhando, estamos recebendo atas, estamos monitorando. Fui há três reuniões da Comissão. A OAB, o seu representante indicado apareceu, se muito, em uma reunião, foi substituído, mas está no lucro porque na passada só apareceu um representante da OAB. Ainda bem, a Iracema está lá; a Solange esteve, passou a experiência passada.

Esta Comissão está de parabéns, esse rapaz aqui jovem, e como jovem deve ter menos de 29 anos, merece proteção legal, não sei como aqui foi exposto, mas pela emenda 65, Estatuto da Juventude, deve ter proteção, além do que é um trabalhador, está fazendo o que pode.

Vamos fazer então a lição de casa. Primeiro, é um processo de escolha, não é igual ao TRE, não tem nada a ver com a Justiça Eleitoral, a dinâmica é outra. E os pontos: escola do Estado é uma coisa, quem é que vai pagar a conta do funcionário que lá está? Então tem de ser tudo municipal, como sempre foi, e nunca em universidade nem em escola particular.

Vamos nos respeitar!

Um grande abraço a todos!

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal, vamos lá: tem a palavra Deusdete, de Parelheiros; José Liberato; Sirlene Souza Pereira, Mutirão do Pobre; Mauro

Alves, Conselheiro do Jabaquara; e o Maurão.

O SR. DEUSDETE – Boa tarde a todos, a todas. Sou ex-conselheiro tutelar de Parelheiros e atual candidato a Conselheiro Tutelar de Parelheiros.

Não estamos pedindo mais ponto, não. A gente quer o colégio no ponto certo. Por exemplo, o Paulino de Souza, o Carlos Cattony e o Reverendo Eródice de Queiróz, são três colégios que votam no Cieja há mais de três eleições. Agora colocou... e a pessoa tem que pagar duas conduções. Do Jardim até o Recanto Campo Belo, são mais de sete quilômetros. Do Paulino, que fica perto, tem que pagar mais duas conduções. Queremos que saia do Recanto Campo Belo e volte para o Cieja. Também a Escola Estadual Leda Guimarães, encostado no CEU Parelheiros, colocou pra votar em Vargem Grande, também são duas conduções, uma base de seis, sete quilômetros. Então a notificação de Parelheiros é só colocar os colégios em que antes já tinha votação. Beleza?

— E uma pergunta que faço: por que o Governo não respeita a Comissão Regional do Conselheiro Tutelar?

Essa notificação que estou fazendo, o Edivaldo da Comissão já protocolou no CMDCA. Estou aqui somente reforçando. Tudo bem?

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tudo bem. Obrigada, Deusdete. Tem a palavra José Liberato.

O SR. JOSÉ LIBERATO – Boa tarde a todos e a todas. Com todo respeito, tenho a oportunidade de falar a todos, para a Mesa e a todos os pré-candidatos a conselheiro tutelar da cidade de São Paulo.

Quero ser breve no sentido de que no dia 19 foi garantida a deliberação do CMDCA na Câmara Municipal. Lá que estiveram os representantes da Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara, quando o Vereador Senival fez a fala, a proposta para que a audiência de hoje fosse realizada. Espero que tudo seja respeitado.

Sou da região da Pedreira, moro na divisa com Diadema e lá não tem escola

municipal. Na eleição de 2011 foi feito nas UBSs e nas EMEIs. Da onde moro, o CEU Alvarenga, que não estava na lista e hoje está do de-para, são três quilômetros. A gente faz avaliação pelas crianças do TEG porque todo mundo usa o TEG. Então a distância é mais de dois quilômetros. Fiz um documento, vou protocolar junto ao Ministério Público e à Comissão Central, e depois da minha fala vou protocolar na Mesa: que seja respeitado o que foi deliberado no dia 19 de agosto de 2019, no último encontro da reunião central na Câmara Municipal de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, José Liberato. Queria registrar, falar ao Vereador Senival que fui indelicada, mas foi uma pessoa que me ligou para propor audiência pública na Comissão da Criança e do Adolescente. Então, é em conjunto, o Vereador Senival já havia feito à sugestão.

Tem a palavra Sirlene.

A SRA. SIRLENE – Boa tarde a todos. A nossa questão, região do Tremembé, é de uma escola, e que os eleitores tinham sido transferidos para 10 quilômetros de distância. Nós entramos com pedido no CMDCA e foi acatado, retomaram a Escola Hipólito José da Costa. Mas só que a EMEI Margarete de Fátima, que está ao lado da Escola Hipólito José da Costa, acho que foi até uma falha, e ela foi cair a mais de dois quilômetros, no CEU Jaçanã. Então estou pedindo a correção, entrei com pedido no CMDCA do colégio EMEI Margarete para ser retomado para o Hipólito José da Costa.

Como acabamos de ouvir o promotor do Ministério Público, que ainda não recebeu à relação, nós também estamos com problema. Há duas colegas, que por conta do tempo não vão se inscrever, que são do Distrito Tremembé, já entraram com solicitação de mudança, vão entregar aos senhores. Estão solicitando a transferência para o endereço de origem, que é no Tremembé e que estão publicadas no Jaçanã.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Tem a palavra Mauro Alves, Jabaquara.

O SR. MAURO ALVES – Sou do Consabeja – Conselho da Sociedade Amigos de Bairro do Jabaquara e Adjacências; e sou Presidente da Associação em Defesa do Consumidor e Promoção da Cidadania.

Queria começar falando sobre as palavras do promotor quanto à lambança da eleição para o Conselho Tutelar. Quem criou a lambança, se estão lembrados, foi o Ministério Público.

Em 2001 houve fraude eleitoral e no desespero o Ministério Público, ao arrepio da lei, inventou a questão do título de eleitor que não existia. O próprio promotor acabou de dizer que não existe pelo TRE título de eleitor na escolha do conselheiro tutelar. A primeira mudança no Estatuto, que ele mesmo citou, retirou o TRE porque o TRE era obrigado a fazer a eleição, a verba vinha do TRE. Quando retirou em 1991 passou ao processo de escolha nos municípios. Em 2001, gestão Marta Suplicy, houve uma fraude generalizada. O Ministério Público como não tinha documento hábil de caráter nacional usou o título e inventou o de-para, que é uma aberração porque impede que dois milhões de brasileiros que moram em São Paulo vote porque o título está fora da região.

Outra coisa, Vereador Senival, essa questão da Cidade Tiradentes, do Grajaú, o pessoal traçou uma linha no meio do bairro, uma avenida e diz assim: Grajaú 1 e Grajaú 2; Tiradentes 1 e Tiradentes 2. Então, a pessoa mora há 20 anos no mesmo local e, por uma decisão administrativa ilegal, contrária à Lei 11.123, a pessoa não pode votar no seu Conselho, que vai ficar quatro anos pedindo serviço.

Vereadora Juliana Cardoso, o Jabaquara é um distrito só e tem um Conselho Tutelar. Porém, a Zona 320 abrange Cidade Ademar, Indianópolis, Ipiranga e Jabaquara. Se você estiver em um ponto que é do Ipiranga, ele te obriga a votar no Jabaquara. Se você estiver no Jabaquara e o seu posto estiver na Cidade Ademar, você vota em Cidade Ademar. Isso é uma aberração que foi criada pelo Ministério Público de São Paulo. Então, a lambança é do Ministério Público.

Para finalizar, essa ação judicial de que o Ministério Público falou foi proposta por

diretores do Consabeja e pedia o dinheiro da indenização para o Fundo Municipal da Criança, para não acontecer essa lambança que aconteceu em 2015 e vai se repetir neste ano.

Muito obrigado e desculpem por ter me excedido. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Eu estou querendo sugerir para a Mesa, para podermos ouvir todo mundo... Aí, depois, vai, em uma devolutiva só, para todo mundo e vamos para os encaminhamentos, ok? Então, agora, é o Sr. Mauro Caseri. O Sr. Fernando Junior, do CMDCA, o Sr. Sidnei Silva, ex-Conselheiro Tutelar da Mooca e atual candidato a Conselho...

O SR. MAURO CASERI – Boa tarde a todos e a todas. Eu vou falar bastante rapidamente. Primeiramente, causa-me estranheza a Secretária-Adjunta dizer que não tem dado nenhum. Há um processo que foi aberto, para não pagar Prodam, pelo primeiro erro que ela cometeu, na eleição que foi cancelada, como bem disse o Promotor, aqui. Portanto, há um processo. Estranho que a Secretária não saiba que há um processo para isso.

Em segundo lugar, o “de-para” que foi feito posteriormente consta na Prodam, que é uma empresa pública. Causa estranheza a Secretária vir aqui e falar: “Não sei de nada. Nada ficou.” É só para deixar registrado isso.

A terceira coisa que eu quero que fique registrada: eu e o Junior fomos nomeados, indicados para fazer parte da primeira Comissão Eleitoral, e, por uma manobra dos representantes de Governo, com aceitação de alguns membros da sociedade civil, nós fomos retirados dessa Comissão, porque, se estivéssemos, eu tenho certeza de que alguns critérios que foram aprovados naquela Comissão nós não aprovaríamos.

A outra coisa que eu queria falar: concordo com o Promotor. A eleição... Quem define os pontos para serem utilizados no processo eleitoral é o Poder Público. Porém, a resolução – que eu entendo ser lei – diz o seguinte: “garantir que o processo de escolha seja realizado nos locais públicos, de fácil acesso, observando os requisitos essenciais”. É discricionário do Poder Público? É, mas ele tem de se submeter a essas condições. Na experiência que eu estou vendo, não se submete.

Eu quero passar rapidamente algumas situações. Na Lapa, confundiu-se EMEI Santos Dumont com EMEF Santos Dumont. Então, há escolas da Lapa que votam em Santana, Zona Norte, porque houve uma confusão. Quem fez confundiu EMEF com EMEI. É só acertar. Está certo? No Cambuci, quem vota no Colégio Nossa Senhora da Glória... Na Oscar Thompson... Há uma escola chamada “Paulo Vanzolini”, ao lado, mas vai votar lá, na Pedra Azul, aonde nem transporte público há para ir. Se voltássemos para o número de 397, nós daríamos conta de resolver essas questões. Está certo? Então, eu acho que a proposta que foi aprovada, naquele momento, na Comissão e na reunião ordinária, deve ser resgatada com ajuste, respeitando as comissões gerais.

Quero, também, manifestar a minha solidariedade a este menino, que eu conheci no Conselho, que é tecnicamente muito bom, um menino esforçado, oriundo das classes menos favorecidas, formado por uma universidade pública, que se esforça muito para nos ajudar. Não posso aceitar que pessoas que desconhecem a história desse menino venham aqui e façam qualquer tripúdio em cima da pessoa dele. Então, acho que nós temos de respeitar. É um garoto que, como muitos de nós, saiu das classes menos favorecidas, atingiu uma universidade pública e tem de ser respeitado. Se há alguma coisa que ele fez que merece reparo, que façamos o reparo, mas, em momento algum, devemos desqualificar esse menino.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Sr. Mauro. Sr. Fernando, do CMDCA...

O SR. FERNANDO JUNIOR – Boa tarde. Muito embora o Dr. Eduardo Dias nos tenha alertado de que o ponto seja sobre locais de votação, o “de-para”, minha esperança é que, ao repetir tudo o que eu já disse no dia 17 de julho, em 19 de agosto, de manhã, na reunião ordinária, e em 19 de agosto, à tarde, com a Secretária, na reunião da Comissão Eleitoral, alguma coisa possa ser feita. Então, vou começar.

Primeiramente, na reunião do dia 17 de julho, foi apresentado a este Conselho – aí, acho que a ata deveria ser disponibilizada para os membros desta Mesa – que a definição dos

pontos de votação foi feita pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos, e não pelo CMDCA. Que isso fique claro para todos.

Segundo: as deliberações do CMDCA, em ata – porque há, lá, a ata e eu fiz questão de grifar a minha fala nessa reunião... Apresentei para a Secretária, na reunião, à tarde, do dia 19 de agosto... A reunião foi aberta no dia 15 de julho, dizendo que os pontos de votação foram definidos pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos, e não pelo CMDCA, conforme ata do dia 15 de julho. No dia 19 de... Aí, o que nós dissemos lá? Já que a decisão não é do CMDCA, que é quem coordena e organiza o processo de escolha unificado, que ao menos façam uma escuta das comissões regionais, para que elas decidam quais serão os pontos de votação. Já que ela não decide o número, então, que ela diga para a Comissão Central, para a Secretaria, quais são as escolas que devem ser pontos de votação. Quem melhor conhece o território? Quem está nele. Correto? Isso.

Como são só dois minutos, eu vou repetir as deliberações em reunião dos dias 15 e 19, para ver se conseguimos alcançar o resultado dessas deliberações.

Um: publicização das atas da Comissão Eleitoral Central, para todos os Conselheiros de direito. Não recebemos até hoje. Aprovado em 15 de julho...

Publicação da autorização de campanha... Duas reuniões ordinárias seguidas, dizendo: está autorizado a fazer campanha. Não faz sentido esperar até 5 de setembro, uma vez que já está organizado, não impede, tal, tal e tal. Até agora, não saiu a publicação.

Terceiro encaminhamento tirado em reunião: que a gestão, que a Secretaria... Porque o Conselho tem oito secretarias sentadas, lá... Faça gestão municipal para liberação dos transportes gratuitos no território. Gestão com a SPTrans... Já que está restringindo o número, está impossibilitando o acesso das pessoas até a escola, então, coloque transporte gratuito.

Quinta deliberação: degravação das reuniões do CMDCA e da Comissão Eleitoral. Dr. Eduardo Dias, aqui, presente, esteve em algumas reuniões da Comissão Eleitoral em 2015, na qual eu e a Neia representamos o Fórum Municipal. Era gravada. Havia uma empresa que

gravava as reuniões da Comissão Eleitoral Central, justamente para não correr o risco de depois haver interpretações: “Ah, não, mas, eu entendi que a deliberação foi essa.” “Não, mas, eu entendi que foi essa.” Aí, o CMDCA contratou, com recursos do Conselho, uma empresa que gravava as reuniões do CMDCA, que gravava as reuniões da Comissão Eleitoral.

Como é que não está registrado isso em algum lugar e essa Comissão não achou o registro, se até empresa que gravava as reuniões foi contratada? As atas eram encaminhadas ao Dr. Eduardo Dias e, quando não chegavam, ele cobrava. Inclusive, tirava fotos do meu caderno de anotação, de rascunho, para levar e falar: “Está aqui. Não chegou a ata, mas eu tenho rascunhos. Tenho as anotações.” Como é que a Comissão chega a este momento e não encontra registro nenhum, se até recurso financeiro foi dado e investido para gravar as reuniões?

Por fim, dois encaminhamentos novos, que não foram tirados lá, na reunião: publicação da Comissão pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Nós falamos isso lá e foi um questionamento nosso. Se o CMDCA não está deliberando e o que ele delibera não é aceito, por que é que as publicações estão sendo feitas em nome do Conselho? Se em reunião ordinária está sendo deliberada uma coisa e a Comissão está deliberando, lá, as suas reuniões, a publicação tem sido feita em nome do Conselho. Se o Conselho não tem deliberado, a publicação tem de ser feita em nome da Secretaria. Não é em nome do Conselho. O Conselho não é responsável pelas deliberações da Comissão Central. Isso precisa ser revisto. Isso precisa ser olhado com cuidado.

Para encerrar, Dr. Eduardo Dias, eu fiz a lição de casa. Levei, no dia 19, à tarde, para as pessoas presentes... Escolas Barro Branco, Maria Aparecida, Cohab Inácio Monteiro, Paulo Sarasate e Jardim Dom Angélico estão identificadas como Conselho Tutelar Cidade Tiradentes I. Essas cinco escolas pertencem ao Conselho Tutelar Cidade Tiradentes II. A Escola Maria Aparecida, que é do Conselho II, que está no Conselho I no *Diário Oficial*, está sendo remanejada para a EMEI Carlota Pereira de Queiroz, que fica a 4,5 km de distância. São 57 minutos de caminhada.

Então, nós fizemos, sim. Eu fiz essa mesma lista. Mostrei na Comissão: que as escolas Camilo Castelo Branco, Fernando Pessoa, Mariuma Buazar Mauad e Oswaldo Aranha são do CT I e estão no *Diário Oficial* como II; que as escolas Barro Branco, Maria Aparecida, Cohab Inácio Monteiro, Paulo Sarasate e Jardim Dom Angélico são do II, estão no CT I e estão sendo direcionadas para escolas com 4,5 km de distância, dando 57 minutos de caminhada.

Então, mostramos isso e eu fiz a anotação, lá, no caderno. Rabisquei a planilha da Ana, coitada! Pedi desculpas. Foi para mostrar e evidenciar que o que as pessoas estão dizendo aqui não é aberração. Não é nada impossível. Desde o dia 17, o que é que estamos dizendo? Ouça a Comissão regional. Escute quem está no território. Há quatro anos, o Haddad teve de fazer comitê de urgência, de crise, porque a eleição foi impugnada. Nós não precisamos chegar a esse ponto, de criar um comitê de crise. A tragédia foi anunciada um mês atrás, mas ainda dá tempo de salvar. Ouça as comissões regionais. Ouça os territórios, que nós vamos salvar esta eleição. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Sr. Junior. Turma, eu sei que tudo o que ele falou foi excelente, rápido, mas foram seis minutos. Então, assim, temos oito pessoas. Então, passem o Sr. Sidnei para cá, que já vai falar.

Aí, eu vou perguntar para as pessoas que estão inscritas se já estão contempladas. Então, chamo os outros. A Sra. Iara Rita, do Cedeca... Sra. Ermínia Circosta, já fique ali, pertinho. O Sr. Ivanilton, do Fórum da Criança do Lajeado... A Sra. Edileuza, da Comissão Eleitoral da Cidade Tiradentes... A Sra. Lualinda – que nome bonito! É Conselheira da Sé. Sr. Enrico Rocha, do Conselho de Pirituba... Sr. Fabio D'Urso, Conselho Participativo da Sé, e a Sra. Fernanda Prata, do Conselho da Vila Mariana...

Então, o que é que eu estou pedindo? Desses nomes que eu estou falando, vamos ver quem se retira, para podermos voltar para a Mesa. Seis e meia... Seis e 31, não vai ter... Vão ser 18h30min, para resolver. Sr. Sidnei...

O SR. SIDNEI SILVA – Boa tarde a todos – quase boa noite. Meu nome é Sidnei. Sou candidato ao Conselho Tutelar da Mooca e lá, no caso da Mooca, houve alguns

probleminhas, que, por exemplo... Todos os bairros que a Mooca... Que as escolas caíram, da própria Mooca... Muitas delas caíram no Tatuapé, que é bastante distante. Muitas, também, caíram lá, na Água Rasa, por exemplo. Do Brás... Não tem um ponto no Brás, para acolher as escolas do Brás. Também queremos fazer uma deferência a respeito disso.

Na eleição passada, em que houve a questão dos... Que depois foi impugnada... Eu levantei, também, e mandei para o Ministério Público, na época, que alguns pontos eu considerava viciados. Um deles é o ponto político das Subprefeituras. Se lembrarmos, Subprefeituras – ou Prefeituras Regionais, agora – geralmente são lotadas de funcionários de partidos políticos e, dependendo do partido político, eles têm interesse nos candidatos da região, do partido político ao qual aqueles candidatos pertencem. Então, eu acho que também é incoerente mantermos pontos nas Subprefeituras, que geralmente são de pontos políticos. Dependendo do Governo em que se está, há as suas candidaturas, ali.

Então, eu acho que devemos voltar à tese das escolas, dos CEIs (?) e muito mais. No Pari, nós temos quatro escolas que são pontos de votação e uma delas, que é um instituto federal muito conhecido, que acolhe estudantes do Estado todo, foi cair de frente para uma biblioteca. A escola que, de fato, é de frente para a biblioteca, que é a Frei Paulo, foi cair lá, na Infante Dom Henrique. Ambas são no Pari. Só precisaria trocar as escolas. Então, acho que esse é o ponto mais central e tudo.

Agora, lembrando da Lei 560, que eu não estou acompanhando muito, mas, de vez em quando, eu dou uns pitacos, lá, na Câmara, vamos ter... Nessa lei, fala-se muito de uma comissão processante quanto a conselheiro tutelar e estranha-me muito que... Eles, lá, falam que estão seguindo uma resolução que o Conanda teria recomendado, de que, para ter uma comissão processante, pode haver funcionário público na Comissão.

Agora, não vejo isso lá, no Conselho Regional de Medicina. Só é médico tentando cassar médico. Na OAB, também, só é advogado tentando cassar advogado. No Ministério Público, só é Promotor que pertence à Comissão de Ética. Não há nenhuma outra função para cassar Conselheiro. Então, também, precisamos ver que, dependendo do local, a resolução

pode virar lei ou não.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Sidnei. Gente, eu sei que é horrível ficar cortando. Ou finalizamos agora os que faltam e voltamos para a Mesa, ou não vai dar tempo. Não vai. Dois minutos são dois minutos. Passaram-se três.

A SRA. EDILEUZA ARAÚJO BESERRA PETELIN (?) – Boa tarde – ou boa noite, que já está chegando a noite. Desde o início, quando o Vereador Senival Moura falou sobre a Cidade Tiradentes... Ah! Primeiramente, eu não falei. Eu sou Edileuza, da Comissão Regional de Cidade Tiradentes. Até então, não vi ninguém das regionais, aqui, se apresentando. Fiz questão de falar, porque eu vim em nome da Regional, do Fórum DCA, da sociedade civil, e tudo que já foi falado, aqui, de... Todo mundo já está cansado. Todo mundo já sabe que houve um erro muito grande. Não adianta apontar, aqui. Agora, só precisa ser consertado.

Quanto à Cidade Tiradentes, o Vereador Senival Moura já me contemplou. O Edson, Conselheiro, me contemplou. O Junior veio e falou isso. Aí, eu só queria falar para a Comissão Central que no dia 23 houve uma reunião da Comissão. Aí, nós viemos. Na hora, lá, no final, nós apontamos para a Roberta, que já estava errado. Nós já tínhamos percebido que já estavam erradas as escolas. Aí, vocês falaram: “Até as 17h, vocês mandem de volta para nós essa correção.”

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. EDILEUZA ARAÚJO BESERRA PETELIN – Nas Comissões... Isso...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ok. Olhe, gente... Então, finalize rapidamente, que a senhora só tem mais 30 segundos.

A SRA. EDILEUZA ARAÚJO BESERRA PETELIN – Aí, nós fomos para a Prefeitura Regional. Mandamos de volta e o que eu quero saber... Vocês não mandaram resposta e os candidatos estão cobrando isso de nós. Nós, enquanto Comissão, precisamos dar uma resposta para os candidatos. Esse silêncio é que está nos perturbando.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ok, Sra. Edileuza. Obrigada. Gente,

dos que estão inscritos, há alguma outra informação a mais do que é o ponto de votação? Tem? De verdade? Questionamento do ponto? Tem? O seu é questionamento do ponto?

A SRA. LUALINDA SILVA DE TOLEDO – Eu só tenho uma fala. Eu sou da Comissão Regional e não é diferente a situação.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então, mas, se não for diferente a situação...

A SRA. LUALINDA SILVA DE TOLEDO – Eu gostaria, só, de... Resumindo, eu venho da época do primeiro conselho, em que nós fazíamos o voto no mimeógrafo a tinta. Resumindo, vou parodiar um pouco o Padre Rosalvino e usar a palavra dele: a viola está em cacos. Vai dar para remendar? Essa é a minha pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ok. Obrigada. O seu é um questionamento, somente? Se não for do ponto, gente, eu já vou passar para a Mesa. O último...

O SR. ENRICO ROCHA – Boa noite. Eu sou o Enrico, do Conselho Tutelar de Pirituba. Na verdade, é questão de encaminhamento, mesmo, está bem? Senão, fica repetitivo, aqui.

Após este grande exercício de democracia que nós estamos fazendo hoje à tarde, uma única pergunta: o CMDCA, juntamente com os Direitos Humanos, vai aceitar, ainda, propostas de remanejamento e abertura de ponto, ou não? Porque, senão, não adianta ficarmos aqui, falando, falando, falando. É só o que precisamos saber. Ponto!

Segundo: as comissões estão se reunindo agora. Vai ser aceito encaminhamento, via, também, candidatos, ou vocês vão achar que é uma questão política individual?

É somente isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ok. Meninos, eu vou pedir, por favor, desculpas. Se for para relação de pontos, já está falado. Então, se for questionamento que não seja disso ou alguma indagação, ainda abro. Se não for, eu já quero passar para a Mesa. Senão, não vamos ter encaminhamento. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ótimo excelente. Muito obrigada.

Podemos começar com a Secretária? (Pausa)

- Apartes fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – É para ponto? 30 segundos, ok.

NÃO IDENTIFICADO - Boa tarde a todos! Gostaria de fazer, além da relevância, do que já foi dito aqui, de questões de territórios, como Doutor Eduardo pontuou: zona, seção e distrito, acredito ser por ai que nós vamos partir à legitimação desse processo e a logística de tudo isso, ela se dá por esse caminho perfeito. Eu gostaria de trazer uma questão para que não repentíssimo o que ocorreu na eleição passada. Estamos às vésperas de um processo de escolha, também acho que não é uma eleição, embora se politize isso de uma forma, extremamente, negativa para a causa da Criança e do Adolescente, nós não temos um processo de publicização dessa questão. Estou questionando e gostaria de saber se há um planejamento para isso. Tendo um planejamento precisamos de uma estrutura para isso. Cartazes, como que se dá, como informar à população local, quais locais nós poderíamos trabalhar? E se CMDCA, Secretaria, MP, Vara da infância, enfim, todo aparato legal que temos para dar suporte a tudo isso, porque senão é o vazio. É o processo de escolha conduzido e a gente vai incorrendo o risco de ter de embargar mais uma vez uma eleição. E um processo de escolha. Isso é importante.

E por último, estamos aqui deliberando, já tivemos várias outras reuniões se há de verdade, tempo hábil para as mudanças propostas respeitando o tempo e o trabalho que já foi desenvolvido por todos e por essa mesa, para que aja um retorno para essa cidade. Estamos falando em nome da cidade, e se havendo a possibilidade se há mesmo a intenção de fazer as mudanças apontadas. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Com a palavra a Sra. Secretária.

A SRA. MARISA FORTUNATO – Vou responder algumas questões que foram colocadas aqui. Quero deixar bem claro primeiro lugar: como disse o Júnior. Cabe ao CMDCA organizar e fazer tudo que diz respeito à eleição dos Conselhos Tutelares. Não é da Secretaria.

Da Secretaria foi a eleição dos conselhos de direito e a Secretaria fez tudo.

Todas as atas, eu não sei ainda porque, eu acho que isso daí tem de ver com o CMDCA porque não se tornou público ainda as atas? Todas as atas estão aqui, e vocês vão ver que todos os encaminhamentos, tudo que foi definido, foi deliberado pela comissão. Não é da Secretaria. É da comissão. A comissão quando ela foi composta, foi feito um documento uma resolução, que passou em uma plenária do CMDC que aprovou essa resolução que diz como a comissão seria composta e o que cabia a essa comissão. Então o CMDCA deliberou que a Comissão teria as funções e também fosse deliberativa. Então quando o Junior diz: não é o conselho. De certa forma é o conselho sim. Porque a comissão está respaldada pela deliberação do Conselho. É assim que eu entendo. Cabe ao conselho organizar e acompanhar todo o processo? É o conselho que tem de fazer isso.

Segunda coisa: não foi a Secretaria quem definiu os pontos. Foi tudo definido pela comissão. A Secretaria disponibilizou com técnico e como diz o Mauro, é um técnico. É o estudante que tem essa capacidade. Trabalha com estatística. Trabalha com gel referenciamento. Tem domínios desse instrumento e contribuiu muito com o conselho. Uma vez que os conselheiros, participaram mas não fizeram, como foi feito antigamente, que eram os conselheiros que sentavam lá. Catava o mapa, colocava os alfinetinhos em cada ponto. Hoje avançamos.

Outra coisa, eu enquanto Secretária, dirigi-me ao conselho pedindo todas as informações da eleição passada. Uma vez que o conselho foi responsável por isso, Infelizmente, eu não sei o que acontece no conselho, mas não tem memória. Não tem registro. Essas coisas tinham que ser guardadas, documentadas, Isso não tem. Eu recorri ao sistema nossa, ao CAF, porque eles que fazem as TRs as contratações e tal, eu pedi e lá tinha porque está em CEI. Mas da segunda eleição, as primeira lá também não tinha. Eu procurei ter as informações e realmente eu não tive as informações da forma que eu queria.

Para terminar eu gostaria de deixar registrado, e acho que a Comissão vai explicar porque se chegou a 305 pontos. No dia em que foi feita à ordinária do CMDCA, no dia 19 de

agosto, que foi deliberado que teria que de ser os 387 pontos, nós reunimos a tarde, o Conselho me chamou, Eu enquanto Secretária e foi um assessor da Secretaria, nós participamos da reunião e a primeira coisa que a gente tinha a fazer era ligar para o TRE solicitando que eles nos desce mais um tempo porque iríamos refazer a lista. Foi acordado de que faríamos essa discussão, essa ligação juntos. Infelizmente no dia que a gente tinha que ligar o Churras, teve um problema que ele estava em uma reunião no Condeca. A Roberta teve um problema pessoal. Eu liguei para o TER e pedi que desce um tempo para gente refazer uma nova listagem. Escrevi isso para o Churras, falando:” Olha a Churras a Secretaria, amanhã, entrou em contato, o TRE adiou para mais um dia e meio, se eu não me engano, foi pouco tempo, e a Secretaria amanhã vai colocar o técnico, mais um assessor que discutiu com a gente o tempo inteiro junto com a comissão para definir os 387 pontos. Isso foi dito, que a Secretaria estava lá, para definir os 387 pontos. A informação que eu tive é que a comissão se reuniu, acatou a demanda – acho que eles vão poder falar agora – e viu que os 305 pontos dava conta de atender todas as demandas.

Então é o seguinte eu sei que muitas pessoas que vieram falar aqui alguns pontos que vocês colocaram já foram atendidos pela comissão. Houve repetição aqui de demandas que já foram atendidas. Outras não, mas o conselho e a Comissão Eleitoral ficaram de responder a cada demanda, a cada um que solicitou os motivos do porque não foi acatado. E o que foi acatado foi publicado. Então eu entendo, só quero dizer mais uma coisa, o primeiro prazo do TRE era dia 28 de Junho. Nós estamos no dia 29 de agosto. A cada mudança a gente pedia para o TRE. Eu não posso afirmar categoricamente, mas o último *e-mail* que o Conselho recebeu, e eu recebi em cópia, é que o prazo se esgotou.

Então eu não sei se a Comissão vai conseguir dilatar o prazo por mais algum tempo das reivindicações que vocês estão fazendo hoje.

- Manifestação na galeria.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ok.

Isso tem de ser discutido com o TRE e aí, se for preciso, como está na lei que é até

20 dias, eu acho que a gente pode pegar a lei e falar. O Eduardo quer explicar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ok.

A SRA. MARISA FORTUNATO - Era isso que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Só um minuto, gente. A primeira coisa que eu vou perguntar para a Secretária, mas depois a senhora me pergunte que quero passar para o Churras. Uma coisa é a relação que a gente tem com o Conselho, mas quem gerencia o orçamento é a Secretaria?

A SRA. MARISA FORTUNATO - Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Qual é o valor que - a senhora não precisa responder agora, vou passar para o Churras para a gente poder falar com todo mundo. Então, valores, o tempo, mesmo que tenha pedido pelo Tribunal Eleitoral tem um tempo específico administrativo que também é da Secretaria e que também não pode jogar toda a responsabilidade para o Conselho. É o que eu acho. Mas eu quero passar ao Churras e à Roberta, para que nós possamos questionar. Na volta, a senhora me responda, por favor.

A SRA. MARISA FORTUNATO - Eu tenho um problema com o horário, porque às 18h30 precisarei sair, tenho outro compromisso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Acho que vai ser rápido.

O SR. CARLOS CHURRAS - Vamos lá. Primeiro é uma questão, o CMDCA delibera, não executa. Quando a gente fala da ausência de estrutura do Conselho de memória as secretarias não dão estrutura para os CMDCA's trabalharem. (Palmas) Não dão estrutura, não temos corpo administrativo.

Eu não quero desculpa, mas não posso sair daqui dizendo que essa memória não existe. Mas há várias e várias questões estruturais que são carregadas como herança, há anos, mais uma vez a gente não deu conta de estruturar esse Conselho.

São oito conselhos da sociedade civil que dispõem do seu tempo, oito conselheiros do Governo que dispõem do seu tempo e seu trabalho nas secretarias, para estar no Conselho de forma voluntária. Então a gente precisa de estrutura para trabalhar, mas a gente não tem.

Construir um “de-para” com todas as ponderações que vocês trouxeram, foi algo manual, porque a gente não tem estrutura. A gente paga Prodam sempre e isso não fica no CDMCA, não fica em lugar nenhum. É um ponto.

A gente dialogou em todas as questões que os senhores e senhoras trouxeram em cima dos critérios técnicos, que já foram falados aqui, o CMDCA sentou com a sociedade civil em maioria para discutir dois dias, de um dia para o outro correndo, das 09h até às 19h, tanto a Roberta que participou dos dois dias integralmente, como o Mateus ligou para a gente como técnico, em cima daquilo que foi apontado e refletido. Onde a gente conseguiu caminhar, caminhou.

Várias questões que trouxeram e nós e fomos apontamos aqui, já estão contempladas na nova publicação. Alguns pontos sim; outros são colocados que não, mas antes de falar que o Conselho delibera a gente vai dialogar, mas a gente assume a gestão no dia 2 de julho e só podemos deliberar depois do dia 2. Não posso assumir herança que foi passada e sair daqui como responsável de vários equívocos que ocorreram, pela ausência de estrutura. (Palmas)

Não me representam no Conselho, não representam outras pessoas, representam a sociedade civil. Por isso, no dia 19, depois de várias questões, tomamos a iniciativa e deliberamos sobre 337, porque acolhermos o que é sociedade civil.

Se nunca foi feito isso, eu não sei, mas agora, na nossa gestão, nós queremos ouvir e é isso que temos feito. Não é à toa que as pessoas me procuram pelo *WhatsApp*, me ligam no final de semana, nunca deixei de atender ninguém. Posso não responder na hora, mas todos os outros conselhos respondem.

Há várias questões estruturais, se for pontuar de estrutura física de encaminhamento, nunca vai ser culpa do CMDCA. É culpa da estrutura da Municipalidade que não respeita as deliberações deste Conselho historicamente. (Palmas).

Todas as falas são pertinentes. Tem pontos que já foram falados. Esse Depad 350 contempla e a gente está batendo aqui a publicação que saiu com o que vocês foram falando

aqui ao longo do momento. Temos outras necessidades que podem ser consideradas. Isso é uma questão de tempo. Temos alguns dias para a eleição. As tratativas – inclusive é bom falar que quem vai financiar essa eleição é o orçamento do Conselho Municipal de 1,5 milhão que está congelado. É errado, mas quem vai financiar? Porque a gente puxou no Portal da Transparência e localizou que temos 1,5 milhão congelado e essa grana desta eleição vai sair deste orçamento.

O CMDCA inclusive tem assumido papéis...mas é do Conselho. São responsabilidades que não são nossas. A gente não executa. A gente delibera.

Essas questões têm de ser colocadas para que a gente não saia, enquanto Conselho, como as pessoas que não conhecem território. O Conselho conhece território. Os representantes da sociedade civil conhecem o território, porque estamos no território. A gente não acordou de um dia para o outro e apareceu lá. Não é a toa que o Conselho sentou e apresentou várias questões que estão sendo colocadas e a gente conseguiu contemplar, mas outras não estão contempladas. Cabe a gente discutir. Cabe uma reflexão.

O Dr. Eduardo faz um parâmetro legal que a gente pode avaliar em relação à questão de tempo. Novamente, a Secretaria tem esse papel, sim, de dialogar com a estrutura que vai ser.... porque é ela inclusive que vai assinar o contrato com o TRE, não sou eu como Presidente e não será nenhum conselheiro do CMDCA. É importante deixar registrado para que não pareça que tudo o que aconteceu aqui é má vontade de quem está no Conselho porque não é.

A ausência de estrutura faz a gente discutir fechamento de serviço, como eles querem fechar aqui, porque não tem estrutura para minimamente prestar atenção e ouvir a demanda da sociedade. A ausência de estrutura do CMDCA faz com que a gente fique sentado lá discutindo só o Funcad e outros pontos mínimos e não discute política para a infância. Então, de quem é a responsabilidade sobre isso? (Palmas).

Inclusive há um inquérito aberto nesta Casa referente a isso. Eu não quero, enquanto Presidente, me contentar com a fala do Mauro porque eu tenho 25 anos de idade e

assumi a responsabilidade e não quero sair daqui como aquele que fez essa eleição dar errado porque não é culpa deste Conselho e nem dessa gestão. A municipalidade precisa assumir esta eleição e a Prefeitura tem de assumir esta eleição porque como foi dito para mim em uma Mesa no dia 19, o próprio Prefeito não quer nem mudar a data da eleição. Ele vai fazer. Então, ele que assuma a responsabilidade que tem na Cidade.

É isso. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Dr. Eduardo Dias, eu sei que o senhor quer ainda falar para fazer a resposta, então, a minha sugestão é ouvir os fóruns, que é referente ao dia mesmo, e aí o senhor finaliza com a relação mais ampla do que lhe foi perguntado aqui. Pode ser? Ok.

A SRA. _____ – Ainda como Conselheira de direitos e membro desta Comissão Central, a gente tem a composição da comissão com oito participantes. As atas vão ser publicadas e isso tem sido uma cobrança nossa enquanto Comissão ao Conselho, ao Administrativo. Não é o Conselho Municipal que pede para ser publicado. Isso está passando por outras instâncias da Secretaria, então, alguém tem que responder pela publicação das atas da Comissão. Aí vocês vão ver quem são os conselheiros que estiveram lá porque do governo teve um conselheiro por meio período, que é o que está comprometido com a Comissão; os outros dois pediram para sair. Então, de uma Comissão de oito, temos funcionado com quatro ou cinco. Isso também determina o ritmo. Como Conselheiro da sociedade civil que tem o papel de exercer o controle social na Comissão, tem atuado desde o dia primeiro e tem feito várias rodas de conversa em várias mesas de negociação. A primeira foi antes de sair o 263. A gente apontava que iria dar problema.

A gente ficou dois dias esperando a planilha lá no Conselho, e a coisa não rolou. Aí, acho que nem cabe fazer aqui lavagem de roupa suja, mas as negociações têm passado pela Secretaria, sim, porque quem tem conversado o tempo todo com o TRE é a Secretaria. No dia em que falamos que tinha saído 387 pontos da ordinária, eles pediram para eu passar a mão no telefone e ligar para o TRE, sendo que eu não tinha falado com o TRE até agora. Não vou

eu que vai assinar, nem o Churras nem o Conselho. Então, nós temos divergências nesses pontos, sim.

Como Comissão, essa culpa nós não carregamos, e é isso que queremos expor para vocês dentro das 16h que nós tivemos de trabalho, porque terminamos de acolher todos os *e-mails* que vão ser respondidos, sim – mas essa é outra questão, pois já há orientação, inclusive o documento que o Dr. Eduardo Dias protocolou no CMDCA. Nós estamos pegando página por página para responder, pois foi essa a solicitação de relatório circunstanciado desde candidato até pontos de votação; estamos respondendo, ponto por ponto, tudo o que foi acolhido e o que não foi possível ser acolhido e, se essas respostas não estiverem chegando, estamos com um problema, pois as atas estão aqui para provar.

Chegamos às 16h30 do dia, limite do TRE, para os 305 pontos. Talvez, se tivéssemos tido mais tempo, chegaríamos aos 387, pois esse foi o limite. Então, como Comissão, essa culpa nós não carregamos.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vereador Senival.

O SR. SENIVAL MOURA – Só para complementar a fala da Roberta e até para pedirmos para a Dra. Marisa, se possível, fazer essa gestão com o TRE, porque, pelo que entendi, mais 15 a 20 dias já são suficientes para completar o DE-PARA. Peço, então, doutora, que faça um esforço com o TRE para garantir esse tempo, suficiente para contemplar tudo. É possível, doutora?

(Pausa)

O SR. SENIVAL MOURA – A senhora ouviu, doutora? (Pausa) Ouviu o meu apontamento? Quinze a vinte dias, eu acho que resolve tudo isso, que é para poder completar o DE-PARA, que é a reivindicação de todos aqui. Ficou claro na fala de todos aqui que, na pior das hipóteses, contemplaria os 387 da última, o último processo de escolha, como disse o doutor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SENIVAL MOURA – Sim, sim, sim. É isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SENIVAL MOURA – Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Complementando a pergunta, Secretária, como na última eleição já foram 387 pontos, então, isso significa que existe uma memória. E, se ela existe, acho que não precisamos de tanto tempo para poder direcionar ao Tribunal Eleitoral para poder indicar. Se há tempo, se a Secretaria tem gestão para isso... Outra: não adianta ter somente gestão para ligar para o Tribunal de Justiça se não houver o RH da estrutura da Secretaria para auxiliar os conselheiros, pois eles são voluntários; em que pese terem sido eleitos para isso e estarem se dedicando a isso, às vezes, até por 24 horas; mesmo assim, apenas oito não é o número suficiente de pessoas para dar conta de 387 pontos.

Então, eu gostaria de saber se há recursos, se vai ter RH e se vão conseguir a memória para os 387 pontos.

Os próximos a falarem serão a Iracema e o Neto.

A SRA. IRACEMA – Eu quero deixar registrado que existe memória, sim; ela está nas gravações, nas publicações das atas do processo e ainda no IC que foi instaurado pelo Ministério Público, publicações em *Diário Oficial*. Em relação ao DE-PARA, eu quero registrar que me foi solicitado pela então Conselheira Solange Sampaio, que no início estava na composição desta Comissão, tanto é que o DE-PARA da última eleição não foi feito com alfinetinho, e sim por um técnico tão competente quanto o Mateus, que se chama Daniel, que, inclusive, foi procurado por esta Secretaria para poder oferecer o que tinha sido feito na outra eleição. Ele não pôde estar, no entanto, na Comissão, a Solange me perguntou – não sei se a Marisa se lembra disso – se eu tinha registro. Eu peguei do meu arquivo pessoal, copiei numa das máquinas do CMDCA, todo DE-PARA de 2015, os 387 pontos. Tanto eu fiz isso que, na última reunião da Comissão, nós trabalhamos com esse DE-PARA. Nós pegamos os documentos encaminhados via *e-mail* ou protocolo das regionais e também o último DE-PARA.

Então, há um registro. Se a deliberação foi “façamos os 387”, então, nós temos os 387.

- Manifestações no recinto.

A SRA. IRACEMA – Nós temos. E eu digo, porque fui eu que ofereci pessoalmente. Então, essa é uma das propostas de encaminhamento.

Outra proposta, e aí eu quero, na pessoa do Lourival, que é da executiva do Fórum Municipal, deixar o seguinte posicionamento: se o Executivo Municipal não recompuser a Comissão, não dará para continuarmos nela, porque não dá para a sociedade civil assumir o ônus de todo esse processo, pois estamos com um membro participando. Já fizemos o apelo na reunião. Não dá porque, depois, se der certo, darão os parabéns ao Executivo Municipal, mas, se der errado, foi a sociedade civil, que assumiu a Comissão. Então, que ela seja recomposta.

Informo à executiva que, se não houver essa recomposição, precisaremos discutir a continuidade ou não do Fórum Municipal na Comissão.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. MARISA FORTUNATO – Bom, a primeira coisa, quando eu falei que não achei registro, não estava falando do DE-PARA e sim de todo o processo que foi...

A SRA. IRACEMA – Mas eu estou falando de todo mesmo, todo o processo, tem tanto registro que há um IC.

A SRA. MARISA FORTUNATO – ... de custo, como foi feito. Enfim, eu solicitei e não me passaram.

Com relação à estrutura, eu quero deixar bem claro que estamos há um ano na Secretaria e não vou responder pelo que foi feito antes. Nesse um ano de Secretaria, estamos trabalhando com funcionários que foram contratados por um tempo determinado. Brigamos muito e conseguimos adiar esse prazo. Estamos agora fazendo um chamamento de funcionários, porque hoje, se não me falha a memória, nós temos 13 pessoas trabalhando na área administrativa do Conselho, e precisamos de mais. Conforme a ação civil, o CMDCA precisa ter dois técnicos da área administrativa acompanhando cada Comissão, e vamos

complementar o quadro. Mas não está tão defasado o quadro do Conselho.

Com relação ao orçamento, pergunta da Vereadora Juliana, eu não sei dizer, porque quando a gente chegou já estava no CMDCA. A Berenice e eu, quando nós chegamos, no final de agosto, isso já tinha sido colocado no orçamento, estava no CMDCA e o valor destinado.

O que a gente sabe é que o valor foi congelado, mas já estamos pedindo o descongelamento. Está previsto R\$ 1,35 milhões para gastar na eleição. Se no decorrer precisar de mais, a Secretaria vai correr atrás para completar o orçamento, porque a gente quer garantir que a eleição aconteça. Então, se não der esse valor, a gente vai remanejar recurso, pedir suplementação, e vai garantir a eleição. É o compromisso da Secretaria.

Com relação ao TRE, eles estão fazendo a eleição de várias cidades. Eles precisam ter tempo para alimentar as urnas. Da última vez que liguei, no dia 19, a técnica me disse que veria como os técnicos mexeriam nas urnas de São Paulo, porque são muitas urnas em São Paulo. Se eu não me engano, são 2.263 urnas que precisam ser alimentadas com 5.000 votantes. E o TRE precisa de tempo para fazer isso.

Eles já falaram que o tempo encerrou, mas saio daqui hoje com o compromisso de, amanhã, ligar novamente para o TRE solicitando que eles nos dê mais um tempo para a gente mexer novamente, porque eu tinha entendido que, quando se chegou ao número de 305, que foi deliberado, a Comissão tinha atendido a maioria dos pedidos e chegou a conclusão de que 305 pontos seria possível.

Acabei de saber que foi definido isso porque não havia mais tempo. Então, me comprometo de fazer o pedido ao TRE amanhã; e, se for preciso, pedirei ajuda ao Ministério Público, para que também faça esse pedido, porque o Ministério Público começou toda a negociação.

Portanto, Sr. Eduardo, peço a sua ajuda para a gente ir conversar com o TRE e ver a possibilidade de ter mais uns dias para resolver isso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Secretária, queria então deixar à

disposição a Comissão da Criança e Adolescente, da qual sou membra; e o nobre Vereador Senival Moura, que também é de outras Comissões, também pode participar para poder fazer quórum ao diálogo com o TRE.

Então, se houver, além da ligação, alguma reunião, eu me comprometo; e tenho certeza de que o nobre Vereador Senival também se compromete a ir, junto com o Presidente do Conselho, para que a gente possa encaminhar isso. Essa será a força das instituições solicitando ao Tribunal.

A SRA. MARISA FORTUNATO – E eu acho que a gente tem o argumento do que está na lei, de falar: “Olha, a lei municipal diz que a gente tem que definir até 20 dias antes”, então eu acho que a gente pode usar esse argumento, também entender o lado deles, que eles estão colocando vários técnicos à disposição. E toda essa preparação não está sendo remunerada.

Mas acho que a gente pode marcar uma visita até lá, e seria interessante ir Vereador, o Ministério Público, a Secretaria, mais o Conselho, para a gente fazer esse diálogo com eles.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – A senhora acha que até quarta-feira a gente consegue esse encontro lá?

A SRA. MARISA FORTUNATO – Eu me comprometo a ligar amanhã.

P – O.k..

R – Eu vou ter uma conversa com eles, vou falar que nós tivemos uma audiência pública, nos colocar à disposição tanto dos Vereadores como do Ministério Público e vou ver com eles se eles já indicam a data, e eu entro em contato com vocês. O.k.?

P – Muito obrigada, Secretária. Ela de fato vai ter que sair. O Dr. Eduardo Dias vai finalizar o nosso encontro, até por ser o anfitrião desta Comissão de Criança, Adolescente e Juventude. Agradeço demais, demais à assessoria da Comissão, que se empenhou demais, mesmo a despeito de todas as dificuldades. (Palmas) Agradeço também à minha assessoria: Fábio, Elgídio, Feijó, Valquíria, Choquito, que estão presentes; à Joice, que não está, mas está

articulando fora, e à Milena. Além disso, agradeço à Guarda Civil Metropolitana, que acompanhou os nossos trabalhos. Muito obrigada. (Palmas) Agradeço também ao Vereador Senival Moura, que também estimulou a Comissão da Criança a realizar este encontro com a Secretaria e as instituições.

Tem a palavra o Dr. Eduardo Dias, a quem agradeço a acolhida.

O SR. EDUARDO DIAS – Pessoal, primeiro, a lei municipal, como eu falei, de 1991, vai cuidar das eleições em quatro artigos: do artigo 14 ao artigo 17. Há até um erro de redação, pois a lei fala até o 10º, depois é só o número. Do artigo 14 ao 17, ela é bem lacônica, e também não foi corrigida de acordo com a lei de 1991, que não fala mais... Não, ela já fala em processo de escolha, mas é a redação que eu tenho aqui.

O que acontece? De lá para cá, não tivemos uma modificação legislativa em relação a isso. O único parâmetro que existe de datas é o decreto de 2014, o 55.463, que normatiza tanto o CMDCA quanto os CTs. Nesse decreto, a única questão de prazo e de escolha de pontos de votação é do CMDCA, que fala da escolha de pontos. Quando vai para regulamentar a eleição do Conselho Tutelar, não fala nada e vai remeter à lei.

Outra questão, que já aconteceu também, e os senhores vão lembrar quem foi da outra: a Iracema, o Sr. Mauro, mas era época do governo, a senhora que estava aqui agora há pouco, da Pastoral, que não vejo mais, a Sueli. A Néia foi até um ponto, até que, na Comissão, este promotor impugnou, porque a rigor a senhora nem poderia ter feito parte daquela Comissão, porque tinha uma irmã que era candidata em Santo Amaro. Quando nós falamos isso, a senhora saiu da Comissão.

- Manifestações no recinto.

O SR. EDUARDO DIAS – Mas a senhora acompanhou, e isso ficou. Por quê? Porque esse mesmo decreto vai dizer, com todas as letras, e aí o Churas – esse é o apelido dele – tem razão, o decreto vai dizer na sua parte final que toda a infraestrutura para funcionamento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo a lei municipal responsável pela elaboração da lei, é da SMDHC. É por isso que, do Ministério Público,

quando a gente dispara os ofícios, nós mandamos para a Comissão Eleitoral e para a SMDHC.

Só para lembrar, penso que vários dos senhores já sabem que o MP tem uma ação civil pública distribuída no final de 2015, que foi suspensa algumas vezes, não houve acordo. Primeiro, havia uma tentativa de acordo com a gestão passada; não foi possível, cumpriram uma parte, não cumpriram a outra, distribuímos a ação. No que distribuímos a ação, suspendeu e não resolveu nada. A ação foi instruída e julgada procedente. Foi julgada procedente em primeiro grau, foi para o Órgão Especial do TJ, o Órgão Especial mandou para a Câmara de Direito Público, e a Câmara de Direito Público confirmou a sentença judicial. Aí, a Prefeitura – e acho bom que aqui vários representantes pudessem levar – recorreu para o Supremo Tribunal Federal. Com sorte, daqui a uns 10 anos, teremos uma decisão de mérito transitada em julgado.

O que temos recebido, em especial de um dos hoje assessores da Secretaria de Prefeituras, é a informação de que estão contratando carros, estão fazendo. Eu digo: “Leve isso, a gente responde isso por escrito; leve ao Procurador-Geral do Município para que ele junte na ação”, ou pergunto se aquilo implicava numa tentativa de acordo. Não tivemos resposta nenhuma. Era uma mera informação. Não sou advogado da Prefeitura, o advogado da Prefeitura é o seu corpo jurídico.

Então, essa falta de estrutura do Conselho é uma realidade. Aí, digo a vocês para entrarem no *site* da Prefeitura, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, CMDCA, Eleições, e verificarem as atas de 2015 e 2016. Eu estou aqui, por exemplo, com a ata aberta Publicação 270 CMDCA SP 2015, Ata da Reunião Extraordinária do CMDCA do dia 18 de novembro de 2015: era a mesma discussão. Assim, convido os senhores a ler. Por que era a mesma discussão, e fiz referência (ininteligível). E, com a devida vênica do senhor que falou aqui que a culpa é do MP, eu solicito a ele que leia a lei municipal, cujos artigos 13 e 14 autorizam convênios com o Tribunal Regional Eleitoral. A nossa preocupação é porque na última eleição para Conselhos Tutelares da Capital, feita em concurso com o TRE, tínhamos menos de 44 conselhos tutelares. Qual é a preocupação do MP hoje, agora, neste momento? É

saber DE-PARA, é saber Zona-Seção e se coincide o distrito onde a pessoa está sendo alocada com o distrito do Conselho Tutelar. Por quê? Porque isso pode, sim, gerar uma confusão. Vou sair daqui agora, vou tentar achar a assessora do Procurador-Geral, minha colega Mirella, que é do CAO, que foi quem acompanhou o Procurador-Geral nessas conversas com o TRE, porque ele pediu em nome de todas as cidades, de todas as Promotorias, não só da Promotoria da Capital. Algumas cidades não fizeram. Mauá fez, que eu sei, e estão gastando perto de 30 e poucos mil reais. Aqui eu pensei que fosse um valor alto, fiquei até contente de saber que foi relativamente baixo em relação ao que seria a projeção de alugar esses equipamentos, como foi a eleição de 2011, e ao que aconteceu no mercado de locação de máquinas.

Esse parâmetro, que eu falei, de que ainda se está no lucro, é porque o único parâmetro que temos é Resolução do CMDCA e Decreto Municipal que fala de escolha de ponto. Não há nenhum decreto municipal, nenhuma lei municipal, nenhuma resolução do CMDCA falando sobre isso. Fica, então, difícil quererem que eu vá cobrar em juízo. Nós somos apenas dois até 1º de agosto. Agora começou um terceiro cargo, cujo titular não assumiu. Talvez com sorte venha em dezembro. O colega Tafner, que tem experiência, está nos ajudando. Quando ele não pode, vem uma colega que o substitui. Somos três.

Nossa preocupação sobre esse inquérito é muito grande; e, sobre o prazo de eleição na outra – ouvi algumas pessoas dizendo –, ela foi só adiada. Ela não adiada para depois ser cancelada; não, ela foi feita num dia em todo o Brasil, foi uma das primeiras a ser anuladas, foi cancelada pela própria Prefeitura, que viu o problema e disse: “Isso tem que ser cancelado”, e isso numa madrugada muito tensa, em que eu tive que coordenar, junto com o Comando da Polícia Militar de área, dez viaturas, tendo metade do efetivo subido e metade ficada lá embaixo, e tendo que controlar, por mais 40 e poucos minutos, uma hora, para não chamar o Choque, porque, na hora que ele apontasse na avenida, ia ser um estrago, pois lá só tinha uma saída e uma entrada. Além disso, várias informações de que, lá dentro, se encontravam pessoas com tatuagens que faziam menção à relação com o crime organizado.

Eu vi. Eu atuei com o crime organizado de 1990 a 1995; foi a minha primeira tese sobre o MP e o crime organizado. Na época, eu andava com uma pistola e um revólver, além de ter treinado direção defensiva e tiro. Eu escolhi vir para essa parte da infância e da educação, porque isso é prevenção.

O que vejo hoje é muito triste do ponto de vista da estrutura democrática. Por isso, mais uma vez, faço este apelo aos Vereadores: precisamos de uma atualização normativa. Aos Conselhos, que elaborem uma resolução que defina, de forma permanente, em quantos pontos tem que ser a votação, porque não esperem do MP algo que ele não vai oferecer, porque nós escolhemos e temos 120 ações em andamento, sendo que boa parte delas está no Superior Tribunal de Justiça – STF. Recolhimento das ações na Cidade: 11 ações civis, está indo para o CNMP e para o CNJ. Ação sobre desaparecidos, julgada procedente, CPI de 2009, o Tribunal reformou e julgou improcedente no Tribunal. Ação sobre PPCAAM até hoje no Tribunal para decidir o recurso, ação julgada procedente.

Não sei se os senhores sabem, mas a faixa etária das pessoas que mais desaparecem no Brasil é de 15 anos, e eu não tenho nenhuma representação de Conselho de São Paulo dizendo que, no seu território, os adolescentes estão desaparecendo, que as famílias estão reclamando pelos seus corpos ou por notícias. São as mães da Praça da Sé, a colega Eliana Vendramini no PLID e outros colegas lutando por isso.

A alteração efetiva na lei veio agora, porque o que fizeram com a lei federal foi um engodo.

Então, nós temos que escolher, com os nossos recursos, as nossas brigas, que são escolhidas pelo interesse à criança, porque, o que nós vemos é que, por anos e anos, e durante gestões e mais gestões de vários partidos políticos, não avançamos muito.

- Manifestação no recinto.

O SR. EDUARDO DIAS – Outra coisa: sobre campanha e publicização de campanha, recomendo a vocês que leiam com atenção o que está escrito no artigo 265-A do Estatuto, modificado recentemente. Sistema de garantia: quem é que tem que fazer a

publicização da eleição do Conselho Tutelar? As três esferas de Governo, porque é responsabilidade das três esferas e de todos os Poderes fazerem essa divulgação. Isso se chama sistema de Justiça. Mais ainda do Município. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Lourival, eu vou ter que finalizar.

Peço ao Vereador Senival para se despedir de nós.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDUARDO DIAS – Não é objeto da audiência; ninguém perguntou sobre isso. Apesar de o senhor estar falando fora do tempo, o que eu tenho a dizer é que a Resolução 170 coloca a 10. Mas resolução não é lei, e não há uma lei dizendo isso. Tendo mais de cinco candidatos, haverá eleição. Se lá na frente precisar de outra, vai ter. Infelizmente, o que posso fazer? Houve um prazo de inscrição, as pessoas se inscreveram; algumas inscrições foram deferidas e outras, não; poucos foram a juízo. Não há nenhuma com menos de cinco.

O SR. SENIVAL MOURA – Está entendido. Eleição haverá. Isso é o que importa. Basta ter pelo menos cinco candidatos inscritos.

Pessoal, agradeço imensamente todas e todos e desejo-lhes sucesso na luta. Vamos batalhar, porque tudo indica que será garantido.

Agradeço imensamente ao Dr. Eduardo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Agradeço imensamente aos funcionários do Ministério Público, que ficaram além de seu horário de trabalho para poderem acompanhar esta reunião.

Declaro, agora, às 19h, encerrada esta audiência pública, que começou às 13h.

Obrigada.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **17618** DATA: **29/08/2019** FL: **111** DE 112
